



Universidade Federal do Pará - UFPA
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO
Curso de Mestrado em Geografia

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Júnior

Uso do Território e Gênero de Vida na Amazônia:

Reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno.

Belém
2012

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Júnior

Uso do Território e Gênero de Vida na Amazônia:

Reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA) para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum.

Belém
2012

Paulo Roberto Carneiro da Paixão Júnior

Uso do Território e Gênero de Vida na Amazônia:

Reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA) para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

- Orientador
Prof. Dr. João Santos Nahum
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Janete Marília Gentil Coimbra de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Denise de Souza Elias
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual do Ceará

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Paixão Júnior, Paulo Roberto Carneiro da

Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santareno / Paulo Roberto Carneiro da Paixão Júnior; orientador, João Santos Nahum - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

1. Agroindústria - Pará. 2. Soja - Aspectos econômicos - Pará. 3. Camponeses - Aspectos sociais - Pará. 4. Santarém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 338.17334098115

À minha mãe, meu maior exemplo de amor a
uma causa: a de criar seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu primo Douglas Albarado, que realizou comigo os primeiros levantamentos empíricos na área de estudo.

Ao professor e amigo José Queiroz de Miranda Neto e à professora e tia Maria Clarice Leonel, pelo auxílio metodológico fornecido ainda no processo de elaboração do pré-projeto de pesquisa.

Aos professores Marc Perroux e Janete Marília Gentil Coimbra, examinadores do relatório de qualificação, pelas valiosas contribuições ao prosseguimento do estudo.

Aos representantes da Comissão Pastoral da Terra da diocese de Santarém, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém e de Belterra e do Sindicato Rural de Santarém, pelas informações prestadas.

Aos sempre gentis camponeses das localidades de Tracuá e de Jenipapo, figuras centrais da dissertação.

Aos diligentes Ruy Saraiva e Ruy Saraiva Filho, ao tio Luiz Paixão e aos primos Levy Freitas, Jaime Paixão e Agostinho Paixão, pelo apoio logístico.

Aos camponeses “Quequé”, ex-morador de uma localidade camponesa situada às margens do Rio Curuá-Una em Santarém, e Mestre Izaías, morador da localidade de João Coelho do município de Santo Antônio do Tauá, pelas longas conversas que me tiraram bastantes dúvidas acerca do gênero de vida camponês.

Ao meu orientador, professor João Santos Nahum, que sempre se dispôs, com paciência e total boa-vontade, a me ajudar, fazendo-me caminhar por outras trilhas teóricas sem as quais este trabalho não passaria de uma mera ideologia.

Ao meu grande amigo e colega de curso Sandro Brito, que compartilhou comigo todos os momentos desta jornada e, conseqüentemente, as “dores do parto”, as minhas dúvidas e algumas boas cervejas

À minha querida Nathália, pelo incentivo constante.

Cada uno se va como puede [...]
Pero todos se van con los pies atados,
unos por el camino que hicieron,
otros por el camino que no hicieron
y otros por el que nunca harán.

Roberto Juarroz, *Cada uno se va como puede*

Aprieto firme mi mano
y undo el arado en la tierra.
Hace años que llevo en ella,
¿cómo no estar agotado?

Victor Jara, *El Arado*

Pelos campos a fome em grandes plantações...

Geraldo Vandré, *Para não dizer que não falei das flores*

Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não têm caráter unitário, simples, mas dúplice; que, nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria...

Karl Marx, *Miséria da filosofia*

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	x
LISTA DE FOTOGRAFIAS.....	xi
LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE SIGLAS.....	xiii
INTRODUÇÃO.....	15
1 O TERRITÓRIO COMO ABRIGO: O GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.....	24
1.1 A CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.....	25
1.2 A REPRODUÇÃO DO GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.....	43
2 O TERRITÓRIO COMO RECURSO: O CIRCUITO ESPACIAL DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO.....	61
2.1 O AGRONEGÓCIO DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO.....	61
2.2 O AGRONEGÓCIO DA SOJA NO MUNDO.....	77
2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A EXPANSÃO DA SOJA NO PAÍS.....	80
3 O (DES)ENCONTRO: A REPRODUÇÃO CAMPONESA DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.....	90
3.1 O ENCONTRO.....	91
3.2 O DESENCONTRO.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	128

RESUMO

Abordamos neste trabalho as transformações na reprodução do campesinato do Planalto Santareno em decorrência do avanço do agronegócio da soja nesta região. Utilizamos como exemplos duas localidades camponesas que foram profundamente alteradas por este evento iniciado em fins do século XX: as localidades de Tracuí (pertencente ao município de Santarém/PA) e de Jenipapo (pertencente ao município de Belterra/PA). Para atingir tal propósito, fizemos a reconstituição da situação geográfica dessas localidades quando ainda não haviam se deparado com o agronegócio. Quando os sojicultores provenientes do Centro-Sul do país chegaram, seduzidos pelas abundantes e baratas terras antropizadas da região, passaram a adquirir os terrenos dessas localidades com bastante facilidade e velocidade, pois pertenciam a camponeses que se encontravam em condições precárias de existência, desejosos de melhores dias, que, porventura, poderiam alcançar com aquele (pouco) dinheiro oferecido. A partir desse encontro, portanto, apreendemos as mutações no gênero de vida desses camponeses, nos deparando, por outro lado, com o desencontro desses opostos sociais. Com as profundas transformações no uso do território nestas localidades, está posta a tendência de seus desaparecimentos – e, ao mesmo tempo, em outra escala, a recriação desse campônio regional.

Palavras-chave: Uso do território; Gênero de vida; Campesinato; Agronegócio; Planalto Santareno.

ABSTRACT

We approach in this work the changes in the reproduction of peasantry of Planalto Santareno due to the advancement of soybean agribusiness in this region. We use as examples two localities peasant who have been deeply affected by this event started in the late twentieth century: the localities Tracuá (belonging to the municipality of Santarém/PA) and Jenipapo (belonging to the municipality of Belterra/PA). To achieve this purpose, we did the reconstitution of the geographical situation when these locations had not yet met with agribusiness. When soybean growers from the center-south of the country arrived, seduced by abundant and cheap land anthropized in the region, began to acquire land in these localities with quite ease and speed, therefore belonged to the peasants who were in precarious conditions of existence, desirous of better days, which perhaps could achieve with that (little) money offered. From that meeting, thus, we learned the mutations in the genre of life of the peasants, coming across on the other hand, with the clash of these opposing social. With the deep transformations in land use in these locations, is the tendency to put their disappearances - and at the same time, on another scale, the recreation of regional peasantry.

Keywords: Use of territory; Gender of life; Peasantry; Agribusiness; Planalto Santareno.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Mapa de localização do Planalto Santareno.....	15
Mapa 02 - Mapa de localização das localidades de Tracuá e de Jenipapo.....	18
Gráfico 01 - Comparação entre a área plantada de arroz e a de soja nos municípios de Santarém e Belterra.....	69
Gráfico 02 - Principais municípios produtores de soja (em grãos) do estado do Pará – de 1997 a 2010.....	70
Gráfico 03 - Histórico de embarques de soja do Pará e do Mato Grosso pelo porto da Cargill em Santarém - de 2003 a 2007.....	71
Figura 01 - Fluxo indicando a economia de transporte para a exportação de soja a partir da Amazônia.....	72
Figura 02 - Fluxos logísticos da soja em direção ao porto da Cargill em Santarém.....	73
Figura 03 - Destinos da soja exportada do Brasil pela Cargill.....	75
Gráfico 04 - Comparação entre produção e variação do preço da soja em grão no mundo.....	76
Figura 04 - Fluxos de soja no Brasil.....	87
Mapa 03 - Mapa temático de uso da terra e cobertura vegetal – 1999.....	93
Mapa 04 - Mapa temático de uso da terra e cobertura vegetal – 2007.....	93
Figura 05 - Focos de tensão entre sojicultores e camponeses.....	94
Quadro 01 - Comparação das especificidades das frentes pioneiras e das frentes de expansão.....	115
Mapa 05 - Evolução dos projetos de assentamento na região de Santarém e Belterra.....	119

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01- Ramal da localidade de Jenipapo no “verão” .	26
Fotografia 02 - Ramal da localidade de Jenipapo no “inverno”	26
Fotografia 03 - Casa de farinha em uma propriedade da localidade de Tracuá.	26
Fotografia 04 - Roçado de mandioca em uma propriedade da localidade de Tracuá.	26
Fotografia 05 - Paisagem aérea do Planalto Santareno.	62
Fotografia 06 - Máquina agrícola trafegando pela BR-163.	62
Fotografia 07 - Armazéns e secadores de grãos.	62
Fotografia 08 - Campo de soja no Planalto Santareno.	62
Fotografia 09 – Visão aérea do porto graneleiro da Cargill em Santarém.	73
Fotografias 10 e 11 - Camponeses aposentados e solitários de Jenipapo.	98
Fotografia 12 - Campo de futebol abandonado em Tracuá.	104
Fotografia 13 - Cemitério de Tracuá rodeado pela soja.	104
Fotografia 14 - Casa abandonada em Tracuá.	104
Fotografia 15 - Escolinha de Jenipapo desativada.	104
Fotografia 16 - Igrejinha católica de Tracuá em 2010.	104
Fotografia 17 - Igrejinha católica de Tracuá em 2012.	104
Fotografia 18 - Escolinha de Tracuá em 2010.	105
Fotografia 19 - Escolinha de Tracuá em 2012.	105
Fotografia 20 - Feijão catado pelos camponeses.	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de soja (em grãos) no município de Belterra/PA.....	68
Tabela 02 - Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de soja (em grãos) no município de Santarém/PA.....	68
Tabela 03 - Evolução de variáveis de oferta e de demanda mundiais de soja em grão.....	78
Tabela 04 - Produção e produtividade da soja entre as regiões brasileiras.....	86

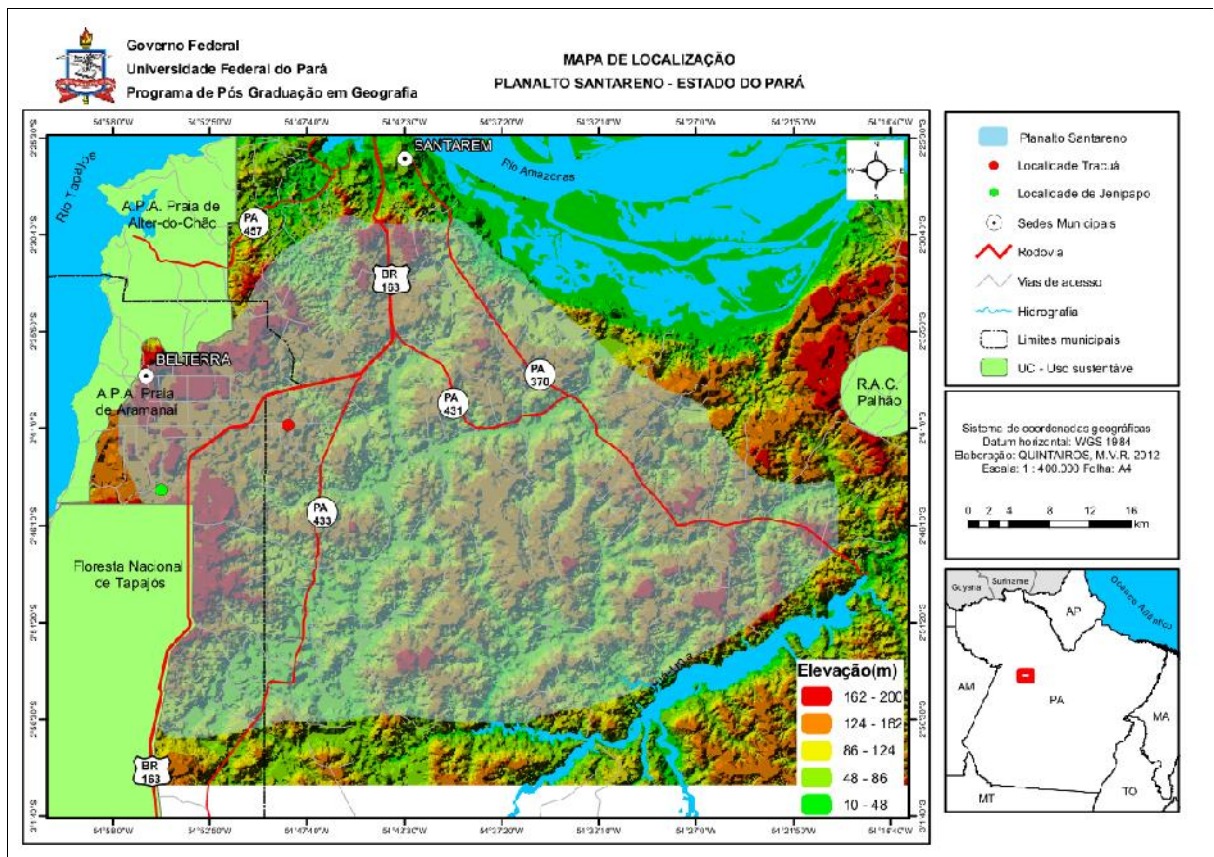
LISTA DE SIGLAS

ABIOVE	Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais
ANEC	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais
APRUSAN	Associação dos Produtores Rurais de Santarém
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAIs	Complexos Agroindustriais
CDP	Companhia Docas do Pará
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenagem
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DPEA	Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNFERTIL	Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Projeto de Assentamento Coletivo
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROCEDER	Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento de Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

STRB	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belterra
STTRS	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TECEJUTA	Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém

INTRODUÇÃO.

Para quem, partindo de Santarém (PA), percorrendo a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), subia a serra em direção a Belterra (PA) antes da década de 1990, via, de modo geral e por ambos os lados, a mata, espalhada no horizonte, e, aqui e acolá, ramais de tabatinga, empoeirados e por vezes intransitáveis em época de chuvas, levando a diversas localidades camponesas do Planalto Santareno (ver mapa 01), cada qual com suas casas e roçados de onde várias famílias extraíam o seu sustento e se reproduziam.



Mapa 01 - Mapa de localização do Planalto Santareno.

Fonte: LAIG/UFPA – Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Marcos Quinteiros (2012).

Nota: O Planalto Santareno é uma região não-oficial que abrange parte dos municípios de Santarém, de Belterra (emancipado deste último em 1995) e de Mojuí dos Campos (em vias de emancipação). Dentre as localidades que o compreende, podemos apontar: Cipoal, São José, Tabocal, Tracuíá, Jenipapo, Tipizal, Jacamim, Curupira, Pxiúba, Guaraná, etc.

Não eram localidades – como se pode à primeira vista supor – compostas unicamente por colonos provenientes do Nordeste ou do Centro-Sul do país que migraram de forma “espontânea”¹ para as margens dessa rodovia nas décadas de 1970 e 1980. Além dos quais, subsistia um amálgama de relações de tempos ainda mais remotos no lugar: temporalidades e territorialidades ditas tapuias, caboclas ou tradicionais amazônicas, que passaram a desenvolver a agricultura de subsistência, a praticar o extrativismo, em meio aos períodos de exploração formal de suas forças de trabalho. Tracuá, Jenipapo, Tabocal, Cipoal e tantas outras, ilustram localidades que remontam a bem antes da abertura da Cuiabá-Santarém (década de 1970) e da chegada da Companhia Ford à Belterra (década de 1930), com origens no século XIX para mais distante.

Formavam-se da ocupação de terras devolutas, donde apenas a floresta se servia. Esses camponeses, dessa forma, ficavam com o que “sobrava”, com as terras que não eram mercadoria, por isso, praticamente esquecidas pelo Estado. Nesses lugares, frente ao “nada”, que eles tinham, então, que satisfazer suas carências vitais de comer, beber, vestir, morar (e outras mais), conformando, assim, um gênero de vida marcado pela precariedade, em razão da necessidade de dar respostas a um meio rigoroso, sem energia elétrica, de estradas em péssimo estado, com escassez de água e transporte.

Relacionando-se com o mercado, que abasteciam de víveres (garantindo boa parte dos mantimentos da população santarena e belterrense), os camponeses do Planalto Santareno conseguiam garantir sua continuidade com relativa estabilidade, malgrado os conflitos latentes (e alguns manifestos) e as relações subservientes com as elites locais, além das dificuldades inerentes ao abandono do lugar. Reproduziam-se, assim, quase em silêncio e invisibilizados, num ritmo temporal cadenciado e peculiar, comungando terra, técnicas, festejos e apertos.

Mas, no final da década de 1990, esse cenário sofreu alterações significativas. Grandes e monótonas plantações mostraram-se aos olhos com armazéns, secadores e silos de metal de semelhante magnitude à frente. Levas de produtores de soja, oriundos do Centro-Sul do país, avançaram sobre o Planalto Santareno, atraídos, dentre outros fatores, pela grande disponibilidade de terras baratas, pela boa produtividade do solo e por sua localização privilegiada frente aos mercados internacionais (fazendo com que, em 2003, a multinacional Cargill Agrícola S.A. inaugurasse na orla santarena um terminal graneleiro articulado à

¹ Segundo Hébette e Marin (2004, p. 41-42), “a colonização espontânea é muito mal batizada; ela não tem (...) essa característica de espontaneidade, seja essa entendida como ausência de necessidades ou de compulsão (uma vez que o pequeno lavrador, agente típico da colonização, sai da sua terra pressionado por diversas premências), seja entendida pejorativamente, no sentido de iniciativa desordenada, com falta de precisão.”

hidrovia do Madeira/Amazonas e à rodovia BR-163, elevando os interesses e o estabelecimento das fazendas do agronegócio no lugar).

Desencadeou-se, desse modo, uma intensa apropriação das terras do Planalto Santareno por esses agentes, seguida de um acelerado processo de esvaziamento populacional das localidades camponesas. Isto em razão, em primeiro lugar, do seguinte fator: as plantações de soja requerem – para tornarem-se viáveis economicamente – solos que já sofreram alguma ação do homem. Logo, as terras cultivadas pelos camponeses há anos serviriam convenientemente para, de imediato, iniciar o cultivo mecanizado. Neste momento, surge um segundo elemento: as dificuldades encontradas pelos camponeses para a sua reprodução, em razão da precariedade da infraestrutura das localidades, do baixo nível do consumo familiar e do trabalho degradante (a cabo de enxada e facão) do roçado. Venderam, assim, seus lotes aos chamados “gaúchos” (mas que também eram goianos, mato-grossenses, paranaenses, tocantinenses) a preços largamente inferiores àqueles praticados nas regiões de onde vieram.

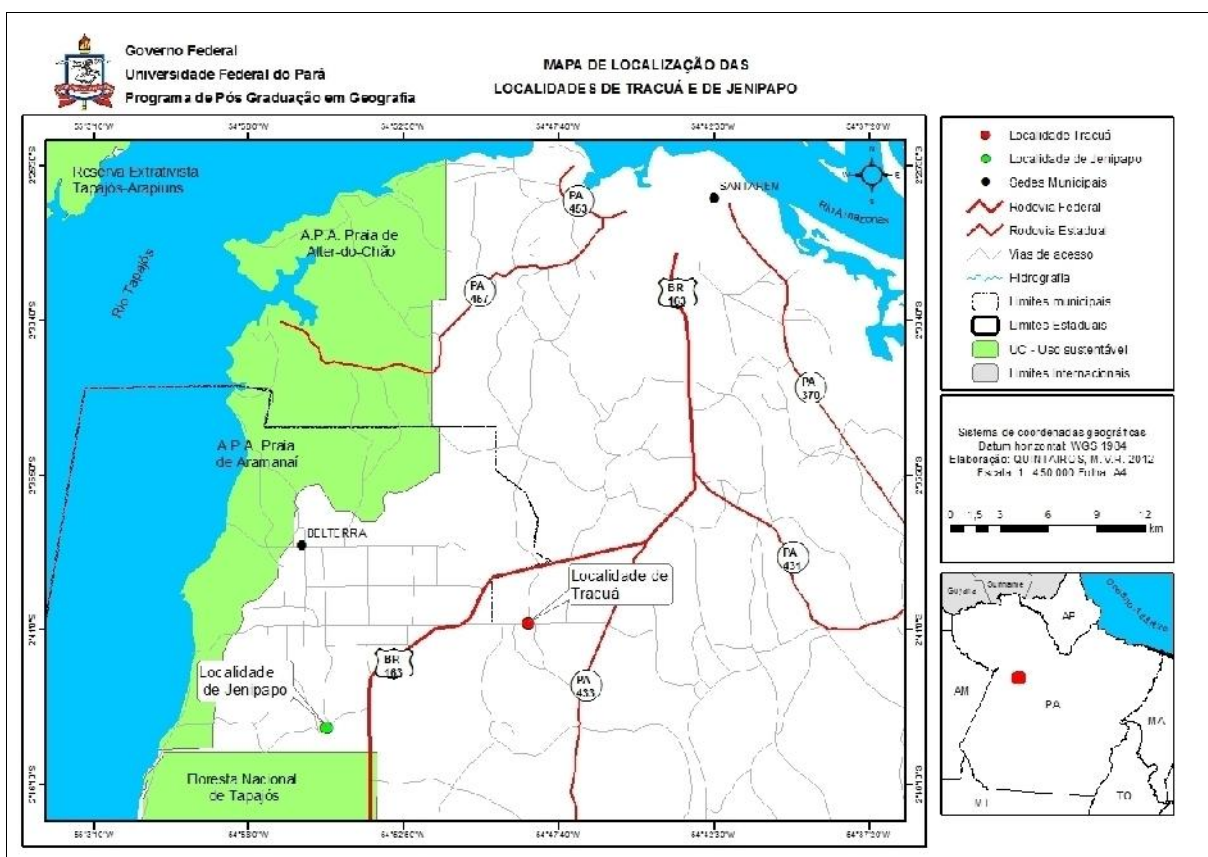
Assim, até 2011², se chegou ao número aproximado de nove localidades que praticamente deixaram de existir e de mais de trinta que sofreram decréscimos populacionais significativos, sobretudo após a ativação do Porto da Cargill. Saídos de suas terras, muitos procuraram áreas de ocupação recente das cidades de Santarém e de Belterra, atrás de outras ocupações às suas forças de trabalho; outros, permanecendo na agricultura, compraram lotes menores à beira das principais rodovias que cortam a região (BR-163 e PA-370), no sentido de terem um melhor acesso aos serviços urbanos, ou procuraram terras mais longínquas, devolutas, para se apossarem; e outros, os mais jovens especialmente, saíram convictos de encontrar empregos em municípios mais dinâmicos economicamente, como Juruti (PA), Trombetas (PA), Macapá (AP) e Manaus (AM). Àqueles que permaneceram, com as terras margeadas pelas plantações de soja, pressionou-os a especulação fundiária e a vontade de abandonar suas situações de existência precárias.

Este evento – entendido aqui, conforme Santos (2002, p. 95), como “o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente” – criou, então, uma nova situação geográfica na região, ou seja, veio impor um conjunto de novos vetores ao meio preexistente, este já conformado por outros “eventos geografizados” (SILVEIRA, 1999, p. 22), consubstanciando, então, a fronteira em lugar do

² Dados fornecidos em entrevista ao autor à Pastoral da Terra da Diocese de Santarém (CPT), em setembro de 2011.

encontro e do desencontro da riqueza do agronegócio com a pobreza do campesinato santareno, “que vive a roçar e queimar o mato” (OBERG, 2009, p. 182).

Esses territórios camponeses que “resistem” constituem o objeto de nossa pesquisa. Mas, pela viabilidade desta, frente à extensão do recorte empírico, selecionamos, como exemplos, duas localidades que representam (de acordo com levantamentos prévios), a ponta mais dura desse processo, pois foram profundamente alteradas (como veremos alhures) pelo avanço do agronegócio: Tracua, localidade pertencente ao município de Santarém/PA, e Jenipapo, localidade pertencente ao município de Belterra/PA (ver mapa 02). Enfocamos esse evento tendo como marco inicial o ano de 1994, quando, a partir de então, um conjunto de objetos e ações possibilitaram a viabilização desta fração do espaço amazônico (o Planalto Santareno) para a chegada dos primeiros sojicultores – e, conseqüentemente, a saída dos camponeses – aos territórios das aludidas localidades.



Mapa 02 - Mapa de localização das localidades de Tracua e de Jenipapo.

Fonte: LAIG/UFPA – Laboratório de Informações Geográficas, elaborado por Marcos Quinteiros (2012).

A questão direcionadora de nosso estudo, portanto, é a seguinte: quais as implicações do evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno para a reprodução das localidades camponesas de Tracuí e de Jenipapo e – tomando como base tais exemplos – para a reprodução do campesinato regional?

Partimos do pressuposto de que a situação geográfica das localidades de Tracuí e de Jenipapo é marcada pela desarticulação destes territórios (que gozavam de certo grau de coerência) suscitada pela migração de boa parte de sua população e pela redefinição do gênero de vida de seus camponeses com a territorialização do agronegócio da soja na região. Esta conjuntura teria como fundamento as condições materiais de existência desse campesinato e a forma específica com que usam o território, onde as horizontalidades – ‘os domínios da cotiguidade territorial’, segundo Santos (2005, p. 139) – são prevaletentes, fazendo com que as relações estabelecidas com o entorno, com tal evento, sejam redefinidas e/ou abandonadas, indicando, como tendência, o esgotamento de sua reprodução nessas localidades – logo, a incorporação destas ao agronegócio.

Contudo, como as redes do agronegócio globalizado são extremamente seletivas, escolhendo apenas pontos ou manchas do território que são mais propícios para a reprodução de suas práticas agroindustriais, como analisa Elias (2006b), em nível nacional e regional as relações camponesas são ainda possíveis em suas lacunas, onde o capital se vê impossibilitado de extrair sobretrabalho e maior renda da terra, seja em sua territorialização direta ou, consoante Oliveira (2001), monopolizando o território. É esta especificidade da formação econômica e social brasileira, da unidade dialética de diversos e desiguais usos do território, que nos leva a supor a permanência das relações camponesas no Planalto Santareno, dada a relação estabelecida entre estas e a reprodução da força de trabalho nos centros urbanos, principalmente o de Santarém. Deve-se, também, levar em consideração que o avanço do capitalismo agrário – de acordo com a acepção de Amin (1977) – não cessa o conflito resultante da subtração do campesinato, evidenciando não uma “crise camponesa” em si, mas a crise do sistema social em seu conjunto. A questão do acesso a terra, a própria questão camponesa, neste sentido, continuam candentes nessas escalas.

Objetivamos, portanto, neste estudo, analisar as transformações no uso do território pelo campesinato de Tracuí e de Jenipapo em razão do evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno para, com isso, conjecturar acerca de sua reprodução e da reprodução (tomando-os como exemplos) do campesinato desta região.

Alguns estudos – embora diferindo o recorte empírico – se aproximam de nossa discussão. É o caso de Ferreira (2008), que trata do processo de produção e expansão da soja

no cerrado sul maranhense, investigando as transformações sócio-espaciais geradas a partir da instalação da agricultura mecanizada e as novas relações que se estabeleceram com as populações camponesas; e de Ferrari (2009), que investiga aspectos das transformações espaciais decorrentes da expansão do agronegócio da soja no Alto Paraná, no Paraguai, delimitando a expulsão dos camponeses.

Outros estudos, já referentes ao nosso *locus* de pesquisa, por outro lado, dirigem-se a aspectos e abordagens diferentes. É o caso de Coelho (2009) e W. Castro (2008), que os conduz em uma direção interpretativa ambiental, ligados à investigação, por meio das geotecnologias, das mudanças espaciais na cobertura e uso da terra na microrregião de Santarém a partir do evento da soja; o caso de Almeida (2005), voltado à abordagem sociológica, que busca entender os conflitos sociais latentes na localidade de Corta-Corda (Santarém/PA), decorrentes de tal evento; e o caso de M. Castro (2008), que analisa a mobilização dos trabalhadores rurais no município de Santarém em função da expansão das atividades produtivas, em especial, do agronegócio da soja.

Nosso trabalho coaduna-se às primeiras abordagens aludidas. Referenciamos, portanto, teoricamente a nossa pesquisa – diferentemente desses últimos estudos – com um sistema de categorias que tem no “uso do território” (SANTOS, 2005, p. 137) seu núcleo duro, em torno do qual temos, dentre outras, as noções de fronteira, de gênero de vida e de reprodução social. Este horizonte teórico tem como pressuposto o “nosso quadro de vida” (SANTOS, 2005, p. 137), a produção, conforme a análise de Marx e Engels (2007), das condições materiais de existência humana. Nessa perspectiva, as (rel)ações (“a essência”) são importantes, mas igualmente os objetos (“a aparência”) para a compreensão da realidade. Ora, como afirma Kosik (1976), o concreto pensado se constitui justamente nesta unidade, que, quando dissociada, acaba produzindo interpretações opacas ou metafísicas da realidade: se a aparência alijada da essência mutila o real, mistificando-o, o inverso o idealiza. Não saltamos, portanto, ao desconhecido para encontrar algo na outra margem. Partimos do empírico para o abstrato, vinculamos seus processos às categorias que o implicam e o explicam (categorias ontológicas), procedemos a sua análise, para em seguida retornarmos a ele, já com o propósito de determiná-lo.

Partimos, desse modo, da situação geográfica atual do Planalto Santareno, que já indica, na análise de Silveira (1999), um sítio (localização material – objetos) e uma situação (localização relacional – ações). No entanto, abordamos uma realidade que não pertence a uma mesma época. Depositaram-se nesse substrato espacial objetos e relações, mediatizados

pela formação espacial, sucedendo pelo menos trezentos anos, quando dos “ciclos³” extrativistas (“drogas do sertão”, borracha, ouro), da colonização da década de 1970, das frentes madeireiras, etc. Introduziram-se, assim, formas diversas e desiguais de uso do território, que nos conduz ao entendimento desse processo que culminou no evento do agronegócio, delimitado em:

Tempo-espaço 1: A situação geográfica do lugar antes que o evento do agronegócio mudasse a posição das pessoas, das coisas e do lugar: sua configuração territorial, dinâmica social (atores, ações e processos) e gênero de vida: unidade de produção familiar, estágio da técnica, dos sistemas de produção, circulação e comercialização e cultura local.

Tempo-espaço 2: O conjunto de objetos e ações que viabilizaram a chegada de vetores exógenos portadores de sistemas técnicos mais rápidos, que demandam quantidades maiores de terra e, por conseguinte, exigem desapropriações territoriais, desarticulando os gêneros de vida onde aportam.

Tempo-espaço 3: O (des)encontro: a reprodução dos territórios e territorialidades camponesas atualmente.

Tendo isso em mente, neste estudo é central:

(i) Reconstruir o uso do território pelo campesinato de Tracuí e Jenipapo antes do evento do agronegócio;

(ii) Caracterizar o evento do agronegócio no Planalto Santareno, revelando os novos usos (e abusos) provocados pela modernização do campo e a ação do Estado;

(iii) Caracterizar as diferentes e desiguais temporalidades e territorialidades que constroem esta fronteira;

(iv) Identificar os elementos do novo ordenamento territorial de Jenipapo e Tracuí, elaborando um quadro dos resultados obtidos.

Logo, este trabalho necessita de uma detalhada investigação empírica e adequada metodologia.

Neste sentido, nossa pesquisa de campo pautou-se na observação direta intensiva, com as seguintes técnicas: (i) observação semi-participante, iniciada em julho de 2009, quando ainda da elaboração do pré-projeto de pesquisa, retornando ao *lócus* nos anos seguintes, em fevereiro e julho de 2010, setembro de 2011 e abril de 2012, onde buscamos,

³ Posicionando-se com Andrade (1995), Santos e Silveira (2010) criticam a periodização em ciclos (pau-brasil, açúcar, borracha, etc.) – motivo das aspas –, pois não corresponderia à realidade, uma vez que “a exportação de um produto continuava no ciclo seguinte como um produto menos expressivo” (*ibid.*, p. 26).

em nossas explorações, apreender os traços gerais do Planalto Santareno e das localidades estudadas; e (ii) entrevistas semi-estruturadas, voltadas às lideranças sindicais camponesas (STTR de Santarém e STR de Belterra), aos representantes de associações de produtores rurais (APRUSAN), à Pastoral da Terra (CPT-Santarém), e, sobretudo, aos camponeses, contabilizando, em relação a estes, mais de vinte horas de gravações, além de horas de entrevistas não diretivas em Tracuí e Jenipapo, que nos possibilitaram aumentar o nível de detalhes, fundamental para o entendimento dos processos e apreciação das temporalidades. Houve também uma pesquisa bibliográfica e documental (documentação indireta), que se realizou, basicamente, nas diversas instituições envolvidas (EMATER, SAGRI, EMBRAPA, SEMA, ONGs, CPT e INCRA)

A exposição do estudo ficou organizada em três capítulos. O primeiro, intitulado O TERRITÓRIO COMO ABRIGO: O GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO, busca caracterizar o gênero de vida camponês das localidades de Tracuí e de Jenipapo em uma situação geográfica imediatamente anterior ao evento do agronegócio. O conjunto de técnicas com as quais os camponeses reproduzem sua existência, num ritmo que não agrega a lógica da acumulação, faz-nos ir ao encontro da noção de gênero de vida, em Sorre (2002), e do entendimento, segundo Chayanov (1974), do campesinato como uma relação não-capitalista de produção, onde buscaremos as variáveis necessárias para o entendimento do uso do território que fazem esses atores. O recurso metodológico aqui foi a reconstrução da trajetória desses camponeses, tentando apreender suas principais determinações, por meios das entrevistas de reconstituição realizada com os moradores.

O segundo capítulo, denominado O TERRITÓRIO COMO RECURSO: O CIRCUITO ESPACIAL DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO, trata do evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno. Nele caracterizamos esse vetor ligado diretamente a escalas extra-locais e que veio impor novos usos e uma nova organização do território nessa área. É o capítulo que trata da lógica territorial que é antítese daquela que vinha se constituindo organicamente no lugar, passando a impor sua solidariedade organizacional num desarranjo da reprodução dos territórios camponeses a partir de então. A discussão perpassa os pressupostos básicos, inerentes ao período atual e sua respectiva espacialidade, capazes de propiciar a territorialização do capital agroindustrial no Brasil e, especialmente, na região do Planalto Santareno. Além disso, tratamos de identificar alguns processos que se evidenciam a partir do uso do território pelo agronegócio globalizado da soja neste novo “arranjo territorial produtivo agrícola” (ELIAS, 2006a, 2006b, 2006c), o Planalto Santareno.

O terceiro e último capítulo, denominado O (DES)ENCONTRO: A REPRODUÇÃO CAMPONESA DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO, trata do encontro do campesinato das localidades de Tracuá e de Jenipapo com o agronegócio da soja. Aqui, examinamos, para além deste encontro, o desencontro (como uma unidade contraditória) entre essas diferentes e desiguais temporalidades e territorialidades conformadas na fronteira. Ao fim, se conjecturará se a confluência de usos resultante desse evento acarretará na recriação ou no desaparecimento das relações camponesas em Tracuá e Jenipapo e em toda a região do Planalto Santareno.

1 O TERRITÓRIO COMO ABRIGO: O GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.

As transformações com que vêm passando os territórios camponeses do Planalto Santareno, decorrentes do evento do agronegócio da soja, não são explicáveis com um simples olhar sobre o presente – como se este fosse inteiramente e, por si só, inteligível. E, muito menos, com o olhar idealista e idílico de quem vê o campesinato tão somente como uma categoria política (e não político-econômica) e que, por força de sua identidade (territorial), é resistência aos processos “expropriadores” do capital.

Faz-se necessário, assim, ir ao domínio da história, buscar as relações que se teceram ao conjunto social, e refazer a situação geográfica destes territórios quando se depararam com o poder do agronegócio. Trata-se de reconstituir as bases geográficas da reprodução camponesa das localidades de Tracuí e de Jenipapo. Este é o nosso objetivo neste capítulo.

A escolha por estas localidades camponesas, que estão profundamente transformadas e esvaziadas, tem a ver com a consideração metodológica de que é nas situações-limite que as ideologizações reduzem seu alcance, tornando-se imperiosa, por seu turno, a análise das relações materiais reais de sua reprodução, articulando-as à totalidade, incorporando nesta as “mediações do insignificante” (MARTINS, 2008, p. 11).

Tal tarefa, todavia, não é tão simples. Pois rebuscar a história de Tracuí e de Jenipapo é deparar-se com as distintas trajetórias de migrantes (provenientes do Ceará, do Maranhão, das beiras dos rios amazônicos, das localidades vizinhas) e com as igualmente variadas temporalidades (da época da borracha, da abertura da Santarém-Cuiabá, do garimpo) que se assentaram ali. Lugares onde a terra não era mercadoria, para onde grupos posseiros vieram se reproduzir, alijados de quaisquer serviços estatais e de capital, tornando-se meros territórios de reprodução das mais estritas necessidades humanas.

Desse modo, em nosso trabalho de campo, utilizamos, basicamente, a história oral dos camponeses de Tracuí e de Jenipapo – tanto dos remanescentes, quanto daqueles que migraram para as proximidades e para as cidades de Santarém e de Belterra – com o objetivo de recuperar elementos de como era a dinâmica desses territórios antes que o agronegócio chegasse. Também estivemos realizando, para esse fim, entrevistas com as entidades representativas, como a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Santarém (CPT-Santarém), o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTRS) e o Sindicato

dos Trabalhadores Rurais de Belterra (STRB). Alguns processos, naturalmente, se perderam da memória desses indivíduos, todavia – o que é mais grave – muitos outros não foram alvos de estudos, fazendo com que nos deparássemos com uma escassa bibliografia que discorresse sobre a formação do campesinato santareno. Os resultados que obtivemos buscamos relacionar com as obras de determinados autores com o sentido de referenciar teoricamente nosso objeto, como as de Santos (2002, 2005), Sorre (2002), Chayanov (1974), Marx (2004a), Marx e Engels (2007), Faure (1984) e Martins (1975, 1995).

O texto que segue teve, então, a preocupação inicial de fazer um resgate da formação do campesinato do Planalto Santareno, tomando como exemplos as localidades de Tracuá e de Jenipapo: suas origens, seu gênero de vida, sua produção, para, em seguida, buscarmos suas conexões com a sociedade envolvente, que compeliu-nos, deste modo, a épocas cada vez mais remotas, refazendo-se as relações com os processos de constituição e de reprodução do campesinato brasileiro e, assim, retornarmos com a situação geográfica dessas localidades camponesas antes do evento do agronegócio no Planalto Santareno.

1.1 A CONSTITUIÇÃO DO GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.

Um taciturno e estreito ramal sai da rodovia Cuiabá-Santarém e penetra a floresta levando a um grupo de casinhas dispostas assimetricamente às suas margens. Sua tranquilidade é excepcionalmente quebrada pelo cotidiano dos moradores que a pé, em bicicletas ou em carroças, esforçam-se para transportar sua produção, ir à escola, à casa de vizinhos, ou, mais raramente ainda, por transeuntes motorizados buscando descanso ou produtos para negociar. Uma espessa nuvem de poeira se levanta dessa discreta agitação, tingindo a mata e o exterior das casas de branco, indicando que no tempo das chuvas (de janeiro a junho) a tabatinga impõe limites aos deslocamentos (ver fotografias 01 e 02).

Estas casas, em sua maioria de madeira ou de barro, exibem à frente quintais batidos e limpos, onde galinhas e porcos vagueiam, servindo às famílias de alimento, ou como poupança, para serem esporadicamente trocados. Estas os abrigam em chiqueiros e poleiros construídos ao lado de cada casa, dividindo o espaço com árvores frutíferas (envolvendo-o de sombras), canteiros e plantas medicinais, que usufruem da escassa água que escorre do jirau e da cisterna. Também ao lado, em um paiol, estocam-se excedentes, produtos coletados da

floresta (castanha-do-pará, andiroba, cumaru) e o que provém da agricultura, esperando para serem comercializados nas feiras locais; em outro (ou no mesmo lugar), estocam ferramentas utilizadas na produção e na manutenção do terreno: terçado, enxada, foice, carrinho de mão, deixando manifesta a dureza do trabalho. Um pequeno caminho leva ao roçado, situado ao fundo (juntamente com a casa de farinha), onde a força de trabalho familiar cultiva de forma tradicional (não por tradição) mandioca, milho, arroz, feijão, melancia, jerimum (ver fotografias 03 e 04).



Fotografia 01 - Ramal da localidade de Jenipapo no “verão”.

Foto: do autor (setembro de 2011).



Fotografia 02 - Ramal da localidade de Jenipapo no “inverno”.

Foto: do autor (abril de 2012).



Fotografia 03 - Casa de farinha em uma propriedade da localidade de Tracuá.

Foto: do autor (julho de 2010).



Fotografia 04 - Roçado de mandioca em uma propriedade da localidade de Tracuá.

Foto: do autor (setembro de 2011).

No interior das casas nota-se um espaço marcado pelo improvisado de quem não tem muito: o piso de chão batido; a porta de pano para manter a privacidade do quarto; latas e recipientes de vidro que são reaproveitados como potes de açúcar, de farinha, ou como copos para beber água, café, cachaça; pedaços de troncos que se transformam em bancos, restos de tábuas que se convertem em mesa... Um fogão a gás e outro a lenha distribuem-se na cozinha, disposta atrás da casa, em uma “puxadinha”. A ventilação ajuda a expelir a fumaça do carvão, que é muito mais empregado em razão da economia que representa ao parco orçamento familiar. Quando tem energia elétrica, a geladeira é o “conforto” que alguns possuem para evitar a salga de seus alimentos. O televisor, com sinal de parabólica, diverte quem fica em casa, principalmente a mulher e as crianças. O pai ainda se encanta com o radinho à pilha, ouvindo seus programas favoritos e os jogos de seu time de futebol.

Um barracão de festas, um campo de futebol, uma escolinha, uma igreja católica e outra protestante formam o espaço comunitário, onde os moradores festejam seus santos, pedem bênçãos, deliberam, promovem brincadeiras e torneios de futebol...

Estes são traços genéricos da paisagem de Tracuí e de Jenipapo que, apesar da maior correspondência ao período anterior à chegada do agronegócio, em certa medida, ainda conservam-se, inquietando-nos, levando-nos a indagar como essas famílias foram parar ali, reproduzindo-se praticamente invisíveis aos olhos do Estado e do restante da sociedade e como se, aparentemente, pertencessem a uma época que ficou no passado.

As localidades de Jenipapo e de Tracuí⁴ têm suas origens antes da fundação de Belterra (1934). Valendo-nos da memória do camponês mais antigo de Jenipapo (nascido em 1939 na localidade), seu Manoel, podemos dizer que por volta de 1920, caçadores (“cabras que tinham muita coragem de entrar no meio do mato”⁵, como conta) que moravam às margens do Rio Tapajós, descobriram, em uma de suas caçadas pela terra firme, um barreiro (um poço natural) que nunca secava, inclusive no período da estiagem. Isto era uma dádiva, pois naquela região são raros os igarapés. Um desses caçadores, avô de seu Manoel, – segundo contou – cansado das enchentes do rio, se viu motivado a construir sua casa e seu roçado beirando aquele barreiro. E assim o fez, levando sua família e, posteriormente, sendo seguido por outras, estimuladas pela descoberta de um novo barreiro, fazendo surgir Jenipapo.

⁴ Jenipapo, que nomeia a localidade, é uma fruta de sabor adocicado e de casca mole, com formato esférico, cuja seiva é utilizada por certas tribos indígenas para adornar suas peles. Tracuí é uma formiga (*Camponotus femuratus*) endêmica da Amazônia, de mordida dolorida, que constrói seu ninho em cupinzeiros abandonados.

⁵ Entrevista concedida em julho de 2009 na localidade de Jenipapo.

A localidade de Tracua também tem uma história parecida, surgida em volta de um poço natural. Por certo, este tem sido o padrão histórico de ocupação camponesa do Planalto Santareno: os aglomerados humanos se formavam em áreas onde as famílias pudessem encontrar água e terra livre para plantar e viver. Procuravam, assim, um lugar onde a terra não era mercadoria, mas com condições mínimas para a reprodução familiar. Tratava-se de terras ainda não incorporadas diretamente às dinâmicas do capital e “invisíveis” às políticas do Estado para o meio rural, por isso, a quase ausência na disponibilidade de serviços de saúde, educação, distribuição e tratamento de água, energia elétrica, dentre outros. Lá, mesmo sob tais circunstâncias, ao relacionarem-se com o meio, tinham que, impreterivelmente, produzir seus meios de vida para satisfazer suas carências (vitais) de comer, beber, habitar, se vestir e outras coisas mais, pois, como seres genéricos, primeiro deveriam existir, “estar em condições de viver”, “para poder fazer história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

O primeiro movimento de ocupação dessas localidades, datado do início do século XX, foi constituído por caboclos ribeirinhos fugidos das cheias e do isolamento das margens distantes dos rios Tapajós, Arapiuns e Amazonas. Estes eram, geralmente, migrantes nordestinos, já adaptados ao meio amazônico, recém-saídos, como afirma Gonçalves (2001), dos seringais esgotados e daqueles abandonados pela crise da borracha. Buscavam uma terra para cultivar de forma menos submissa ao tempo da natureza (ao tempo das enchentes) e com maior proximidade do mercado santareno e das pequenas vilas ao redor, onde pudessem trocar seus produtos.

De um modo geral, a ocupação dessas terras livres por posseiros na Amazônia, especialmente nordestinos, tem acompanhado o perpassar de sua história, onde estes, quando encontravam “alguma dificuldade (tal como um fazendeiro ou um *grileiro* reivindicando a propriedade da terra, um certo empobrecimento do solo, muitas pessoas chegando etc.)” (VELHO, 1979, p. 197) iam se deslocando mais ao interior – distante, inclusive, das beiras dos principais rios, que já eram cobijados por pecuaristas –, penetrando a floresta em busca de um:

(...) local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (*igarapé*) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material de construção. Após os trabalhos iniciais voltavam para buscar as suas famílias, que

estariam ou nos locais originais de partida ou num dos povoados próximos ao rio. (VELHO, 1979, p. 201).

Fica claro que esse movimento está relacionado com as formas históricas com que se deu o acesso à terra no Brasil. Da doação a alguns privilegiados (sesmarias) à sua mercantilização (Lei de Terras), seu acesso (legal) sempre esteve restrito. Entretanto, mesmo que juridicamente as terras tivessem donos e que para ter acesso a elas era exigida a sua compra, grande parte destas não era, de fato, conforme Guimarães (2009), uma mercadoria, isto é, um equivalente de capital, não despertando, portanto, interesses econômicos imediatos. Então, levas de camponeses se dirigiam a essas terras não usadas, mas apropriadas juridicamente, e a estes se somavam àqueles expulsos do interior de outras propriedades, como agregados, em uma corrida incessante sertão à dentro.

As localidades de Tracuí e de Jenipapo se desenvolveram nesse processo de ocupação pela posse, atravessando diversos períodos. O primeiro, já descrito acima, correspondeu à suas origens, quando os primeiros posseiros resultaram da crise do seringalismo. O período seguinte, que seguiu da década de 1930 até meados da década de 1940, foi marcado pelo empreendimento de Henri Ford no atual município de Belterra, impulsionando a procura por alimentos, vindo a acarretar um discreto aumento na quantidade de famílias.

Os anos que sucederam o fim da II Guerra Mundial até meados da década de 1970, conformaram o terceiro período, com uma significativa ampliação de seus moradores. Por um lado, em razão do fracasso da produção racional de borracha em Belterra, cuja força de trabalho teve que se voltar para outras atividades para continuar se reproduzindo; e por outro, pelo grande fluxo de nordestinos – principalmente cearenses – que se dirigiram para a região do Planalto Santareno, cujos destinos eram as terras distribuídas pelo então Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

As décadas de 1970 e de 1980 foram os anos com maiores fluxos de migrantes para a região do Planalto Santareno, sendo, pois, o período de maior expansão dessas localidades. Na década de 1970, a abertura da BR-163 e os projetos de colonização dirigida (referentes ao Programa de Integração Nacional – PIN) atraíram centenas de migrantes para a região, só que de forma indireta (“espontânea”). Isto porque o Planalto Santareno não foi alvo desses projetos, contudo, começou a abrigar os colonos insatisfeitos com aqueles implementados em Rurópolis e em Altamira, no eixo da Transamazônica.

O último período em que houve um importante fluxo de pessoas para essas localidades foi o da década de 1980, marcado ao mesmo tempo pelo *boom* e pela crise (no

final da década) da exploração do ouro na região de Itaituba/PA. Nessa ocasião, centenas de garimpeiros adquiriram um pequeno pedaço de terra na região do Planalto Santareno como forma de manter um lugar onde suas famílias pudessem permanecer enquanto iam fazer a sorte no garimpo, que, com sua crise, tiveram de se voltar definitivamente.

No transcurso destas décadas, a diversidade das trajetórias migrantes nessas localidades foi bastante ampla, não somente as provenientes de outras regiões brasileiras (do sul e do nordeste), mas também as de outras partes da Amazônia (do Acre, do Amazonas ou de outros municípios paraenses), assim como da própria região, de localidades camponesas e ribeirinhas próximas e das cidades de Santarém e de Belterra. Ao mesmo tempo, o egresso de camponeses era constante, moldando um intenso fluxo de chegada e partida em busca de melhores condições de existência.

Em referência a isso, é ilustrativo o caso de um camponês da localidade de Jenipapo. Nascido lá em 1939, contou-nos que⁶, por volta de 1947, ficou com idade de estudar, mas não havia escola no lugar. Seu pai, então, conseguiu se apossar de um terreno em uma localidade mais próxima à vila de Belterra, onde se matriculou no “Grupo Escolar Benson Ford das Plantações de Belterra”, fundado por Henri Ford. Contudo, em 1955, seu avô, que morava numa localidade na “boca” do Arapiuns, ficou doente e seu pai foi para o lado dele, até o seu falecimento. No Arapiuns, o peixe e a caça eram abundantes, mas o que conseguiam no escambo não dava para cobrir suas outras necessidades e, se resolvessem levar a produção para Santarém, o custo do transporte transformava a expedição pouco vantajosa. Foram, então, trabalhar na terra de fazendeiros, nas áreas de várzea. Nessa época, constituiu família e teve que sair da companhia do pai para buscar um lugar para criar seus filhos. Foi então parar numa localidade ribeirinha na costa do Amazonas, denominada “Pinduri”, onde passou dezoito anos de sua vida pescando, caçando e plantando na várzea quando esta emergia. Mas, em 1974, por conta de uma forte cheia do rio, saiu de lá, pois não aguentava mais viver em cima d’água⁷. Veio para Santarém, onde conseguiu um emprego de estivador para carregar os barcos de juta, mas sofreu um acidente de trabalho, quebrando o maxilar e todos os dentes da boca (os fardos da fibra caíram sobre ele, quando os retirava do armazém). Sem conseguir trabalhar, sua irmã, que cresceu junto com ele na localidade de Jenipapo, cedeu-lhe um pedaço de seu terreno no velho lugar de sua infância e, de 1975 até 1986, morou

⁶ Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo.

⁷ “A tia da minha mulher disse: rapaz, o que vocês fazem aqui em cima d’água, vocês não são pato!” (entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo).

ali, quando a mulher o deixou. Voltou para a cidade de Santarém para terminar de criar seus filhos e, em 1991, novamente retornou, estando lá até hoje.

Um especial destaque deve ser dado às trajetórias dos migrantes nordestinos, notadamente os cearenses, que, desde seus lugares de origem, já trabalhavam com o roçado, porém em propriedade alheia. Aventuraram-se na Amazônia sonhando em trabalhar sua própria terra, que porventura lhes proporcionassem uma vida com menos dificuldades. Traziam a família, quando podiam, ou esperavam as coisas se acomodarem para mandar buscá-la. Às vezes retornavam, pois não obtinham sucesso. Nas localidades de Tracuí e de Jenipapo encontramos abundantes exemplos de um membro que veio aventurar, buscar um lugar para trabalhar, e depois convenceu seus parentes a seguir o seu caminho, pois, conforme Menezes (2009, p. 279):

Quem migra é o indivíduo, no entanto, a migração é uma estratégia familiar que se fundamenta no ciclo de vida, idade e sexo. Alguns membros da família ficam e outros partem; os que partem podem se estabelecer definitivamente nos locais de destino ou retornar periodicamente. O fluxo de pessoas entre espaços diferenciados é tecido por redes de familiares e de amizade, aproximando, de maneira simbólica, espaços geograficamente distantes.

Entre “o ‘cativeiro’ e o ‘meio do mundo’” (SCOTT, 2009, p. 245), entre o trabalhar na terra dos outros e a penúria de ter de trabalhar para os outros – ou mesmo, de não ter onde trabalhar –, tiveram que procurar alguma terra, mesmo que distante, para trabalhar para si. Voltaram-se para o Planalto Santareno, um lugar onde ainda conseguiam o mínimo para sua reprodução, ao contrário da cidade, das fazendas, das várzeas, dos lugares-mercadoria. Mas as condições encontradas por esses migrantes, que cada vez mais se avolumavam na região, não eram as melhores.

Nas localidades de Tracuí e de Jenipapo, o acesso à água potável e para as tarefas da casa era complicado, pois os barreiros eram insuficientes para suprir a demanda que crescia com o aumento populacional. Não restava alternativa senão buscá-la longe, “com duas horas, duas horas e meia de viagem”⁸, carregando-a em latas apoiadas na cabeça, em bicicletas, em lombo de cavalo, onde fosse possível, para, impreterivelmente, fazer comida e beber, deixando para um segundo plano a higiene pessoal, obrigando-os a passar “de semana sem tomar banho”⁹.

⁸ Entrevista concedida em julho de 2010 na localidade de Tracuí.

⁹ Entrevista concedida em julho de 2009 na localidade de Jenipapo.

Para tentar obter esse recurso, na localidade de Tracuá, os camponeses decidiram cavar um poço (de tipo “boca aberta”) utilizando instrumentos manuais (enxadeco, picareta, ferro de cova, draga). Mas este chegou a “parcos” noventa palmos (aproximadamente 20 metros) de profundidade, pois não havia condições de ir além, alcançando seu limite numa camada rochosa. O poço, então, só servia na época das chuvas, pois no Planalto Santareno, para obter água o ano inteiro, deve-se perfurar, pelo menos, cem metros o solo – ação impossível com o auxílio desses instrumentos e os pressupostos orçamentários que dispunham. Muito tempo se passou e apenas há uns quinze anos os comunitários conseguiram pagar por um poço artesiano, puxado manualmente, e assim suavizar esse problema.

A situação repete-se na localidade de Jenipapo, visto que, somente em meados da década de 1990 que surgiu um projeto para tentar melhorar o acesso à água, quando a prefeitura de Belterra construiu uma cisterna com capacidade de armazenar 8000 litros de água para ser suprida por caminhões-pipa. No entanto, esta água tinha que ser assaz racionada entre as famílias, pois apenas a cada oito dias que a cisterna era reabastecida. No passado, outra ação governamental existiu, mas não obteve o mesmo “sucesso”: um poço artesiano foi cavado com 60 metros de profundidade que, portanto, nunca deu água.

Outro problema era a energia elétrica, que não existia. Os moradores tinham que recorrer à luz do candeeiro ou da lanterna à pilha para enxergar à noite; à bateria de automóvel para fazer funcionar o aparelho de televisão ou algum outro objeto elétrico; à salga dos alimentos ou, quando podiam, ao “isopor” com gelo para conservá-los; e, quando juntavam as famílias para cooperar, ao motor à combustão para girar o caititu e triturar a mandioca na casa de farinha.

Outro problema era a precariedade das estradas e dos ramais no período chuvoso. Por diversas vezes os camponeses das localidades de Tracuá e de Jenipapo perderam sua produção, pois não havia como algum veículo adentrar o ramal para pegá-la e nem eles próprios tinham como levá-la para a beira da BR-163: nem bicicleta, motocicleta ou carro-de-boi conseguiam transpor o lamaçal que surgia com as fortes chuvas. Ocorria, inclusive, de diminuir sua produção nessa época por conta das dificuldades do deslocamento. Um camponês para nós se queixou: “agente aqui não teve acesso a quase nada, apesar de estarmos bem perto de Santarém.”¹⁰ Outro entrevistado, antigo morador de Tracuá, contou-nos que cansou de ir à Prefeitura de Santarém exigir melhoras no ramal, que, segundo ele, só esteve em boas condições na época de Henri Ford.

¹⁰ Entrevista concedida em julho de 2010 na localidade de Tracuá.

Somada à precariedade dos ramais, também existia a dificuldade com o transporte. Caso não avisassem com bastante antecedência a algum fretador para buscar suas produções, os camponeses tinham que encontrar algum meio para carregá-las para a beira da rodovia e ficar esperando a madrugada passar para pegar uma condução para a feira. No início da construção da BR-163 era ainda mais difícil, pois havia apenas um pau-de-arara que realizava esse serviço. Quando não existia a rodovia, tinham que escoá-las em lombo de cavalo, com a lama “dando pela canela”¹¹, por horas e horas pelas estradas para alcançarem o mercado.

A ausência de transporte e as péssimas condições dos ramais também impunham dificuldades às crianças acessarem a escola. Antigamente, o pai que quisesse que seu filho estudasse, tinha que matriculá-lo na cidade de Belterra ou de Santarém. Contudo, a ausência de um transporte regular forçava a desistência de muitos alunos ou fazia com que alguns pais se mudassem para locais onde fosse mais fácil chegar à escola. Mais recentemente, uma escolinha de ensino infantil foi inaugurada na localidade de Tracuí e outra em Jenipapo, mas, se algum aluno almejasse prosseguir seus estudos, deveria, como antes, procurar ensino fora, recaindo, compulsoriamente, na velha questão da precariedade dos ramais no período chuvoso.

O acesso à saúde, como não poderia deixar de ser, era bastante ruim, somente encontrando uma pequena melhora a partir da emancipação do município de Belterra em 1995, com a construção de um posto médico à altura do quilômetro quarenta da rodovia BR-163. Antigamente, mesmo para o atendimento mais básico, tinham que se deslocar (infelizmente, pelos mesmos ramais) para a sede de Belterra ou, o que era mais frequente, para a cidade de Santarém.

Um velho camponês, que veio do Ceará há mais de 40 anos, resume de forma bastante precisa e resignada esta condição: “Eu vim atrás de um lugar bom pra trabalhar, seduzido por um cunhado meu, mas não achei o que ele disse até hoje.”¹²

Por força da estrutura social tiveram que resistir; e lá foram se alojando, em pequenos lotes, de 30 hectares em média, sob condições precárias, destituídos de qualquer assistência do Estado, exceto o direito de votar. E lá tiveram que reproduzir suas vidas, sendo levados, portanto, a dar respostas a este meio e instituir as condições organizacionais e produtivas de suas existências: disponibilizaram, deste modo, uma “combinação de técnicas”

¹¹ Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade do Limão (por um ex-morador da localidade de Tracuí).

¹² Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade do Limão (por um ex-morador da localidade de Tracuí).

(SORRE, 2002, p. 17), “um conjunto de meios instrumentais e sociais” (SANTOS, 2002, p. 29), com as quais se valeram para continuar garantindo a reprodução da família.

Este gênero de vida camponês atuava no sentido de diminuir, cada vez mais, o poder hostil da natureza e o abandono do lugar, operando num meio que é:

(...) siempre infinitamente complejo y el hombre, por consiguiente, se ve solicitado por millares de fuerzas diversas que se mueven en todos sentidos, formando agregando las unas con las otras, éstas directamente, aquéllas según ângulos más o menos oblicuos, o contrariando mutuamente su acción. (RECLUS, 1986, p. 101)

Os camponeses das localidades de Tracuá e de Jenipapo constituíram, então, um “complexo de atividades habituais” e específicas, verdadeiras “criações do gênio humano” (SORRE, 2002, p. 16-17), vinculadas ao sustento de suas vidas, resultantes da sua relação com o meio¹³, de tudo que viram, ouviram, experimentaram, transmitiram, fazendo-os seres históricos. Se a precedência é a produção de seus meios de vida (técnicas instrumentais), igualmente surgem, embora sobredeterminadas, mas intimamente relacionadas, suas técnicas sociais (instituições, manifestações culturais, etc.):

Citaremos os ritos, procissões e orações pelas quais o camponês católico chama a chuva celeste sobre seus campos sedentos. Essas ações se verificam sob o mesmo título de gênero de vida. Quando então o definimos, não o devemos mutilar: ao lado dos elementos materiais mais facilmente acessíveis, os elementos espirituais têm seu lugar. E, naturalmente, os elementos sociais: a constituição do gênero de vida é inconcebível fora da atmosfera de uma sociedade organizada. (SORRE, 2002, p. 19)

Deste modo, é a técnica, entendida, de acordo com Santos (2002), como “fenômeno técnico”, o traço constitutivo do gênero de vida camponês. De um lado, elementos instrumentais, que dispõem a “escolha das plantas de cultura, o material instrumental e a maneira como os grãos são enterrados” (SORRE, 2002, p. 20); e de outro, elementos sociais, relacionados à forma como o trabalho é organizado, como tomam suas decisões e, principalmente, como se relacionam com o conjunto social. A estabilidade da reprodução desses camponeses, portanto, está subordinada, em boa medida, à coesão desses elementos,

¹³ É necessário ressaltar, embora seja evidente, que quando nos referimos à natureza já incluímos o meio técnico. Não há de um lado um meio natural e do outro um meio geográfico, como afirma Santos (2002). E isto é tão mais válido hoje, pois já não existe natureza que não seja segunda natureza, sem ação da técnica.

mas que pode, a todo o momento, ser perturbada por força dos conflitos, das contradições, do desenvolvimento familiar, dentre outras.

Por esse motivo, essas técnicas sofrem constantes renovações, seja em razão do incremento populacional, da saída de um território por condições alheias – como necessidades não satisfeitas ou alguma forma de coerção (mesmo não explícita) – ou por conta da ação de vetores externos, da introdução de novos objetos e ações (uma rodovia, uma ferramenta, uma igreja, a ação de instituições), que podem acarretar em desaparecimento, ou mesmo, se tornar um fator de perenidade desse gênero de vida.

Nesse sentido, a noção de gênero de vida é aqui utilizada para mostrar as condições materiais reais de existência desses camponeses, ou seja, para entender os meios (técnicas instrumentais e sociais) que puseram em funcionamento para conseguirem se reproduzir nesses territórios com capital quase nulo e sob a mínima ajuda do Estado.

As famílias das localidades de Tracuí e de Jenipapo, donas dos seus meios de produção (terra e capital¹⁴) – mesmo não possuindo juridicamente a terra, mas a usufruindo – dispõem os próprios braços, quando capacitados, como força de trabalho dominante, concebendo a terra como o lócus de produção e de reprodução do grupo familiar, terra do trabalhar e terra do viver, indissociavelmente. Utilizam, portanto, o território segundo uma racionalidade específica, a racionalidade camponesa.

“Jogados no mato, metendo mandioca no chão e arrancando”¹⁵, essas famílias vendiam no mercado uma parte de sua produção (reservando a outra para o consumo próprio) para trocar por outras mercadorias que necessitam consumir e que não produzem, como remédios, sal, querosene e roupas. Tentam ajustar, assim, trabalho e consumo: o volume do trabalho, que se faz sob determinadas condições de produção, é ajustado à necessidade de consumo familiar.

Contudo, se impõe um fator subjetivo nesta operação, muito bem observado por Chayanov (1974): o grau de auto-exploração da força de trabalho familiar. Uma vez que o uso produtivo do território pelos camponeses está condicionado pela necessidade de consumo da família, no momento em que as necessidades são satisfeitas, o trabalho é cessado, pois qualquer adicional de produção é um esforço físico extra a ser julgado pela família (que é a força de trabalho dominante), tendo em consideração seu bem-estar. Assim, para Chayanov (1974), se de um lado a receita líquida ultrapassa a necessidade de consumo da unidade

¹⁴ Capital entendido, nesta parte, de maneira vulgar, como um conjunto de bens utilizados na produção para gerar um fluxo de renda, ou retorno, ao seu dono.

¹⁵ Entrevista concedida em setembro de 2011 por um camponês aposentado ex-morador de Tracuí.

familiar, o cálculo subjetivo pode, fatalmente, diminuir o grau de auto-exploração, mesmo que, para isso, a produção e o ganho diminuam¹⁶.

A territorialização de grupos camponeses em lugares onde as condições materiais de existência são precárias, incluída a situação de mercado, como são os casos das localidades de Tracuí e de Jenipapo, o grau de auto-exploração do trabalho chega a um nível crítico, no qual a satisfação das carências básicas vêm à custa de um peso quase insuportável de trabalho. Em decorrência da quase ausência dos serviços estatais e da modéstia dos instrumentos de trabalho, as melhores horas de energia corporal (as primeiras) são gastas com o mais elementar para a sobrevivência da família e as horas seguintes, que são as mais fatigantes, ainda são, geralmente, dedicadas para a satisfação dessas mesmas necessidades. Tão logo satisfeitas, a força de trabalho camponesa se vê compelida a parar, pois a continuidade viria sob um nível elevado de indisposição física. Adiante, não consegue suportar, pois há um limite natural do organismo humano em energia laboral.

Por conseguinte, em virtude dessas condições encontradas por esses camponeses, o nível de satisfação de suas necessidades limita-se – já sob elevado grau de auto-exploração do trabalho – àquele responsável por sua reprodução física estrita e para a reposição de seu diminuto capital. Aplicam todas as suas forças laborais para satisfazer o mínimo de suas necessidades, que com pouco capital, apenas tendem a prolongar sua existência de extrema carência. Este aspecto chega a uma situação tal que somente diminuem o tempo de trabalho, como nos relatou um camponês, quando a produção é comprometida por algum fator que não podem controlar ou que não possuem os meios para tal, como uma estiagem prolongada, a falta de assistência técnica ou alguma praga. Nestas circunstâncias, têm de passar grandes apertos, pois nem sempre encontram trabalho fora de sua unidade de produção:

Ano atrasado nós tiremos muita mandioca e era toda semana que nós fazia [farinha]. Toda semana nós tava na feira. Este ano que reduziu mais, porque começou a dar um mal na mandioca, que apodreceu mesmo. Este ano foi plantado, mas não colhemos. Agente tá se virando como pode para comer. É só assim que agente trabalha menos... (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Tracuí).

A procura de trabalho fora de suas unidades de produção sempre se constituiu numa estratégia regular de sobrevivência para esses camponeses, com especial destaque para o trabalho em “diárias”. Estes são trabalhos temporários, de seu domínio técnico, realizados,

¹⁶ Por isso a racionalidade camponesa, que não é a da acumulação, ser vista por muitos como irracional.

principalmente, em outras unidades de produção camponesas, no sentido de auxílio em momentos em que a força de trabalho é mais necessária, como na colheita. Recorrem a elas por vários motivos. Um deles, quando a reprodução do grupo familiar é comprometida por algum fator de desequilíbrio: pouca terra e/ou capital, preços muito baixos de seus produtos (insuficientes para cobrir suas despesas) ou o excesso de bocas para o consumo e a escassez de braços para satisfazê-lo. Outro é a irregularidade do trabalho agrícola nesses lugares: na época das chuvas, a atividade na roça é menos intensa (por vários razões, como o escoamento dificultado pela situação das estradas, as colheitas que ficam comprometidas pelo excesso de chuvas, entre outras) se comparado com o restante do ano (o “verão”). Mas o principal se dá em razão dessas diárias constituírem uma remuneração maior com menor trabalho realizado se comparado com aquele feito em sua própria unidade de produção. Vejamos um exemplo. Hoje, uma diária no Planalto Santareno varia em torno de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) reais, o que corresponde, em média, ao preço de meia saca de farinha, que custa uma semana para ser produzida. Como afirma Chayanov (1974), se a família camponesa encontrar alguma forma de cobrir suas necessidades com menos gasto de energia, mesmo deixando seus meios de produção em descanso¹⁷, certamente o fará. Portanto, a procura por empregos fora de suas unidades de produção não se trata de algo exterior, de um indício de “descamponização”, mas de uma estratégia intrínseca à sua própria reprodução.

Outra estratégia de reprodução utilizada pelos camponeses das localidades de Tracuí e de Jenipapo é a diversificação da produção, combinando diferentes técnicas agrícolas com o extrativismo. Cultivavam milho, arroz, feijão, mandioca, jerimum; culturas permanentes, como banana, abacate, limão, graviola; e, ao mesmo tempo, coletavam da floresta castanha-do-pará, cumaru, andiroba, e procuravam nela alguma caça, principalmente tatus, pacas e cutias. Isto os ajudava a se precaver das crises, tornando-se menos dependentes de um só produto – que poderia sofrer um rebaixamento expressivo em seu preço ou a diminuição de sua procura no mercado –, assim como poder contar sempre que possível com uma mercadoria para comercializar, haja vista as diferenciações do calendário agrícola. Se porventura essas precauções falhassem, contavam com reservas de valor, com porcos e, principalmente, galinhas caipiras criados livres pelos quintais e pelo mato.

Dependendo da época, da quantidade e do preço, dedicavam mais trabalho para um determinado produto que para outro. Na localidade de Jenipapo, por exemplo, a coleta da castanha-do-pará era importante até a década de 1970, dada a sua abundância e ao preço

¹⁷ Prática inaceitável segundo a racionalidade capitalista.

atrativo, além de ser coletada no período chuvoso, onde o trabalho no roçado fica prejudicado. Por sua vez, na localidade de Tracuá, que não possuía tantos castanhais, a coleta estava mais voltada para o consumo próprio das famílias.

A maioria das famílias das localidades em foco nunca teve acesso a crédito rural, com exceção de uma, em Tracuá, que, juntamente com algumas outras de outras localidades do Planalto Santareno, participaram de um projeto apoiado pelo FNO no final da década de 1990. Mas o projeto resumia-se ao oferecimento de crédito para plantar café, não existindo qualquer assistência técnica e linha de crédito para a aquisição de instrumentos de trabalho indispensáveis à manutenção dos cafezais, que requeriam um trato que não detinham o conhecimento e que necessitava de constante irrigação e maquinário para evitar o alastramento de ervas daninhas. Não houve sequer uma colheita, e todos, até hoje, não tiveram como pagar o empréstimo que adquiriram.

Contudo, não somente esses problemas de ordem técnica e a pouca disponibilidade de crédito para o setor – sobretudo para quem não possui o título de sua propriedade – explicam a não obtenção de crédito por esses camponeses. Primeiro, porque nem sempre contrair empréstimos para investimento em capital (como aquisição de máquinas) significa ganhos qualitativos para o camponês, pois será exigido um aumento da produção para o pagamento da dívida, podendo vir à custa de maior taxa de auto-exploração do trabalho, como afirma Chayanov (1974, p. 99):

Cualquier exceso en los medios de producción o en la tierra disponible que supere el nivel técnicamente óptimo constituye una carga excesiva para la empresa. No aumenta el volumen de la actividad porque una intensidad de fuerza de trabajo que sobrepase el nivel establecido para sua autoexplotación resulta inaceptable para la familia.

Além do mais, o medo de não conseguirem pagar os empréstimos, por conta dos riscos que teriam que assumir por se dedicar a um só produto – e comprometerem o pouco que possuíam – fazia-os, como era comum vê-los, procurar ingenuamente o Banco da Amazônia para solicitar o FNO para comprar comida para as galinhas, adquirir um terçado, um carrinho de mão ou outras pequenas coisas.

O investimento em capital na unidade de produção camponesa, portanto, não segue o mesmo princípio que o da empresa capitalista. Nesta, a força de trabalho é vista como um custo que se soma às despesas com o capital constante. Naquela, a força de trabalho está fora dessa contabilidade, pois o capital é investido para a renovação da própria força de

trabalho. Adiantar capital para a produção deve estar subordinado, assim, ao equilíbrio trabalho-consumo, uma vez que este capital também é parte da reprodução da força de trabalho; recusar este balanço significaria comprometer a satisfação de suas próprias necessidades, pois o camponês “tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, *carente*”. (MARX, 2004b, p. 91). Não é, em última análise, sua condição de posseiro pobre que impõe as principais determinações à situação de não expandirem capital, como explica Chayanov (1974, p. 263):

En cualquier nivel particular de tecnología y en una situación particular de mercado, cualquier familia obrera capaz de controlar su extensión de tierra laborable puede aumentar la productividad de su fuerza de trabajo aumentando la intensidad del capital de la explotación hasta el nivel que sea óptimo para esta familia. Cualquier aumento forzado de la intensidad del capital por encima del nivel óptimo aumenta las fatigas del trabajo e incluso reduce su remuneración, ya que, por un lado, el aumento de los gastos para reemplazar el capital agotado neutraliza el efecto positivo de la mayor intensificación de capital, y por el otro, la realización económica de este capital requiere que la familia que maneja la unidad intensifique su fuerza de trabajo más de lo permitido por el equilibrio de los factores internos.

Quando as condições não são as mais favoráveis para a sua reprodução, a necessidade de consumo se sobrepõe sobre o incremento de capital, mantendo-o em um nível voltado meramente à subsistência familiar. Dessa maneira, os camponeses dessa fração da Amazônia procuravam sempre um produto que requeresse o mínimo de capital, mas com uma boa aceitação mercantil. Não é à toa, portanto, que a farinha de mandioca tornou-se o principal produto comercializado por essas localidades durante todas as épocas:

A coisa que rola mesmo é farinha, desde a época em que eu moro aqui e nunca deixei de plantar. Outro tipo de coisa requer muito trabalho, agente precisa de muito adubo químico, maquinário... O cabra não tem condição, né? Aí, primeiro, tem que comprar o esterco, que tão vendendo a dois reais o saco, é caro... Aí, quando o cabra planta, que dá, aí o cabra vende, ainda dá. E quando não dá na plantação, os bichos come tudo? (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Tracua).

Sem energia elétrica, com pouca água, fazendo uso de instrumentos de trabalho primitivos e sem dinheiro para comprar fertilizantes, defensivos, a técnica da produção da farinha de mandioca era a ideal sob tais condições. Do preparo do solo para receber a mandioca à fabricação da farinha propriamente dita, os meios utilizados são modestos, presentes, em grande parte, na própria natureza. Além do mais, é um produto que não pode

faltar nas feiras das cidades paraenses, constituindo-se base da alimentação de muitas pessoas em toda a Amazônia.

O processo de produção da farinha inicia-se com a derrubada da mata, com o final das chuvas (a partir de julho), para preparar o roçado. Espera-se um determinado tempo para ela secar e, assim, em novembro, ser queimada e suas cinzas tornar-se o adubo necessário à planta. Com o retorno das chuvas, em janeiro ou fevereiro, no “toco do carvão”, semeia-se a “maniva”. As chuvas que caem constantemente até junho cuidam do desenvolvimento da planta, que fica suficientemente forte para suportar a estiagem. Nesse tempo, apenas devem se preocupar com o mato que cresce entre os pés, arrancando-o para que não sugue os nutrientes do solo.

Um ano e meio depois, em seu tamanho ideal, a raiz da mandioca é arrancada e o caule (a “maniva”) é separado para servir de muda para os próximos roçados. A mandioca (a raiz) é então transportada para a casa de farinha, onde – após ser lavada para retirar a terra que se prendeu – é totalmente descascada. Uma parte, aproximadamente 1/5 (um quinto), é carregada para um reservatório de água¹⁸, ficando submersa durante dois dias para amolecer, isto é, “apubar”, como falam os camponeses, para evitar que, ao final, a farinha fique muito dura. Esta parte retorna à casa de farinha e é misturada à que ficou, para novamente ser lavada e ser colocada no “banco” – uma caixa que fica acoplada a um triturador, chamado pelos camponeses de “caititu” – e, assim, ser moída, caindo diretamente em um tabuleiro localizado abaixo. A massa resultante é conduzida a outro tabuleiro, permanecendo lá por 24 horas para que fique levemente azeda, “apurada”, na linguagem amazônica, com o fito de impedir o adocicamento da farinha. A massa então é levada para uma prensa manual¹⁹, onde é escorrida e secada, saindo um líquido, altamente tóxico, cheio de sedimentos brancos, conhecido por “manipuera”, que, quando posto para “descansar”, separa-se do amido (base da tapioca) o tucupi. A massa prensada vai para outra cocha para ser peneirada, para se retirar a “crueira”, uma parte dura da mandioca que não conseguiu ser triturada pelo “caititu”. Por fim, é levada ao forno para ser torrada e, depois de ser revirada manualmente com a ajuda de um rodo por uma hora e meia, a farinha de mandioca está pronta para ser ensacada e consumida.

Todo esse processo requer horas de trabalho muito duro das famílias. Contando com o auxílio de terçados, foices e machados, debaixo de sol forte e suportando ferroadas de

¹⁸ Este é o processo de produção da farinha d'água, mais comum e apreciada na região. No fabrico da farinha “toco mole”, o processo é o mesmo daquela, com a exceção de que toda a mandioca descascada vai para a água para amolecer.

¹⁹ Antigamente, tal como os indígenas, utilizavam o tipiti, um espremedor feito de palha. A atual prensa é muito mais eficiente.

formigas e cabas, derrubam a mata, em um trabalho que um homem adulto – em uma tarefa²⁰ de área – demora de 07 a 08 horas para realizar. Quando a madeira é mais grossa, se conseguem dispor de algum dinheiro, alugam uma motosserra para poupar o trabalho que custaria mais tempo e mais esforço. No plantio, cavando as covas com a enxada, inserindo as manivas com as mãos e enterrando-as com os pés, um trabalhador consegue, em dois dias de trabalho e com uma jornada de 12 horas diárias, semear uma tarefa de mandioca. A época da colheita é quando mais precisam de ajuda, não somente em razão de terem de arrancar as raízes com as mãos, mas porque não podem esperar muito tempo para a mandioca entrar no processo produtivo, sob risco dela apodrecer. Isto porque uma pessoa adulta leva duas semanas, trabalhando 12 horas por dia, para colher a mandioca contida em uma tarefa.

Quando a mandioca é colhida, utilizam uma carroça puxada por boi ou cavalo, ou mesmo de suas costas para carregar as sacas para a casa de farinha. Lá, necessariamente, devem dispor do trabalho dos filhos (sejam eles crianças) e da mulher que, sentados no chão e usando facas afiadas, descascam a mandioca. Às vezes, contam com a ajuda de algum vizinho, retribuindo-o com farinha. Ao todo, são 12 horas (sem contar o tempo de descanso da mandioca na água e do “apuramento” da massa) de trabalho no retiro até que a farinha fique pronta.

Este trabalho penoso teve suas implicações sobre a saúde desses camponeses. Os casos mais habituais referiam-se aos reflexos às suas colunas do esforço cotidiano, acarretando enfermidades (hérnia de disco, “bico de papagaio”, escoliose) e dores agudas que chegavam a comprometer (até absolutamente) o seu labor. Outros casos, também comuns, atingiam sua pele e seus olhos, como cânceres, catarata, degeneração macular, dentre outras, causados pelas longas horas de trabalho sob o sol escaldante e diante do calor e da fumaça dos fornos de farinha; casos, sem dúvida, agravados pelo acesso deficiente à saúde pública de qualidade.

Na produção da farinha também perpassam os principais laços entre os membros das famílias das localidades de Tracuá e de Jenipapo e destes com os outros camponeses. A contração de “diárias”; a ajuda da mulher ao marido – não somente em casa, mas também no roçado e na casa de farinha; o auxílio dos filhos pequenos e daqueles com já maturidade laboral aos pais; a troca de produtos de subsistência por farinha entre os vizinhos; o uso comum das casas de farinha entre parentes, etc., configuram relações que, passando ao longo de suas objetivações, constituem dimensões de sua sociabilidade. Pois, segundo Marx e

²⁰ Uma tarefa, medida utilizada pelos camponeses do Planalto Santareno, possui 25 braças quadradas de superfície, o equivalente a, aproximadamente, 3.025 m² de terra.

Engels (2007), produção material não se resume às objetivações do trabalho – apesar destas serem as elementares –, mas também se constitui pelas objetivações sociais (imateriais), formas determinadas de exteriorização da vida dos homens, postulando a indissociabilidade entre existir e ser²¹:

Tomando como pressuposto que lhe pertencem as condições objetivas de seu trabalho, deve-se também pressupor que o indivíduo pertença subjetivamente a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho. (MARX, 2011, p. 78).

Assim, os camponeses das localidades de Tracuí e de Jenipapo têm na forma como produzem suas existências uma relação com a forma com que exteriorizam elas, seja nos espaços de produção (roçado, casa de farinha), seja nos espaços de representação (igreja, barracão comunitário, terreiros), ao tecer as relações de trabalho, de familiaridade e de localidade.

Um especial relevo deve ser dado, nesse sentido, à comida e, por conseguinte, à figura do pai. Como afirmam Paulino e Almeida (2010), por ser o pai a força de trabalho principal, a este é conferido o papel simbólico de “provedor da comida” (papel ligado, assim, um fator objetivo que é a subsistência da família). A comida, desse modo, cuja carga simbólica perpassa a hierarquia do pai, perpassa também a forma de relacionamento entre os vizinhos, como traço de solidariedade entre os camponeses, na simbiose entre tempo de vida e tempo de trabalho:

Podemos dizer, então, que a comida e, nela, a noção de fartura, cumpre mais que sua finalidade alimentícia. Ela desempenha um papel de sociabilidade, já que é através da produção de alimentos que o camponês expressa seus laços de identidade. Assim, em uma linguagem simbólica, ele oferece os produtos de sua roça, a sua riqueza, como forma de estabelecer vínculos com aqueles a quem considera. Logo, terra e alimento estão de tal forma imbricados, que falar de um remete necessariamente ao outro, bem como às formas de sociabilidade e solidariedade oriundas dessa articulação. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 40)

Os laços dos camponeses das localidades de Tracuí e de Jenipapo (e de todo o Planalto Santareno) não ficavam circunscritos ao espaço estrito das localidades. Agentes do

²¹ Quão dúbia, pois, sob este enfoque, é a intercalação do morfema “i” à frente de “material” (“(i)material”), utilizada por aqueles que querem enfatizar a “imaterialidade” ou mesmo a sua ausência no materialismo dialético. Ora, produção material é sinônimo de *reprodução da vida social*. Fazer história enquanto construção política, cultural, religiosa, é um desdobramento do ato de existir – “ninguém é alguma coisa sem antes existir”.

estado, empresários locais, madeireiros, pecuaristas, entre outros, em algum momento, teceram relações com eles, como, por exemplo, na comercialização da madeira (do “tronco em pé”) de seus lotes a madeireiros que, por tabela, faziam a abertura e a manutenção dos ramais; na venda temporária ou sazonal de sua força de trabalho aos pecuaristas, às serrarias e à extração de madeira; na participação em programas e projetos estatais ou mesmo nas relações clientelistas e paternalistas com governos e políticos locais.

Contudo, foi por meio do mercado, oferecendo-lhe valores de uso social, que seus vínculos com a sociedade envolvente foram mais próximos. Mas tais laços não se dirigem – apesar de importantes – apenas às feiras locais, haja vista que estes são espaços da mera imediatividade das relações. Foram suas relações contraditórias com o conjunto social que propiciaram sua reprodução, remetendo-se, portanto, ao papel assumido historicamente pelo campesinato na formação econômica e social brasileira, vindo a explicar sua sobrevivência, hoje, no Planalto Santareno. E o mercado é, assim, a mediação privilegiada para se entender tais relações.

1.2 A REPRODUÇÃO DO GÊNERO DE VIDA CAMPONÊS DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.

As feiras do produtor rural da cidade de Santarém, destacadamente a localizada no complexo do “Mercadão 2000”, em frente ao Rio Tapajós, são o *locus* principal das trocas dos camponeses do Planalto Santareno. As abastecem com diversos produtos agrícolas que são consumidos, principalmente, pela classe trabalhadora dessa cidade, contribuindo, portanto, para a reprodução da força de trabalho santarena. Uma relação que podemos evidenciar pelo melhor preço e maior quantidade de farinha vendida no início do mês, quando os trabalhadores urbanos recebem seus salários.

Esta relação marcou – e explica – o desenvolvimento histórico desse campesinato. Desde o início da colonização percebe-se esse vínculo, que veio a se aprofundar com os sucessivos períodos da formação econômica e social santarena, amazônica e brasileira. Assim, podemos dizer que sua gênese (cujo entendimento é necessário para se conceber esse seu processo de re-criação constante) alcança o momento em que esse gênero de vida de roça esboça seus primeiros contornos.

Sabe-se, pois, que a técnica da produção da farinha reporta-se a bem antes da chegada dos colonizadores, reproduzindo-se não somente em toda a Amazônia, mas em outras regiões brasileiras e em outros países latino-americanos. Como relata Sussuarana (1991), no município de Santarém, esta técnica – como as de outras culturas de subsistência – alcança o tempo dos índios tupaius, da antiga tribo que habitava o lugar. No período da coleta das “drogas do sertão”, esta agricultura conformou a base da alimentação da força de trabalho (dos índios destribalizados) direcionada ao extrativismo vegetal e animal (sobretudo de cacau), configurando o elo entre a produção coordenado pelos missionários religiosos no vale do Tapajós e o comércio do além-mar.

Mesmo com a tentativa de desarticulação dessa economia pelas políticas “modernizadoras” pombalinas, para em seu lugar se desenvolver a agricultura de exportação (que não surtiu o efeito desejado²²), o extrativismo continuava sendo a principal fonte de exportação da Amazônia, com a agricultura camponesa respondendo pela demanda local de alimentos. Enquanto um produto se destacava para a exportação, os outros, considerados de segunda linha, segundo M. Castro (2008), supriam as necessidades locais. Como consequência disso, encerrado o período colonial, às cercanias da cidade de Santarém, já existia um considerável número de núcleos agrícolas “que produziam o necessário ao abastecimento do Município e (...) de onde saíam os grupos de sertanistas empenhados na exploração da floresta” (REIS, 1979, p. 159).

O primeiro período áureo da exploração gomífera na Amazônia (1879 a 1912) elevou essa relação. Com a desarticulação da produção baseada na mão-de-obra indígena e o aumento da demanda por borracha pelos países industrializados, nasceu o “problema da mão-de-obra” (FURTADO, 2004, p. 135) que seria utilizada nos seringais. A solução encontrada foi a migração de nordestinos, estimulada pela grande seca que assolou a região no final da década de 1870 e pelas “dificuldades crescentes experimentadas pelo (...) sistema da *plantation* em absorver os excedentes demográficos” (VELHO, 1972, p. 36). Segundo Benchimol (*apud* M. CASTRO, 2008), aproximadamente 300.000 migrantes, saídos de diversas partes do Nordeste (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Maranhão) chegaram à Amazônia nesse período.

O município de Santarém teve um papel destacado na absorção desse contingente. Sua localização privilegiada, a meio caminho de Manaus/AM (partindo-se de Belém/PA) e na confluência de dois grandes rios (o Amazonas e o Tapajós), facilitava a logística de

²² Em 1777, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada com esse objetivo, encerrou suas atividades.

exploração dos seringais do vale do rio Tapajós e o direcionamento dos fluxos de pessoas e de mercadorias para os diversos pontos da região amazônica. Dessa maneira, a cidade experimentou um expressivo aumento populacional, fazendo crescer a procura por gêneros alimentícios, inclusive destinados a abastecer os seringais, uma vez que os seringueiros tinham que se dedicar exclusivamente à exploração do látex, por imperiosidade do sistema de aviamento. Com a exaustão das seringueiras do alto Tapajós, em razão de práticas predatórias (incentivadas pela exigência de aumento de produtividade), muitos seringueiros começaram a praticar a agricultura camponesa, ou mesmo, se dirigiram para seringais mais distantes dos vales dos rios Purus e Madeira.

A inserção camponesa nesse período tem a ver, no entanto, com a forma de domínio da terra que vigorava. Segundo Araújo *et al.* (2008, p. 20):

Havia uma espécie de “reconhecimento prático” de quem era ou não “dono” das áreas, independentemente da existência de títulos legais. Esse “reconhecimento prático” era, na verdade, característico de uma sociedade em que o fundamento das formas de dominação não era tanto o controle sobre a terra, e sim *o controle do acesso ao mercado* pelo capital mercantil, no regime de aviamento (economia pouco monetarizada e mercado fundiário praticamente inexistente).

Este controle “frouxo” da terra, ditado por quem detinha acesso ao mercado externo, permitia, portanto, que certas atividades não direcionadas à exportação se reproduzissem em coexistência com aquela (para atender, ao final, a reprodução desse modelo exportador).

Na Amazônia, com a crise do primeiro período gomífero (início do século XX), milhares de seringueiros viram sua relação desfeita com os padrões seringalistas e tiveram que procurar outros meios de subsistência. A atividade camponesa, nas várzeas e terras firmes amazônicas, preencheu, em maior grau, esse vazio, amalgamando o acúmulo de conhecimento desse meio geográfico. A crise da borracha, diminuindo a demanda por alimentos, portanto, não significou uma crise camponesa, e diversas práticas extrativistas e agropecuárias, relativamente autônomas, inseriram esse campesinato nas trocas locais, regionais e, inclusive, internacionais: vide os exemplos da castanha, da madeira e do óleo de copaíba.

O Planalto Santareno, a partir de então, se constituiu como a mais importante região produtora de gêneros alimentícios de Santarém e um dos mais importantes pólos produtores de castanha-do-pará, fazendo deste município, na década de 1920, conforme EMBRAPA (2007), o terceiro maior produtor paraense, ficando atrás somente dos municípios

de Altamira e de Marabá. Mas, diferentemente destes (principalmente Marabá), onde os castanhais eram dominados por oligarquias, em Santarém, essa atividade era majoritariamente exercida por camponeses, em “castanhais livres”, que, apesar dos preços baixos (oferecidos pelos atravessadores), garantiam um importante incremento à renda familiar.

Mas a primeira metade do século XX foi marcada de modo especial pelo estabelecimento de um grande projeto de capital estrangeiro no Planalto Santareno, vindo esboçar um importante comércio de gêneros alimentícios para fora da cidade de Santarém: o cultivo racional de seringueiras em Belterra. Este projeto, em 1924, localizava-se entre os municípios de Aveiro e de Itaituba, em uma gleba às margens do Rio Tapajós (que ficou conhecida como Fordlândia), mas foi transferido, em 1934, por questões técnicas, à jusante, para uma área plana e elevada em relação ao rio, localizada no município de Santarém, alcunhada pelo empresário norte-americano de “Bela-Terra”.

De acordo com Reis (1979), doze mil acres de floresta foram derrubados e preparados para receber 2.400 seringueiras. Uma vila foi construída – com o mesmo padrão das cidades estadunidenses – para abrigar altos-funcionários e a força de trabalho novamente requisitada do Nordeste. Desse modo, Belterra se tornou, de 1938 a 1940, a maior produtora individual de borracha do mundo²³. Mas, no final da Segunda Guerra Mundial, este projeto entra em decadência, por uma série de motivos – dentre eles, doenças que infestaram os seringais e, principalmente, como analisa Gonçalves (2001), questões de controle da mão de obra –, perdendo, portanto, a concorrência para a produção do leste asiático (principalmente da Malásia) e para a borracha sintética. A Companhia Ford abandona a área, deixando toda a infraestrutura montada para o governo brasileiro. Mais uma vez, uma grande quantidade de nordestinos se deslocou para a agricultura camponesa, apossando-se de alguma área do Planalto Santareno para se reproduzirem.

A partir da década de 1950, o Estado passou a orientar importantes fluxos de colonos para a região, assumindo, conforme Velho (1979), o papel de principal agente transformador das dinâmicas espaciais da Amazônia, contribuindo para a multiplicação dos camponeses do Planalto Santareno. De acordo com Araújo *et al.* (2008), a ação inicial foram os projetos de colonização do Instituto de Imigração e Colonização (INIC), direcionando uma

²³ Fonte: IBGE.

onda migratória de nordestinos saídos da *plantation* que atingiu toda a região amazônica²⁴. Mas, a principal, foi o Programa de Integração Nacional (PIN) da década de 1970.

Este programa consolidou o elo entre o Nordeste e a Amazônia, ao induzir milhares de migrantes às áreas reservadas à reforma agrária às margens das rodovias federais, com o objetivo declarado de transferir o “excedente populacional” para a “imensidão desabitada” amazônica. Este motivo aparente guardava, contudo, razões de fundo, e esta, para Velho (1979), era a mais determinante: a urgência de se atenuar as pressões sociais nas áreas de origem, agravadas pelo crescimento avultado da “superpopulação relativa de trabalhadores” (MARX, 2011b, p. 738).

Este aumento descontrolado decorreu, segundo Velho (1979), das seguintes causas: i) pela expulsão dos agregados das grandes fazendas, uma vez que, com a instauração do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), estes poderiam elevar-se à condição de proprietários legítimos das terras que cultivavam; ii) pela diminuição da contratação de trabalhadores no campo em razão do início do processo de modernização dos latifúndios (aumento da composição orgânica do capital) e da transformação de muitas áreas agrícolas (*plantations*) em áreas de pecuária extensiva; iii) pela impossibilidade de reprodução dos posseiros com o fechamento da fronteira no Sul; iv) pela inviabilidade de reprodução das gerações futuras nas pequenas propriedades do Sul e do Nordeste; v) pela incorporação de terras de posseiros e de produtores pouco capitalizados estratégicas à reprodução dos complexos agroindustriais; vi) e pelo grande excesso de mão-de-obra nas cidades, não absorvida com o processo de modernização do parque industrial brasileiro (1960) e aumentado com a proletarianização de pequenos comerciantes que sucumbiram diante da concorrência com as grandes empresas.

Foi assim, então, que a década de 1970 deu origem à terceira grande onda migratória para o Planalto Santareno (as outras duas foram referentes à economia da borracha). Contudo, como já advertimos, este não foi alvo de nenhum projeto de colonização dirigida, mas de colonos oriundos dos projetos fracassados da Transamazônica, sobretudo de Rurópolis, que reataram, juntamente com centenas de nordestinos seduzidos pela abertura da BR-163, a colonização “espontânea” da região, em busca de suas terras devolutas para se apossar.

Na década de 1980 e início da de 1990, outro importante (e último) movimento migratório camponês se dirigiu ao Planalto Santareno, impulsionado pelo crescimento dos

²⁴ De passagem, vale a pena deixar registrado as ações do Estado relativas ao apoio à expansão do cultivo da juta e da pimenta do reino na região por migrantes japoneses, vindo estes a criar, em 1951, a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA).

garimpos de ouro da bacia do Tapajós, principalmente no município de Itaituba/PA. Apesar da exploração aurífera já existir nessa região desde o final de década de 1960, foi somente na década de 1980, com a mecanização da produção e o aumento do preço do ouro, que o fluxo migratório se intensificou. Muitos garimpeiros buscavam as terras baratas do Planalto Santareno para estabelecer suas famílias enquanto se aventuravam no garimpo. Era comum vê-los retornar no período chuvoso, quando o trabalho no garimpo era inviabilizado, e aplicar parte da renda auferida em uma pequena lavoura, tal qual observou Pereira (1992). Com a crise, muitos retornaram definitivamente à região, mas agora acompanhados por outros tantos que igualmente não “bamburraram”, investindo o pouco dinheiro que conseguiram na agricultura de subsistência.

O município de Santarém, a partir dessas políticas estatais e da corrida do ouro, passou a sofrer um incremento populacional expressivo, passando de 133.919 habitantes em 1970, segundo dados do IBGE, para 265.062 em 1991, logo, chegando a quase dobrar sua população²⁵. Paralelamente, sua taxa de urbanização, que era de 45,35%, segundo EMBRAPA (2007), passa a 67,92 % no mesmo período, tornando-se, portanto, um município predominantemente urbano. Nesse sentido, a demanda local por alimentos se elevou significativamente e a relevância da agricultura camponesa na região.

A formação espacial do Planalto Santareno esteve associada ao papel histórico da Amazônia dentro da divisão territorial do trabalho nacional e internacional, abrigando milhares de migrantes que vieram procurar terra e trabalho. Desse modo, um gênero de vida camponês começou a se delinear desde o período colonial, incorporando técnicas de tempos mais remotos, enriquecendo-se das diversas experiências trazidas no encalço das riquezas para a exportação e dos deslocamentos por espera de melhores condições de vida. No Planalto Santareno, de tal modo, desenvolveu-se uma agricultura camponesa de terra-firme, de ocupação “espontânea” e de um vínculo contínuo e cada vez mais profundo com o mercado local.

Por certo, esse campesinato santareno guarda relações determinadas, delineadas pela formação econômica e social brasileira, não sendo, portanto, tão espontânea a sua emergência, como já deixamos subjacente. Em todo o perpassar histórico nacional o camponês-possuidor coexistiu dialeticamente com a economia agrário-exportadora, participando da reprodução do conjunto das relações sociais capitalistas brasileiras: preenchendo as brechas deixadas pela economia de exportação de produtos primários, em

²⁵ Hoje, esse crescimento se estabilizou, contando Santarém com 294.580 habitantes e Belterra com 16.318, segundo o censo de 2010 do IBGE.

outro momento arrefecendo as tensões sociais geradas pelo aumento do exército de reserva industrial e, tradicionalmente, fornecendo o insumo da reprodução da força de trabalho livre, conforme afirma Martins (1995, p. 116):

[O posseiro] “limpa” o terreno do índio para a empresa que virá mais tarde. Por isso é, com frequência, estimulado por fazendeiros ou funcionários governamentais. Aceitando a condição de posseiro e a possibilidade de se deslocar para a frente de expansão e com ela, alivia as tensões nas áreas já ocupadas pelos empreendimentos capitalistas, quando é expulso da terra ou quando perde o emprego. Finalmente, produzindo excedentes agrícolas fora de esquemas e de relações capitalistas de produção, pode vender os seus produtos por qualquer preço, o que beneficia os intermediários que acumulam capital às suas custas, e contribui para o abastecimento de imensas regiões.

O papel exercido pela Amazônia na divisão territorial do trabalho tem íntima relação e sustentação com a posição histórica do Brasil na divisão do trabalho em nível mundial iniciada desde o período colonial que, por mecanismos desiguais de trocas, deu origem a uma estrutura fundiária e social extremamente assimétrica. Conforme Velho (1979), a rentabilidade da monocultura para a exportação, sobrando parcelas do mercado interno para outras atividades agrícolas, e a profunda desigualdade social, gerando excedentes populacionais, propiciou, em larga medida, a reprodução do campesinato brasileiro. Em unidade contraditória com a cristalização particular do modo de produção capitalista no Brasil, por isso em constante conflito por sua negação e afirmação, esse campesinato buscou, sertão à dentro, um lugar ainda não ocupado pelas fazendas para abrir a sua posse, fazer a sua roça e vender seus produtos em um mercado próximo: até “que começassem a chegar os fazendeiros para abrir novas fazendas, quando então era preciso ir mais longe, buscar nova terra desocupada.” (MARTINS, 1995, p. 111)

O campesinato brasileiro, portanto, já nasceu como uma classe constituída no seio da transição sócio-histórica ao capitalismo. Desse modo, como afirma Martins (1995), ele nunca se tratou de um estamento, de uma figura do “passado feudal brasileiro”, haja vista que o colonialismo surgiu com claros objetivos mercantilistas, de obtenção de lucros, muito embora se utilizando de relações de trabalho já há muito tempo abandonadas (a escravidão).

De acordo com Martins (1995), o camponês-posseiro surge no sistema de sesmarias, coexistindo de modo subserviente a este, pois a doação de terras aos que podiam dispor do trabalho escravo veio sobrepujar as posses preexistentes, e o camponês, já instalado em sua roça, tinha que esperar a decisão do sesmeiro em aceitá-lo ou não. Quando seu trabalho tinha alguma utilidade a ele – como no abastecimento de alimentos aos escravos

(sobretudo em momentos de alta dos preços dos produtos exportáveis, quando os escravos tinham que se dedicar exclusivamente ao trabalho nas fazendas) ou na abertura de novas fazendas (barateando os custos de produção) –, o admitia como agregado. Além do mais, para o fazendeiro, de acordo com Prado Jr. (1994), não era necessário a expulsão dos posseiros das terras que não eram utilizadas pelo trabalho escravo. As sesmarias baseavam-se no *uso*, sendo importante para o sesmeiro a terra *onde* o escravo trabalhava. Dessa forma, o posseiro, nessas “terras livres”, não representava qualquer constrangimento ao fazendeiro, pois:

(...) enquanto a propriedade era basicamente propriedade sobre o escravo e só secundariamente propriedade sobre a terra, não havia motivo para o conflito. Ser senhor do escravo era condição para ser senhor da terra e senhor das gentes. Para o senhor a sua terra era a terra trabalhada pelo seu cativo. (MARTINS, 1995, p. 110)

A agricultura camponesa também respondia – além do fornecimento de alimentos aos escravos –, como aponta Prado Jr. (1994), por um determinado volume dos produtos exportáveis, evidentemente que bastante inferior ao da “grande lavoura”. Sua importância se elevou com a constituição de um considerável mercado interno na colônia, elevando a necessidade da produção de gêneros alimentícios. Segundo Guimarães (2009), a diversificação produtiva da colônia, estimulada pela descoberta das jazidas mineiras – retirando a exclusividade da feitoria agrícola –, aprofundou a divisão social do trabalho interna, esboçando cidades e mercados consumidores pela crescente migração de trabalhadores livres para essas áreas especializadas.

No entanto, se o posseiro representasse algum obstáculo ao sesmeiro, ocupando terras para a expansão da “grande lavoura”, era obrigado a seguir mais adiante, para incorporar novas terras livres. Eram camponeses dirigindo-se para terras não dominadas pelo branco e, quando não, agregados trabalhando em terra de sesmeiro.

A Lei de Terras de 1850 veio alterar essas relações. Esta, segundo Martins (1995), tratou-se de uma medida que tinha o objetivo de, antecipando-se à abolição da escravatura (que se aproximava com o fim do tráfico negreiro), garantir a mão-de-obra nas fazendas. A terra cuja posse legal fundamentava-se no trabalho cativo, tinha que ter seu acesso, em tempos de trabalho livre, restringido pela compra, para que a única saída para esses trabalhadores liberados e aqueles provindos do além-mar (imigrantes europeus), fosse vender, para garantir suas existências, a única propriedade que lhes sobrava aos grandes fazendeiros: a sua força de

trabalho. Essa nova lógica fundiária, portanto, ao mesmo tempo em que liberava, subjugava o trabalho em outros moldes.

Esta medida, tomada para favorecer principalmente os cafeicultores paulistas, forçava os imigrantes, que vinham com a ilusão de obter algum pedaço de terra, a trabalhar nos cafezais no sentido de acumular algum dinheiro para atingir tal fim. Este objetivo se tornava mais distante com a estratégia dos cafeicultores de permitir que os imigrantes plantassem, entre as leiras dos cafezais, gêneros alimentícios para a sua subsistência e, assim, diminuir o valor pago concernente à reprodução de suas forças de trabalho.

Quando porventura conseguiam acumular, segundo Martins (1995), compravam uma pequena propriedade e, mais articulados ao mercado, tornavam-se camponeses médios, algo novo na época, mas uma realidade circunscrita ao eixo Sul-Sudeste. No Nordeste, com o colapso da economia canavieira, antes mesmo da Lei de Terras, muitos escravos foram vendidos aos cafeicultores e seu trabalho substituído por de camponeses que o trocava pelo direito de plantar em uma concessão de terra, ou mesmo, por rendas monetárias muito baixas. Esses camponeses, então, tiveram que continuar trabalhando como agregados, coexistindo com as grandes fazendas.

Esta lógica seguiu outras regiões do país, onde o camponês, para conseguir um pedaço de terra para praticar a agricultura, tinha que trabalhar na terra dos outros, cedendo parte de seu trabalho aos fazendeiros. Muitos outros, por sua vez, buscavam novas terras, devolutas, pois não queriam mais se sujeitar a essa condição ou não tinham como se inserir nela. O número desses camponeses sem posses em busca de uma terra que não houvesse dono ou interesse desse dono de usá-la se elevou substancialmente a partir de 1850. Sem condições monetárias para adquirir uma terra por meio da compra, esse camponês tornou-se um posseiro que vivia em permanente perambulação.

O período republicano consolidou a estrutura fundiária brasileira, fundada no monopólio da terra pela classe dos latifundiários. Assim, subsumiu o trabalho livre aos fins dos capitalistas do campo e forneceu o terreno para o início do processo de industrialização do país, iniciado pela chamada era Vargas e pautado na substituição de importações. Mas, segundo Furtado (1974), a indústria não absorveu o excedente de trabalhadores livres criados e, quando o fez, foi sob exploração abusiva, agravando a concentração da riqueza e da renda do país. A esses desempregados da cidade, somaram-se os desempregados do campo – com a crise das economias de exportação –, os velhos posseiros, sem-terras, favelados, subempregados, bóias-frias, avolumando o caldo das pressões sociais das décadas seguintes.

O interessante a se observar nesse momento é como, mesmo com o início do processo de industrialização do país, o latifúndio continuou intocado. Se formos observar o caso dos países de capitalismo avançado, sobretudo os do norte europeu, a renda da terra auferida pelos proprietários fundiários significou, em determinada altura, uma barreira à acumulação ampliada do capital; assim, decidiram-se pela fragmentação dos latifúndios, transferindo as terras aos camponeses. Mas, no Brasil, a renda da terra não forneceu entraves à burguesia industrial, pois, como afirma Martins (1995), os proprietários fundiários confundiam-se com os arrendatários capitalistas.

Torna-se imperioso, portanto, realizarmos uma breve análise acerca da renda fundiária, pois sua compreensão não somente nos permite entender esta aliança (ou fusão) de classes que se conformou no Brasil – diferenciando, portanto, a questão camponesa presente aqui daquela existente no norte europeu –, mas também as razões político-econômicas que permitiram (e permitem) a reprodução *social* do campesinato. Aliás, existe uma relação bastante estreita entre o modo com que o camponês reproduz sua existência e o papel assumido pela renda da terra nas diferentes formações sociais.

Essencialmente, a renda fundiária se origina com o monopólio exercido por uma determinada classe (ou fração de classe) sobre a terra que, por esse motivo (e por ser um bem não reproduzível), cobra uma taxa (renda) para que outras classes possam também usufruí-la – tratando-se, portanto, de uma categoria social:

A propriedade fundiária moderna é a *personificação* da terra no MPC, como a propriedade industrial capitalista é a personificação do capital. Na há nada de naturalista em tudo isto. Há, ao contrário, um processo segundo o qual as coisas se convertem em relações sociais; como diz Marx: “é um universo enfeitado, pervertido, um mundo sem pé nem cabeça, onde o senhor Capital e a dona Terra, personagens sociais ao mesmo tempo que simples coisas, executam sua dança macabra.” (VERGOPOULOS, 1977, p. 58)

Contudo, esta determinação geral (monopólio da terra) guarda uma determinação específica, referente à sociedade moderna: a renda cobrada pelo uso da terra é parte do mais-valor gerado na produção que, por sua vez, é apropriado, no âmbito da circulação, pelo rentista. Logo, a renda fundiária moderna não é uma relação que subsiste do feudalismo – não se tratando, assim, de um tributo. Esta interpretação equivocada foi principiada em razão de que na Europa a classe dos proprietários fundiários subsistiu do modo de produção feudal, pelo simples fato de que “o capitalismo não nasceu do vazio” (Marx *apud* AMIM, 1977, p. 18). Esta permanência é resultada da aliança de classes que se originou com a sublevação do

poder econômico burguês com o ainda amplo domínio político dos proprietários fundiários, que, por isso, conseguiam captar tal “tributo” para si.

Entretanto, para se ter bem claro como se processa essa transferência, é necessário se compreender a relação social que produz o mais-valor. Expliquemos sucintamente²⁶. A origem, ou, como afirma Marx (2011b), a pré-história dessa relação tem início com a dissociação do trabalhador dos meios de produção de capital, para que não lhe reste alternativa a não ser vender sua força de trabalho para a classe que passou a controlar tais meios. Em troca de um salário, põe-se então a produzir mercadorias para o burguês. Mas, esta remuneração é apenas parte do valor criado por ele – aquele correspondente à reprodução de sua força de trabalho; o restante não pago, o excedente desse valor, que foge ao seu controle pelo contrato que firmou “livremente”, é, então, lançado na circulação; e o seu patrão, naturalmente, vai requerer a sua fatia, na forma de lucro, uma vez que, como adverte Amin (1977), taxa de mais-valia e taxa de lucro não são coincidentes.

Inicia-se, assim, um conflito social pela captação do restante da mais-valia, e é a luta de classes, presente em cada formação social, que determinará o caminho que esse excedente tomará. No norte europeu, como já tocado, a mais-valia capturada em forma de renda da terra passou, sobretudo a partir do século XIX, a impor limites ao avanço do capitalismo industrial, pois, em primeiro lugar, era um fluxo de capital que se desviava da produção (freando a acumulação) e que, por conseguinte, fazia aumentar o custo de reprodução da força de trabalho, pressionando os salários duplamente: com os altos preços dos produtos agrícolas e dos aluguéis.

Com a hegemonia do poder político conquistado pela burguesia urbano-industrial (a partir do século XVIII), sucessivos ataques à renda da terra foram iniciados, por meio, por exemplo, do fim do protecionismo aos produtos agrícolas nacionais (que passaram a concorrer com os produtos ultramarinos) e do aumento dos impostos territoriais. No entanto, o golpe mais forte aconteceu, segundo Vergopoulos (1977), com “uma disformidade no corpo do capital”: a “camponização” do campo. Na Europa, a burguesia industrial quebrou o monopólio da propriedade da terra, isto é, o poder da renda da terra presente nas mãos da aristocracia latifundiária, “prostituindo” (MARX, 2004b, p. 104) a propriedade fundiária. Assim, a renda que todos os proprietários fundiários granjeavam (renda absoluta) foi relativizada pela “irracionalidade” camponesa.

²⁶ O que, sem dúvida, é insuficiente, dada a complexidade dessa relação. Contudo, apenas nos deteremos nas conclusões mais importantes de Marx (2011b) acerca desta discussão.

Este mecanismo se determina por aquele traço já exposto anteriormente: o camponês não insere seu trabalho entre os custos de produção, aceitando, portanto, qualquer remuneração que satisfaça suas necessidades de trabalhador. Dessa maneira, os preços dos seus produtos nem sempre alcançam seus reais valores, acabando por transferir esse excedente (o valor que faltou ser complementado no preço) à sociedade e por anular a renda da terra em sua propriedade.

De acordo com Faure (1984), semelhantemente como operam com o proletariado industrial, as relações sociais capitalistas conseguem fazer com que a força de trabalho camponesa labore para além de suas necessidades de reprodução para se apropriar desse excedente; ou seja, tal como o operário, o camponês tem seu trabalho subsumido ao capital, guardando-se as devidas especificidades.

Para o operário, a subsunção de seu trabalho ao capital é, como determinou Marx (2004a), *real*, pois se apresenta no seio de uma relação de produção tipicamente capitalista: aplica-se uma técnica própria ao processo produtivo, sob o controle do capitalista, e o trabalhador se torna um simples dente na engrenagem que movimenta a produção (MARX, 2011b), para, assim, extrair dele mais sobretrabalho. Já o camponês, a subsunção de seu trabalho ao capital é *formal*, uma vez que este “no ha revolucionado todavía, cualitativamente, el proceso de producción ni, por consiguiente, las relaciones de producción inmediatas” (FAURE, 1984, p. 34). Na há, na subsunção formal, uma transformação substancial nas técnicas produtivas e o produtor direto continua controlando (relativamente) o ritmo e os meios de sua produção:

El proceso sigue siendo lo que era, o casi: los cambios no afectan inmediatamente “el contenido y los procedimientos técnicos reales del proceso de trabajo y de producción”. En particular, el productor inmediato goza de una **relativa autonomía** en el ejercicio de su oficio: utilización de un conocimiento particular, uso de técnicas dadas, organización del proceso en sus diferentes fases constitutivas. Todos éstos son elementos no cuestionados inmediatamente por las formas de la sumisión formal, sino, por el contrario, mantenidos y a veces inclusive reforzados. (FAURE, 1984, p. 31, grifo nosso).

O camponês, ainda que seja proprietário dos seus meios de produção, tem seu trabalho subsumido ao capital porque a produção imediata (seja a configuração que tiver) nada mais é que um momento da totalidade da produção (embora seja o momento predominante, de onde o processo se reinicia). Quando entra no campo das trocas (da circulação), e seu excedente é apropriado, como analisa Faure (1984), seus meios de produção

convertem-se em meios de subsistência e o camponês acaba perdendo a capacidade de escolher livremente suas técnicas, os produtos que irá comercializar, o que necessita comprar e a capacidade de especular o preço de seus produtos no mercado. A subsunção formal relativiza o caráter decididor do camponês, pois:

(...) en el movimiento real el productor inmediato ve su práctica *sobredeterminada* por las relaciones sociales de producción (lo que es signo evidente de una real ausencia de autonomía), de una parte, y que el proceso de producción inmediato sí sufre notables transformaciones internas, por otra parte. (FAURE, 1984, p. 32)

Para que a subsunção do trabalho ao capital ocorra é preciso que uma classe detenha o domínio sobre o capital; que controle, assim, os meios de produzir mais-valor, para que as outras classes sejam forçadas a renunciar aos excedentes de seus trabalhos. Nesse sentido, não é necessário que todas as relações de produção sejam especificamente capitalistas e que as técnicas e os territórios sejam homogêneos. Na realidade, como afirma Vergopoulos (1977), a combinação entre os setores econômicos, países, regiões, etc. que possuem níveis diferentes de desenvolvimento, cria a capacidade das trocas desiguais, sendo estas necessárias ao capitalismo, uma vez que atenuam a probabilidade e o efeito de suas crises ao transferir fluxos de mais-valia dos lados mais atrasados para os lados mais avançados dessa unidade.

Esta discussão torna evidente que as relações que o campesinato estabelece com o conjunto social não fazem delas um modo de produção específico. Se entendermos, com Bottomore (2001), que um modo de produção se determina pelas relações que os homens estabelecem entre si na produção e na apropriação do excedente, as relações de produção camponesas nunca poderão alcançar esse estatuto porque, como vimos, não conseguem controlar e se apropriar do excedente do trabalho social, tendo que ficar sempre subsistindo no seio de outros modos de produção. Se assim fossem, fatalmente o camponês estaria condenado ao desaparecimento na modernidade, como uma relação que progressivamente (e necessariamente) seria substituída, com a concorrência, por formas mais avançadas (especificamente capitalistas) de se produzir.

Portanto, a maneira com que o camponês se insere no modo de produção capitalista (assegurando sua reprodução social) está relacionada à apropriação do mais-valor que produz. Não se trata de uma relação de dominação unilateral – de domínio de um modo de produção sobre o outro –, mas da unidade de diferentes relações sociais que assegura a reprodução das relações de produção capitalistas: a apropriação do excedente pelos setores

mais avançados e a continuidade daqueles mais arcaicos. Por isso que a categoria apropriada é a de subsunção, que representa essa dialética: o camponês se insere e consegue sua continuidade, reproduzindo seu gênero de vida, mas submetido ao capital.

Esta permanência de relações não-capitalistas no seio do capitalismo refere-se ao seu caráter único (sistema mundial) e diverso (heterogêneo), que se vale destas diferentes estratégias de apropriação do excedente para sua reprodução, haja vista que ele não é, segundo as palavras de Martins (1993), um modo de produção *strictu sensu*, mas, igualmente – o que não passa de uma tautologia –, um modo de circulação:

O sistema capitalista é mundial e único, mas multiforme e não-homogêneo. (...) Os elementos dispersos, disformes e irregulares são, permanecendo como tais, reduzidos e valorizados pelo único e exclusivo *princípio de comutação capitalista*. (...) É este princípio que assegura a *captação* do sobretrabalho em geral, sem exigir-lhe (ou impor-lhe), necessariamente, um modo particular de extorsão. (...) [O] capital sabe transcender disformidades incomensuráveis para fazê-las funcionar segundo os preceitos de seu próprio Deus, isto é, seu princípio de unidade, baseado no campo da circulação e [do] dinheiro. (VERGOPOULOS, 1977, p. 154)

Contudo, o modo como esse excedente é apropriado – isto é, a forma concreta com que esse modo de produção opera – é definido pelas condições reais em que a sociedade se apresenta, ou seja, pelo nível das lutas sociais e pelas correlações de classes que se conformam em determinada formação social. Logo, de acordo com Bottomore (2001, p. 42), as “relações sociais específicas que determinam o acesso do camponês à terra e sua inserção na vida econômica e social da sociedade”, assim como, conseqüentemente, a estrutura fundiária de um determinado território “dependem das características específicas de cada formação social e da luta de classes dentro dessa formação social.”

Nos estados europeus de capitalismo avançado, houve a necessidade de se fazer reproduzir uma relação não-capitalista de produção (campesinato) para que a renda da terra fosse anulada e o mais-valor escoado para os setores industriais urbanos. No caso brasileiro, a questão agrária e a questão camponesa tomaram outras direções.

A herança colonial-fundiária brasileira, plasmada pelas sesmarias, e a sua posterior superação (a Lei de Terras de 1850), engendrou o acesso privado à terra, conformando uma elite latifundiária privilegiada e um campesinato marginalizado. Como consequência do poderio político-econômico dessa classe latifundiária, no período de sua crise e do início da industrialização do país, esta mesma classe, com o capital que acumulou, impulsionou a indústria e continuou compondo o bloco no poder, apesar de perder sua

hegemonia. Nesse sentido, a correlação de forças existentes gerou um pacto de classes que não aboliu o poder da renda fundiária, pois a burguesia urbana emergiu da fonte derramada pela burguesia latifundiária. Portanto, os conflitos de hegemonia que ocorreram no Brasil não tiveram a mesma proporção e as mesmas consequências que tiveram no centro capitalista europeu. Paulino e Almeida (2010, p. 12) assim sintetizam esses processos diferentes:

(...) no modelo clássico, a burguesia instituiu-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram suas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim.

Manteve-se, desta maneira, praticamente intocada a estrutura fundiária brasileira ao conciliar-se indústria urbana e latifúndio²⁷. Esta articulação de natureza interna passou então a coexistir, segundo Fernandes (2005) com outra articulação burguesa, de ordem interno-externa, a partir da década de 1930: a que se pautava na relação desigual com o centro capitalista.

Logicamente que é necessário ainda acrescentar o nível de luta entre a burguesia e o proletariado no Brasil que, dada a sua industrialização tardia, não se encontrava em um patamar que contrapusesse os malefícios da renda da terra à classe operária, ao contrário dos países de capitalismo avançado, onde se engendrou um arranjo socialdemocrata. Aqui, de acordo com Gonçalves Neto (1997), a atenuação desses danos foi obtida pela superexploração do trabalhador do campo – seja este o camponês ou o proletário –, rebaixando suas remunerações a um nível mínimo de subsistência (ou mesmo abaixo), implicando na diminuição dos preços agrícolas.

Estes preços permaneceram em um patamar suportável até mesmo na década de 1970, quando a superexploração do trabalho passou a enfrentar limites com a regulamentação das leis trabalhistas no campo. Isto porque se aprofunda, na mesma década, como veremos no próximo capítulo, o processo de modernização da agricultura, contando com fartos financiamentos estatais, produzindo alimentos baratos, com certa participação no mercado interno, mas principalmente voltados à exportação, ao mesmo tempo em que o campesinato

²⁷ O que não significou a cessação dos conflitos.

aumenta sua importância com as políticas de colonização, permanecendo sua contribuição à reprodução das relações sociais de produção capitalistas brasileiras.

Historicamente, como pudemos ver, mesmo tendo importância crucial para a reprodução das condições de existência do modo de produção hegemônico, a agricultura camponesa brasileira esteve em uma posição subalterna em relação à agricultura agro-exportadora. A agricultura camponesa se inseriu nas brechas deixadas pela agroexportação, em razão da limitação que as formas especificamente capitalistas de produção encontram para gerar mais-valor na agricultura. Nesta, o tempo de produção é maior que o tempo de trabalho e, uma vez que a mais-valia é obtida nesse último, quer dizer, no momento em que os trabalhadores estão inseridos no processo de produção, sua quantidade é reduzida se compararmos com o ambiente fabril. Na agricultura o tempo de produção é maior que o tempo de trabalho pelo seguinte motivo: é necessário incluir o tempo da natureza, em que o homem, apesar de todos os avanços técnicos, ainda deve se subordinar. Para plantar, por exemplo, mandioca, seja qual for a técnica utilizada (da mais moderna a mais arcaica), deve-se esperar para que a planta se desenvolva o suficiente para, somente em seguida, realizar trabalho na colheita. Assim, segundo Martins (1995), apenas valeria uma empreitada capitalista onde a renda fundiária fosse alta, compensando a menor proporção de mais-valia extraída pela especificidade da produção nesse espaço.

A reprodução do campesinato brasileiro, em volta aos conflitos pela posse da terra (que, de modo estrito, o descartava, expropriando-o, e, socialmente, fazia-o ressurgir, seja pelas tensões sociais ou por força de seu trabalho à exploração), é produto das contradições da formação econômica e social brasileira, que o fez coexistir com a agricultura agroexportadora cumprindo o papel histórico de fornecer sua produção à reprodução do trabalhador do campo ou da cidade. Mas somente cumpriu esse desígnio porque nunca comprometeu a reprodução das relações sociais de produção capitalistas no país, muito pelo contrário: a subsunção de seu trabalho ao capital, transferindo o excedente de seu trabalho à sociedade e fazendo-o não auferir renda fundiária, não comprometeu a acumulação ampliada de capital, realizando a diminuição dos custos de manutenção da totalidade da força de trabalho brasileira (o que está inclusa a sua). Dessa maneira, conseguiu concorrer e passar pelas crises de superprodução aceitando qualquer remuneração por suas mercadorias, desde que satisfeitas suas necessidades, continuando a importante tarefa de abastecer o mercado com os produtos que o capital não encontra interesse direto de se inserir.

A análise da reprodução camponesa no Planalto Santareno é impensável sem essas múltiplas determinações. Foi assim, então, que o gênero de vida camponês das

localidades de Jenipapo e de Tracuí, amoldando-se de antigas técnicas agroextrativistas, enriquecendo-se com os migrantes que chegavam, reproduziu-se em seu sempiterno relacionamento com o mercado.

Durante a constituição dos territórios camponeses das localidades de Tracuí e de Jenipapo, cada migrante que se estabeleceu trazia a ilusão de encontrar melhores condições de vida, de escapar das privações de seu lugar de origem, para proporcionar um futuro de maior sorte para a sua família. Mas isto nem sempre se efetivou; e quando muito, ofereceu-se de modo apenas parcial. Por diversas vezes ele se deparou com o fracasso, que o fazia prosseguir, ou então, pelo mínimo que ainda encontrava para a sua existência, ali se fixava, cansado da procura e da redução das oportunidades.

Eram várias as razões que o fazia abandonar essas localidades e procurar outras posses. As mais particulares estavam relacionadas às condições precárias que encontrava: escassez de água, estradas intransitáveis, transporte insuficiente, pouca terra, acesso deficiente à saúde e à educação, entre outras. As mais genéricas, ligadas à especificidade de suas relações de produção (e que se somavam àquelas), interferiam de modo negativo sobre o preço de seus produtos, rebaixando a um nível básico de subsistência o salário que a si próprio retribuía: a ação dos atravessadores, a elevação da taxa de auto-exploração do trabalho para cobrir os prejuízos nessas situações precárias, a impossibilidade de especular sobre seus preços em razão das suas necessidades de consumo, etc.

Contraditoriamente, foram essas condições de existência material que possibilitaram sua reprodução como um gênero de vida. Mas não existiu qualquer romantismo nisso tudo. A imperiosidade de satisfação dessas carências vitais – em meio a condições precárias – o levava a aceitar, em patamares muito elevados, a apropriação do excedente de seu trabalho, sobrando um reduzido capital para conformar (seguindo um plano organizativo quase inconsciente) suas técnicas como armas na luta pela mais modesta sobrevivência.

Assim, em meio às mais diversas provações, o gênero de vida camponês de Tracuí e de Jenipapo resistiu, inserindo-se na estrutura social, mantendo sua relativa autonomia, engehado na precariedade das condições materiais de existência desses camponeses. E por este motivo, por outro lado, muitos desses camponeses abandonavam a situação de penúria em que se achavam. Apesar disso, Jenipapo e Tracuí conheciam uma relativa estabilização, em volta a essas idas e vindas, antes do evento do agronegócio. Tomando o exemplo de Jenipapo, esta localidade chegou a abrigar em torno de 80 famílias no período de maior migração de camponeses para o Planalto Santareno (final da década de 1970 e início da década de 1980) que, pouco a pouco, como relatou um camponês, começaram a

deixar o lugar, “pela mesma dificuldade de antigamente, por causa da água e da estrada. Começaram a deixar, começaram a deixar e, em noventa e pouco, chegou esse pessoal...”²⁸.

Eram aproximadamente 60 famílias que viviam na localidade de Jenipapo e 40 na localidade de Tracuá antes que o agronegócio da soja chegasse ao lugar...

²⁸ Entrevista concedida em julho de 2009 na localidade de Jenipapo.

2 O TERRITÓRIO COMO RECURSO: O CIRCUITO ESPACIAL DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO.

Este capítulo examina o evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno, onde caracterizamos o conjunto de vetores que veio impor novos usos e uma nova organização do território nessa região. Ele representa, nesse sentido (articulando-se ao conjunto do trabalho), a antítese da lógica territorial que vinha se constituindo historicamente no lugar. Uma nova solidariedade é arranjada, definida pelos atores hegemônicos do agronegócio, alterando a reprodução dos territórios camponeses a partir de então.

Como se trata de um vetor exógeno, ligado a múltiplas escalas (principalmente extra-locais), a discussão perpassa os pressupostos básicos – políticos, técnicos e econômicos –, inerentes ao período atual e sua respectiva espacialidade (o meio técnico-científico-informacional), que vieram propiciar a modernização da agricultura brasileira e a territorialização do capital agroindustrial no país, inserindo, assim, a região do Planalto Santareno no circuito espacial produtivo da soja.

2.1 O AGRONEGÓCIO DA SOJA NO PLANALTO SANTARENO.

Uma nova paisagem se mostra no Planalto Santareno hodiernamente (ver fotografias 05, 06, 07 e 08) que, até recentemente (há um pouco mais de uma década), só fazia parte dos campos do Centro-Sul do país: extensas plantações de soja, de milho e de arroz; grandes armazéns de estocagem e secagem de grãos; indústrias de beneficiamento agrícola; fluxos mais ou menos intensos de caminhões, máquinas agrícolas e caminhonetes riscando as estradas e rodovias que há bem mais tempo cortam este platô de relevo suave e de ocupação antiga, situado acima dos Rios Tapajós e Amazonas.

Reporta-se ao ano de 1994 o princípio dessas mutações, quando foi realizada a primeira experiência de plantio de soja em Santarém. A iniciativa foi de um grupo empresarial local, o Grupo Quincó, em sua propriedade na Serra do Diamantino, localizada a poucos quilômetros da sede deste município. Mesmo contando com a supervisão da EMBRAPA, a experiência não obteve o sucesso esperado (os cultivares testados apresentaram encurtamento de ciclo), o que levou o Governo do Estado do Pará, em 1996, entrar na contenda e contratar

uma firma especializada para estudar – em parceria com aquele grupo privado – a viabilidade econômica da soja na região, induzido, principalmente, pelos rumores de asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), visto como estratégico para o crescimento econômico do país.



Fotografia 05 – Paisagem aérea do Planalto Santareno.

Foto: Rafael Ferreira (julho de 2010).



Fotografia 06 – Máquina agrícola trafegando pela BR-163.

Foto: do autor (setembro de 2011).



Fotografia 07 – Armazéns e secadores de grãos.

Foto: do autor (julho de 2010).



Fotografia 08 – Campo de soja no Planalto Santareno.

Foto: do autor (abril de 2012).

A firma contratada, a paranaense Agrária Engenharia e Consultoria S.A., passou a realizar diversos experimentos com cultivares de ciclos mais longos, já com padrões de produção comerciais, utilizando “tecnologia avançada e mecanização em todas suas fases” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 35). Esta colheita resultou,

segundo Homma (*apud* ALMEIDA, 2005), na primeira exportação de soja (165 toneladas) de Santarém, em 1997, rumo a Roterdã na Holanda.

De posse desses resultados, que atestavam a viabilidade técnica e econômica da produção de soja no Planalto Santareno, técnicos do governo, políticos profissionais (inclusive o próprio prefeito de Santarém à época) e empresários locais viajaram para o Mato Grosso para propagandear o potencial de produção desse grão nas terras da região, que girava em torno de cinquenta sacas por hectare. Foi assim que, a partir de 1997, começaram a chegar os primeiros sojicultores do Sul e Centro-Oeste do país à região deste “espetacular achado” (AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A, 1997, p. 4).

Em 1999, esse movimento ganhou grande impulso. Foi assinado, junto à Companhia Docas do Pará (CDP), um contrato de concessão para a instalação de um porto de granéis sólidos da multinacional Cargill S.A., a se localizar em frente à cidade de Santarém. Antecipando-se à conclusão da obra (inaugurada em 2003, sem qualquer consideração às leis ambientais do país), esta *trading*²⁹, a partir de 2000, já implantava a proposta do preço portuário da soja (estabelecido nas cotações do mercado de futuros), o que atraiu dezenas de produtores para a região. A partir de 2003, com a inauguração do porto graneleiro da Cargill, os municípios de Santarém e de Belterra se consolidaram no cenário estadual de produção dessa importante *commodity*.

Como pudemos notar, a abertura da fronteira agrícola da soja no Planalto Santareno contou com a participação direta do Estado, seja no âmbito federal, por meio da EMBRAPA, seja, sobretudo, nas esferas municipal e estadual de governo. Este, por exemplo, no final da década de 1990, elaborou uma série de medidas para incentivar a produção do grão na região, disponibilizando crédito para o desenvolvimento de pesquisas (sob o apoio do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento de Cerrados – PROCEDER), instituindo programas de fornecimento de suporte técnico e logístico aos produtores (como o “Programa Pão-Nosso”, que previa a compra de máquinas agrícolas, armazéns de estocagem, apoio a melhoria da produtividade, dentre outros) e, até mesmo, de acordo com Almeida (2005), propagandearo, frente aos produtores do Centro-Sul do país, a atratividade e a disponibilidade de terra do Planalto Santareno para tal fim agrícola.

²⁹ *Trading Company* é uma empresa mercantil que faz a intermediação entre produtores e compradores de mercadorias em operações de exportação e de importação. No caso da Cargill (mas também de outras *tradings* do agronegócio, como a ADM (Archer Daniels Midland), a Bunge e a Louis Dreyfuss, para ficar nas que atuam no Brasil), ela apenas compra a produção (portanto, não é uma produtora direta) de seus fornecedores (no caso, dos sojicultores), e fornecem, via financiamentos, os insumos importados necessários à produção (fazendo a mediação com as empresas ligadas ao setor) para, em seguida, exportar o produto acabado. Ver em: <http://www.vegabrazil.com.br/port/tradingcompany.asp>.

A Prefeitura de Santarém, por sua vez, nessa mesma época, com a intenção de aproveitar as “áreas degradadas ou utilizadas em culturas de baixo retorno” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 36)(como a do cacau, que vinha passando por uma importante crise de exportação) e tornar “o município auto-suficiente com relação aos produtos derivados da soja e transformá-lo, gradativamente, em um novo pólo exportador” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 36), resolveu elaborar algumas medidas para incentivar a produção da soja no município, transcritas abaixo:

1 – Integração com o Grupo Quincó e seus consorciados paranaenses para o completo acompanhamento dos plantios experimentais em desenvolvimento. 2 – Integração com as entidades de assistência técnica e extensão rural (EMATER, SAGRI E CEPLAC), com a EMBRAPA e com a iniciativa privada para a execução do programa. 3 – Promover cursos, seminários, treinamentos, dias de campo e outras atividades para difundir a tecnologia do cultivo da soja. 4 – Atrair empresários e agricultores das regiões produtoras para investir no cultivo e na industrialização da Soja. 5 – Adquirir sementes de cultivares mais adaptados às nossas condições de solo e clima para venda ou distribuição aos interessados na cultura. 5 – Adquirir uma patrulha mecanizada para apoiar pequenos e médios produtores que queiram investir na cultura da Soja, mas que ainda não dispõem de equipamentos próprios. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 36-37)

Indubitavelmente que esses incentivos governamentais acompanharam as atratividades – previamente sondadas, como pudemos ver – oferecidas pelo Planalto Santareno ao desenvolvimento da cultura da soja. Como destaques, temos as seguintes: (i) a grande disponibilidade de terras antropizadas, em torno de 500 a 600 mil hectares, segundo Araújo *et al.*, 2008, que são mais recomendadas para a implantação das lavouras de soja, pois requerem menos trabalho para preparar a terra para a mecanização (derrubar a mata, retirar tocos e raízes, aplainar o terreno), diminuindo-se, assim, os custos; (ii) a incidência de terras planas (platôs), interessantes para a mecanização, característica natural e exclusiva dentro da área de influência da BR-163 no Pará, conforme EMBRAPA (2007); (iii) a existência de jazidas de calcário, minério fundamental para a correção do solo para a agricultura; (iv) a presença de uma importante malha rodoviária, com destaque às rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Santarém-Curuá-Una (PA-370); (v) a maior proximidade com os mercados importadores (se comparado com o Centro-Sul) e (vii) a abundância de terras baratas.

Desse modo, iniciou-se uma intensa procura por terras do Planalto Santareno, sobretudo as utilizadas pela pecuária extensiva (que, acometida pela febre aftosa, vinha passando por uma séria crise de exportação) e pela agricultura camponesa, que, como vimos no capítulo anterior, já há muito tempo passava por sérias dificuldades. Essas terras, assim,

foram compradas, num primeiro instante (no final da década de 1990), a preços risíveis, a cinqüenta, setenta, cem reais o hectare. Somente mais tarde, seus preços saltaram a mil, mil e quinhentos reais, chegando, nas áreas mais valorizadas (às cercanias da cidade de Santarém), a três mil reais o hectare. Mas, mesmo assim, trata-se de preços bem abaixo dos cobrados no Centro-Sul do país, que, segundo Bickel (2004), beiravam os vinte mil reais o hectare. Esta especulação fundiária despertou a ação ilegal de imobiliárias privadas (inclusive, com a participação de órgãos oficiais) para mediar a compra dessas terras públicas. Grandes manchas do Planalto Santareno foram então apropriadas, velozmente, pelo agronegócio da soja para os fins da acumulação capitalista.

Os novos adquiridores dessas terras, interessados em desenvolver as lavouras de soja nesse meio novo e particular, deveriam atentar para determinados ajustes técnicos. Foi com esse propósito que a Cargill, em 2001, preparou um relatório detalhado (CARGILL, 2001) para que esses produtores evitassem os equívocos das experiências anteriores e maximizassem o capital investido e, assim, tornar a empreitada técnica e economicamente viável. Com o acúmulo adquirido, fora recomendado o seguinte:

(a) Introdução da safrinha (sobretudo do arroz e do milho) como forma de: aplainar o terreno para receber o maquinário da soja; elevar o uso do capital fixo (maquinário, terra), fornecendo uma renda extra ao produtor (a ser investida, até mesmo, na capitalização da soja); proporcionar a rotação de culturas (no sentido de diminuir a exaustão do solo); adicionar uma cobertura morta ao solo (para protegê-lo contra erosões) e controlar o alastramento de ervas daninhas (que competem com a soja por nutrientes).

(b) Correção da acidez do solo com calcário (anulando o surgimento de elementos tóxicos prejudiciais à planta).

(c) Uso de cultivares com ciclos mais longos (provenientes da região de Balsas/MA), que compensam o menor período de insolação da região.

(d) Uso de um calendário agrícola específico.

(e) Investimento em capital fixo próprio, sobretudo maquinário (tratores, colheitadeiras, plantadeiras, etc.), no sentido de agilizar os trabalhos no momento em que as constantes chuvas que caem na região no primeiro semestre do ano (e que torna seu solo argiloso impraticável) dão uma trégua.

Os primeiros sojicultores a chegar na região, provindos do Centro-Sul do país, foram aqueles com menos recursos, denominados por Monteiro (2008) de “migrantes”. Estes possuíam uma pequena propriedade de tipo familiar nos seus estados de origem que, com a valorização das terras e com os altos custos de produção requeridos pela soja, se viam

impossibilitados de reproduzirem suas gerações futuras e de produzirem nos altos níveis tecnológicos exigidos pelas *tradings*. Isto os impulsionava a vender seus poucos (mas bem valorizados) hectares (25, em média) e adquirir áreas bem mais extensas (até 50 vezes maiores) e muito mais baratas no Planalto Santareno, sobrando um capital para investir na produção. Nessa mesma leva, havia também ex-funcionários de fazendas de soja, como gerentes, que, com o perfil “empreendedor”, viam as terras baratas da região como oportunidade para começar a sua própria lavoura. Esses “migrantes” conformaram um movimento:

(...) de caráter mais autônomo, em parte marginal, negociando seus favores nos escalões locais do Poder Público por meio da administração [como foi o caso dos incentivos das Prefeituras de Santarém e de Belterra à época], ou abrindo seus próprios caminhos quando estes não os favorecem. (MONTEIRO, 2008, p. 259).

Outro perfil de sojicultor começa a chegar a partir das notícias de que a Cargill se estabeleceria na região. Ao contrário do primeiro descrito – que vendia sua pequena propriedade para se aventurar no Planalto Santareno –, este, mais capitalizado, veio, segundo Monteiro (2008), expandir seus negócios na região, mantendo sua(s) propriedade(s) em seu(s) domicílio(s) de origem. O movimento conformado por este perfil tinha, por seu turno, um caráter mais institucional, capaz de influencia, inclusive, o direcionamento das políticas estatais em prol deste tipo de agricultura. Contudo, este sojicultor ainda é a minoria na região:

(...) o típico produtor mecanizado que chega à Santarém no início do século XXI, é representado pelos derrotados na concorrência travada em áreas do sul e centro-oeste do Brasil. Isto não exclui a presença de grandes produtores, com propriedade de até 40.000 hectares e com áreas plantadas acima de 1000 hectares de soja. Estes são ainda as exceções. (EMBRAPA, 2007, p. 246)

Plantando em média 100 ha de grãos, esses produtores “típicos” são classificados, conforme “os critérios utilizados pelos órgãos de financiamento à produção” (EMBRAPA, 2007, p. 245), de “pequenos produtores”. Do total das fazendas de soja da região, aproximadamente 50% delas, segundo as informações prestadas pelo Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), não possuem funcionários permanentes, somente temporários; 30% possuem até dois funcionários e apenas 20% – as pertencentes aos considerados médios e grandes produtores – têm mais de dois funcionários. A base da força de trabalho empregada,

portanto, é familiar³⁰ e somente contratam outros trabalhadores em períodos exigentes de mais trabalho vivo, como na preparação do terreno para a mecanização, no plantio e na colheita. Esta reduzida utilização de mão-de-obra se explica pela alta composição orgânica de capital investido na produção da soja, marcando-a como uma indústria que gera escassos empregos diretos. A maior parte dos empregos gerados está ligada aos serviços que acompanham esta atividade: empresas de assistência técnica, revendas e manutenção de máquinas e implementos, transporte rodoviário e fluvial, armazéns de limpeza, secagem e beneficiamento de grãos, dentre outras.

Os primeiros produtores a plantar soja na região contaram somente com os próprios recursos para financiar a produção. Com o estabelecimento da Cargill na região (em 2000, como nos referimos alhures), este financiamento passou a seguir o sistema “soja verde”. Aqui, a empresa antecipa a compra da soja (sob juros de 1,2% a 1,6% ao mês) como forma do produtor adquirir – normalmente por meio de carta de crédito – os insumos necessários para produzir o grão. Este sistema somente é possível em razão da “própria forma como os contratos internacionais de compra de soja são realizados, com base em cotação em bolsa de *commodities*, que permitem o contrato *forward*” (EMBRAPA, 2007, p. 244). A produção, portanto, é a garantia do financiamento, o que é fundamental para a efetivação da empreitada, pois noutras formas de financiamento a terra é a garantia exigida – contudo, no Planalto Santareno, 95% desses produtores não possuem os títulos definitivos de suas propriedades.

Em 2006, com as notícias do aumento do desmatamento na região, este sistema enfrentou certo limite. A moratória da soja, assinada pelas principais associações da indústria de óleos e cereais brasileiras³¹ (a partir das denúncias do Greenpeace³² de que a soja estava tomando áreas da floresta amazônica para, ao final, ser consumida nos hambúrgueres da rede Mcdonalds na Europa), previa que a Cargill (e as outras *tradings* que atuam no país) só poderia comprar soja dos produtores que não realizassem desmatamentos a partir daquele ano.

A Cargill, então, conforme Castro (2008), teve que realizar o monitoramento das áreas de produção de soja do Planalto Santareno para identificar os possíveis desmatamentos em reservas legais (recuperando as áreas, se necessário), para o estabelecimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público Federal e, assim, obter o selo

³⁰ O que não os torna, obviamente, camponeses, pois, sob a base técnica capitalista, já não possuem mais qualquer autonomia.

³¹ A Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC).

³² Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2007/7/comendo-a-amaz-nia.pdf>.

ambiental para certificar o produtor que preenche as exigências. Se, porventura, algum não cumprir, é logo descredenciado pela empresa, não podendo mais receber seus financiamentos. Hoje, segundo o Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), a Cargill está com 175 produtores do Planalto Santareno cadastrados pela ONG *The Nature Conservancy* (TNC) – organização contratada pela Cargill para realizar o monitoramento ambiental – que obedecem à moratória da soja.

Verdadeiramente, este monitoramento não significou um obstáculo sério à produção de soja na região, haja vista que somente 01 polígono (de 11 identificados com desmatamento a partir de 2006 pelo próprio Greenpeace³³) havia sido desflorestado para ser ocupado por soja. Contudo, “todos os demais estavam cultivados com arroz, cultura que normalmente precede a soja nas áreas de produção” (GREENPEACE, 2010, p. 12) e que não é financiada pela Cargill (mas pelo FNO e pelo Banco do Brasil). Esta medida, desse modo, acabou apenas contribuindo para o *marketing* da ideologia da sustentabilidade da empresa.

Tabela 01 – Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de soja (em grãos) no município de Belterra/PA.

Ano	Quantidade Produzida (tonelada)	Área Plantada (ha)	Valor da Produção (em mil reais)
2010	30.780	11.400	22.162
2009	27.405	10.150	20.554
2008	40.500	15.000	30.375
2007	27.000	10.000	14.850
2006	19.200	8.000	8.400
2005	36.450	13.500	21.141
2004	13.500	5.000	7.830
2003	3.780	1.400	2.517
2002	450	150	239

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Tabela 02 – Quantidade produzida, área plantada e valor da produção de soja (em grãos) no município de Santarém/PA.

Ano	Quantidade Produzida (tonelada)	Área Plantada (ha)	Valor da Produção (em mil reais)
2010	46.170	17.100	33.242
2009	48.600	18.000	36.450
2008	46.575	17.250	33.394
2007	36.000	15.000	18.000

³³ Ver em: http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2010/8/Analise_EIA_RIMA_Cargill_24_julho_2010.pdf.

2006	58.500	19.500	25.506
2005	66.000	22.000	36.960
2004	29.700	11.000	17.226
2003	12.420	4.600	4.223
2002	600	200	318
2001	75	25	21
2000	135	50	43
1999	761	620	240
1998	-	-	-
1997	107	50	27

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Com esse grande impulso à produção regional dado pela Cargill (ver tabelas 01 e 02), os municípios de Santarém e Belterra tornaram-se em 2004, respectivamente, o primeiro e o terceiro maiores produtores de soja do estado do Pará. Não por acaso, suas produções de arroz, comercializadas regionalmente, saltaram enormemente nesse período (chegando a proporcionar uma grave crise de superprodução em 2005), pois, como já foi referido, o arroz é a cultura mais utilizada para anteceder a soja (ver gráfico 01), pois faz a colheita mais alta que aquela, acabando por desmanchar os montículos do terreno, evitando que o maquinário preparado para colher a soja quebre. Dependendo da situação, leva-se até três anos plantando-o para esse fim.

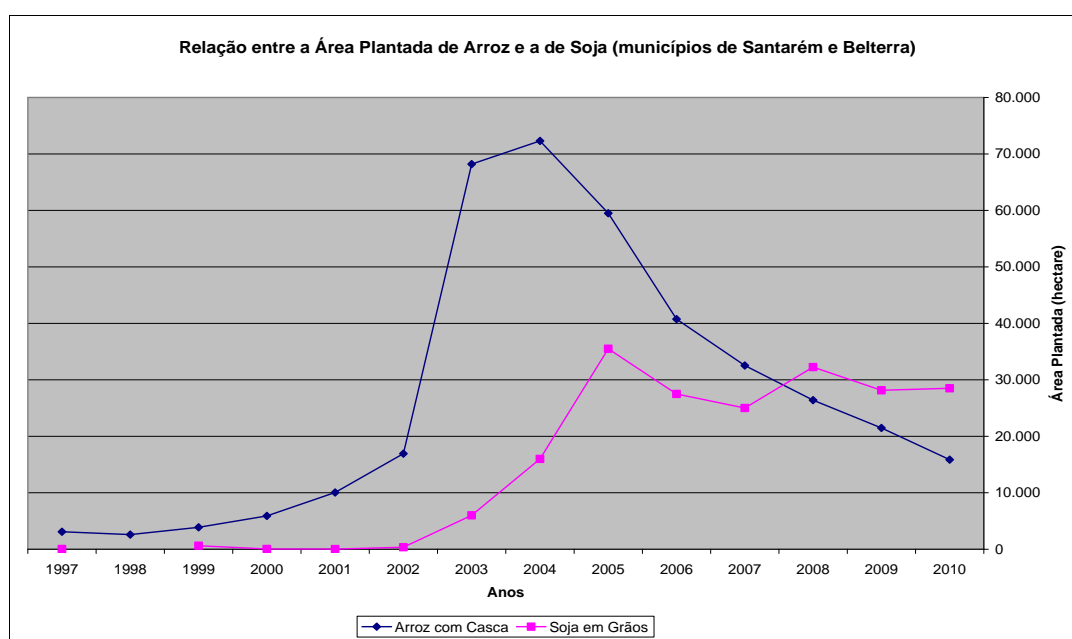


Gráfico 01 - Comparação entre a área plantada de arroz e a de soja nos municípios de Santarém e Belterra.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Hoje, o principal produtor de soja do estado voltou a ser o município de Paragominas (ver gráfico 02), em virtude, principalmente, das pendências de aprovação do EIA-RIMA do Terminal Fluvial de Granéis Sólidos da Cargill Agrícola S.A. em Santarém, que impede a ampliação das atividades da empresa na região.

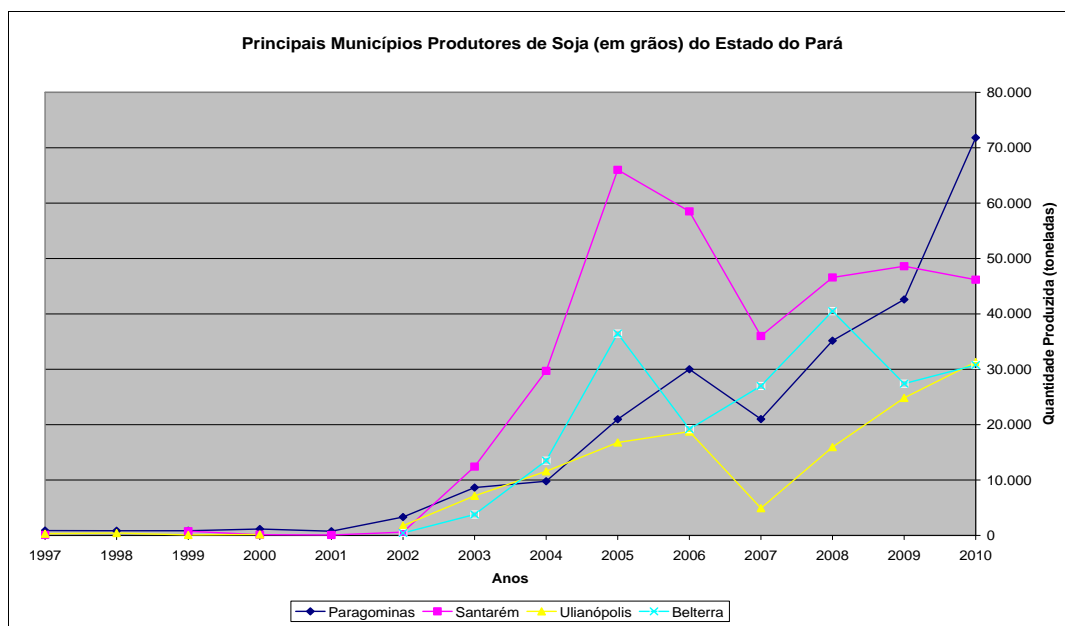


Gráfico 02 - Principais municípios produtores de soja (em grãos) do estado do Pará – de 1997 a 2010.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Apesar de todo esse incentivo à produção local, esta companhia se instalou em Santarém com o interesse principal de expandir sua logística para escoar aos mercados internacionais a soja comprada no Mato Grosso. A produção regional chegou, no melhor ano (2005), a contribuir somente com 5% do total exportado por ela através do porto em Santarém; os outros 95% corresponde à produção do Mato Grosso, que chega acessando a Hidrovia do Madeira (ver gráfico 03). Como a própria empresa justifica:

Considerando que os países compradores de soja brasileira localizam-se predominantemente no hemisfério norte e que a produção de soja no norte do Mato Grosso tende a aumentar, o Terminal de Santarém passou a ter uma grande importância estratégica para reduzir custos de exportação e aumentar a capacidade de competição da soja nacional no mercado nacional e internacional. (CARGILL, 2010, p. 7)

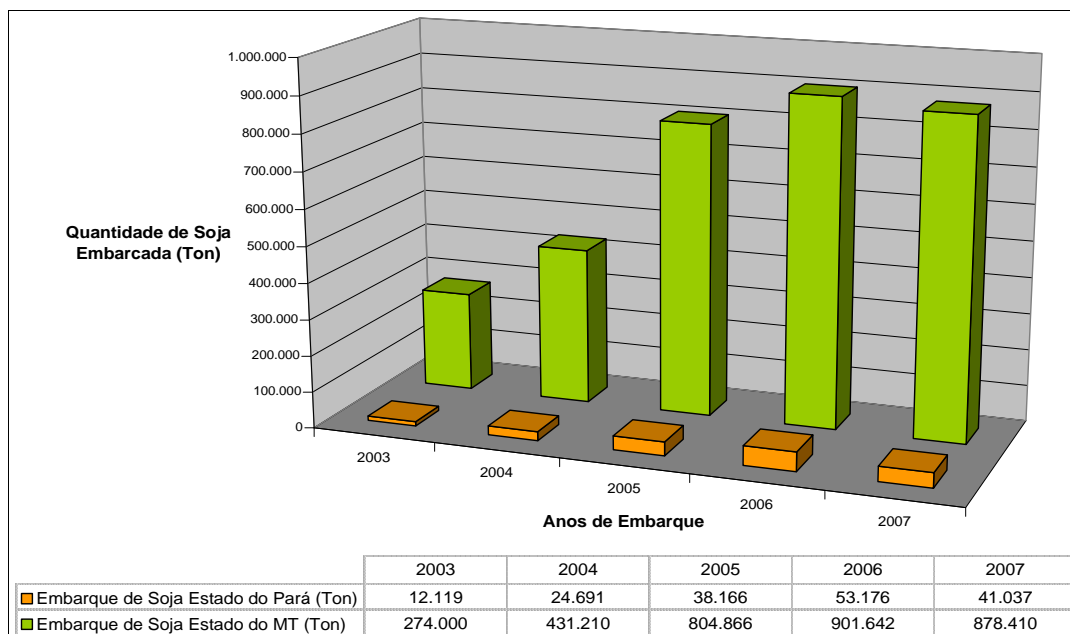


Gráfico 03 - Histórico de embarques de soja do Pará e do Mato Grosso pelo porto da Cargill em Santarém – de 2003 a 2007.

Fonte: elaborado a partir de Cargill (2010).

A instalação de um porto graneleiro na cidade de Santarém significaria, portanto, a diminuição dos custos de transporte da soja (considerados muito altos), refletindo-se no preço final do produto e, conseqüentemente, no aumento da competitividade da empresa. Mas a localização privilegiada de Santarém frente aos mercados internacionais (ver figura 01) não é o único fator dessa redução. Se formos comparar, a distância que a soja percorre do norte do Mato Grosso para o porto de Paranaguá ou de Santos é praticamente a mesma que ela perfaz, saindo do mesmo ponto, até Santarém, isto é, aproximadamente 2.500 km; porém, com uma diferença significativa: até Santarém, esta distância – que lá é percorrida totalmente por rodovia – é mais da metade (1.400 km) coberta por hidrovia, representando, segundo a Agrária Engenharia e Consultoria (1997), uma economia de quase 40% nos custos de transporte. A soja em grãos – pelo volume transportado e pelo baixo valor agregado – deve ser, conforme Toledo (2005), preferencialmente escoada, para se tornar mais rentável, por ferrovias e/ou hidrovias. Neste sentido, esta *trading* acompanhou a estratégia de outra companhia (o Grupo Amaggi, de capital nacional) que, a partir da construção da Hidrovia do Madeira, instalou um porto de escoamento de grãos às margens do rio Amazonas, na cidade de Itacoatiara/AM.



Figura 01 - Fluxo indicando a economia de transporte para a exportação de soja a partir da Amazônia.
Fonte: Cargill (2010)

A soja proveniente do Mato Grosso, então, (aproximadamente 35% de toda a produção deste estado, segundo Huertas (2007)) após percorrer a BR-364, é embarcada em um terminal portuário construído pela Cargill em Porto Velho e, dali, segue em barcas terceirizadas pela Hidrovia do Madeira, acessando o Rio Amazonas até a frente da cidade de Santarém, onde é novamente embarcada, mas em navios graneleiros rumo aos mercados internacionais (ver figura 02).

A Cargill³⁴, empresa estadunidense que atua hoje, segundo Oliveira (2005), em mais de 59 países, com um investimento de 20 milhões de dólares, inaugurou seu porto em Santarém (ver fotografia 09) em abril de 2003, em uma área de 45 mil metros quadrados, soterrando um sítio arqueológico indígena e uma barra arenosa que era frequentada pela população de baixa renda da cidade (a praia da Vera-Paz). Com um contrato de concessão

³⁴ A multinacional Cargill, fundada em 1865, tem como matriz a cidade estadunidense de Minneapolis. Iniciou suas atividades no Brasil em 1965, fixando sua sede em São Paulo, de onde comanda suas unidades industriais, terminais portuários, escritórios, armazéns e fazendas em mais de 160 cidades atualmente, faturando cerca de R\$ 10,8 bilhões ao ano (OLIVEIRA, 2005).

inicialmente firmado, segundo Huertas (2007), de vinte e cinco anos e prorrogável por mais cinco, este porto conta com uma estrutura para armazenar até 60 mil toneladas de soja seca e um potencial de secagem de 2,5 mil toneladas de soja úmida ao dia, sendo apto a encher, conforme EMBRAPA (2007), um navio cargueiro de cinquenta mil toneladas em apenas 72 horas.

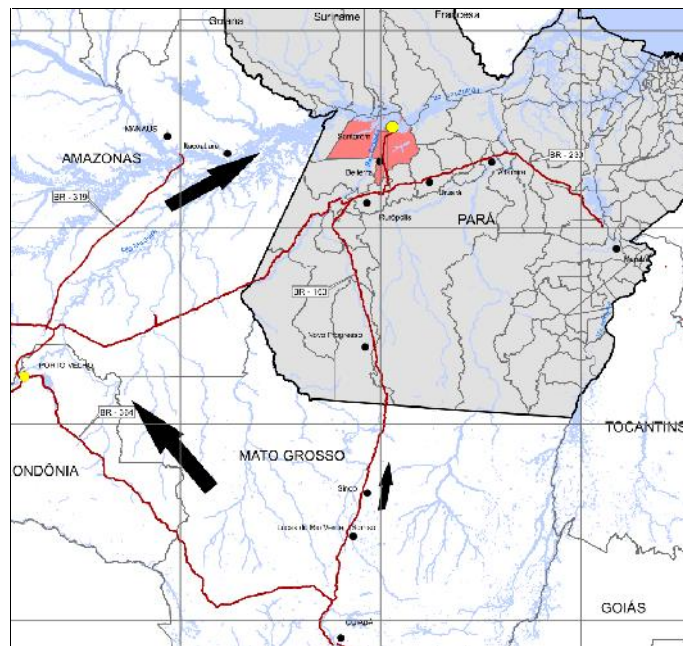


Figura 02 - Fluxos logísticos da soja em direção ao porto da Cargill em Santarém.
 Fonte: Cargill (2010).
 Nota: Os pontos amarelos representam os terminais portuários em Porto Velho e Santarém. As setas correspondem o fluxo de transporte da soja.



Fotografia 09 - Visão aérea do porto graneleiro da Cargill em Santarém.
 Foto: Cargill (2010)

A soja por ali exportada tem seus principais destinos as plantas agroindustriais da empresa no México, Holanda e Japão (ver figura 03), com um fluxo anual, de acordo com a Cargill (2010), de praticamente 1 milhão de toneladas, o que corresponde a 2,3% de toda a produção brasileira. Nessas plantas, cerca de 90% do grão é esmagado para virar óleo e farelo. Este último é o mais demandado, em razão de ser o substituto da carne bovina europeia (que teve, segundo Nepstad *et al.* (2008), seu consumo reduzido em razão do mal da “vaca louca”) na produção de ração para suprir as granjas deste continente.

Santarém se tornou, desse modo, um dos diversos pontos do território nacional, referidos por Becker (2004b), que são acionados pela Cargill para se tornar mais competitiva no mercado internacional. Esta corporação garante a integração física desses pontos – que proporcionam a “circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção” (CASTILLO, 2004, p. 95) – por meio de uma rede “densa, ramificada” (BECKER, 2004b, p. 31) que viabiliza, por outro lado, a unificação – ensejada pelos fluxos imateriais (capitais, ordens, informações) – “das diversas etapas, especialmente segmentadas, da produção” (CASTILLO, 2004, p. 95) e as alianças estratégicas mantidas com o Estado e outras empresas. O Planalto Santareno, então, passou a pertencer ao circuito espacial de produção e aos círculos de cooperação relativos a esse empreendimento da Cargill.

Estes circuitos e círculos, como afirmam Santos e Silveira (2010), viabilizam a infra-estrutura, as pesquisas, as trocas, a distribuição e o comando remoto requeridos por essa nova fase da agricultura capitalista. No caso específico da Cargill, como estudado por Toledo (2005), um amplo e dinâmico campo de relações é mobilizado por ela, que envolvem:

- 1) empresas subcontratadas/terceirizadas para transformar custos fixos em custos variáveis (transporte, manutenção, telecomunicações, algumas etapas produtivas); 2) o Estado, em suas diversas escalas de atuação (federal, estadual, municipal), seja na alocação ou na melhoria de uma infra-estrutura logística, seja beneficiando-se de isenções fiscais e de outras normas que lubrificam suas ações; 3) produtos, através de antecipações de compra, fornecimento de insumos, financiamentos, imposição de qualidade; 4) empresas congêneres, estabelecendo aquilo [que] Mazalli (2000) denominou de “redes horizontais” (cooperação para reunir competências complementares, ampliar mercados, pressionar o Estado entre outras ações). (TOLEDO, 2005, p. 127)

O dado novo deste novo tipo de agricultura é que a escala local se articula à global, *em um fluxo ininterrupto*, e o território se organiza a partir de determinações vindas de fora. Este novo tipo de solidariedade, onde prevalece o uso do território sob o domínio da

informação e de um comando externo, se apresenta como um “acontecer hierárquico” (SANTOS, 2005, p. 139), acabando por proporcionar uma crescente homogeneização e alienação dos espaços a serviço das empresas desse setor produtivo. Há, portanto, a primazia da política sobre a técnica, ou melhor, uma dialética do território onde temos “um controle ‘local’ da parcela ‘técnica’ da produção e um controle remoto da parcela política da produção” (SANTOS, 2005, p. 141).



Figura 03 - Destinos da soja exportada do Brasil pela Cargill.
 Fonte: elaborada a partir de Cargill (2010).

Segundo Elias (2005), este comando, exercido pelas grandes corporações nacionais e internacionais do agronegócio, se processa nos espaços urbanos, dentro e, principalmente, fora do país. A antiga dicotomia campo-cidade neste caso é substituída por sua complementaridade, mesmo que distante. Esta tessitura que se apresenta nos territórios usados pelo agronegócio globalizado é resultante da conexão entre os diversos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, propiciando um constante fluxo (material e

imaterial) entre campo e cidade. Dentro do país, destaque deve ser dado a São Paulo, sede das principais *trading companies*, inclusive a Cargill.

Nesse sentido, é o mercado global de *commodities* que impulsiona e retrai esses empreendimentos. Bastaria apenas demonstrar, para atestar, as flutuações dos preços da soja nas bolsas de valores e o respectivo acompanhamento da produção – demonstração que se clarifica visualizando os momentos de crise, seja esta mais específica ao setor (como a crise de superprodução de 2004), ou de caráter mais amplo, como a de 2008, que abateu (e continua a abater) todo o mercado financeiro (ver gráfico 04). O campo fica, então, submetido “ao sabor do vaivém das cotações” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 130) e, portanto, conforme a rentabilidade, às mudanças de uma lavoura para outra. Desse modo, não são mais as necessidades internas que irão regular essa produção, mas o mercado mundial.

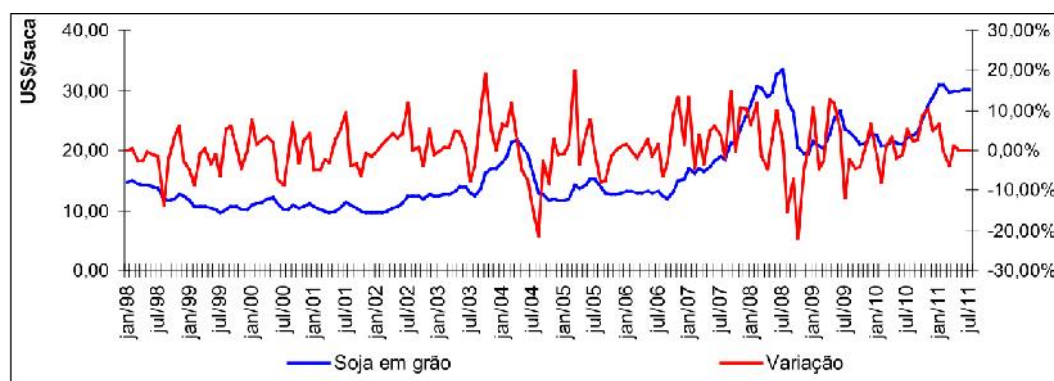


Gráfico 04 – Comparação entre produção e variação do preço da soja em grão no mundo.
Fonte: Hirakuri e Lazzaroto (2011)

Podemos então falar que porções do Planalto Santareno e o porto graneleiro da Cargill em Santarém tornaram-se espaços alienados, submetidos às determinações exógenas; portanto, com muito poucos vínculos com o lugar, pois a interdependência entre as ações e os atores é “até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores do mercado” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 307) e que não inclui a maior parte da população, ou seja, é uma interdependência movida por uma “solidariedade organizacional”, cujos atores “prosperam à custa da solidariedade interna e, freqüentemente, também à custa da solidariedade no sentido ético” (idem).

2.2 O AGRONEGÓCIO DA SOJA NO MUNDO

É imprescindível agora analisarmos a dimensão que a soja tomou como um negócio capitalista globalizado, uma vez que, como tocado, isto tem implicações óbvias sobre sua expansão no território brasileiro.

Este grão, já consumido há milhares de anos pelas populações orientais (sobretudo chinesa e japonesa), foi despertar interesse europeu no final do século XV, trazida pelo comércio com a Ásia, porém como uma simples curiosidade exposta em seus jardins botânicos. Somente no início do século XX que ela passou a adquirir um interesse industrial (sobretudo dos EUA) em razão do óleo que lhe é extraído e de seu teor protéico³⁵. A soja, a partir de então, aumentou progressivamente sua importância no mercado mundial, em face de seu padrão uniforme, de sua alta liquidez, podendo ser produzida, com os devidos ajustes técnicos, em diversas partes do mundo sem maiores prejuízos, aspecto fundamental para ter se tornado uma *commodity*.

O crescimento dessa sua demanda tem suas relações com o aumento das taxas de urbanização e incremento populacional mundiais, presenciados, sobretudo, a partir da II Guerra Mundial. Este aspecto se tornou candente mais recentemente, em razão das transformações estruturais da economia chinesa, que passou a crescer a níveis muito elevados a partir da década de 1990. Com o aumento da industrialização do país, uma crescente massa de camponeses migrou para as cidades, abandonando seus cultivos tradicionais, passando a requerer, como operários, os alimentos que outrora produziam. Ao mesmo tempo, as áreas agricultáveis do país foram reduzidas para em seu lugar construir-se grandes obras infraestruturais, como hidrelétricas e rodovias, para sustentar seu modelo econômico. Hoje, a China é o país que mais importa e consome este grão, apesar de ter praticamente mantido o patamar de sua produção (ver tabela 03); explicável pelo incremento de produtividade (em razão da tecnificação da atividade) que veio compensar a diminuição das áreas cultivadas. A lucratividade e o aumento da produção mundial desta mercadoria coincide, não por acaso, como podemos observar na tabela 03, com o momento (safra 1996/1997) em que a China passa a aumentar, de modo exponencial, a importação desse grão.

³⁵ Ver: http://www.insumos.com.br/funcionais_e_nutraceuticos/materias/76.pdf.

Tabela 03 – Evolução de variáveis de oferta e de demanda mundiais de soja em grão.

Produção mundial – mil t							
País	1987/88	1992/93	1997/98	2002/03	2007/08	2010/11	Peso
Produção Mundial	103.654	117.206	157.950	196.869	220.469	263.948	100,00%
Estados Unidos	52.736	59.612	73.176	75.010	72.859	90.610	34,33%
Brasil	18.020	22.500	32.500	52.000	61.000	75.500	28,60%
Argentina	10.000	11.350	19.500	35.500	46.200	49.000	18,56%
China	12.184	10.300	14.728	16.510	13.400	15.100	5,72%
Índia	898	3.106	5.350	4.000	9.470	9.600	3,64%
Exportações mundial – mil t							
País	1987/88	1992/93	1997/98	2002/03	2007/08	2010/11	Peso
Exportações mundiais	30.114	29.296	39.313	61.242	78.775	91.221	100,00%
Estados Unidos	21.870	20.972	23.796	28.423	31.538	40.687	44,60%
Brasil	2.710	4.056	8.760	19.629	25.364	29.900	32,78%
Argentina	2.091	2.211	2.821	8.624	13.839	8.500	9,32%
Paraguai	1.280	1.250	2.293	3.070	4.585	6.185	6,78%
Canadá	186	211	769	726	1.753	2.875	3,15%
Importações mundial – mil t							
País	1987/88	1992/93	1997/98	2002/03	2007/08	2010/11	Peso
Importações mundiais	28.143	30.047	38.164	62.914	78.111	89.280	100,00%
China	208	150	2.940	21.417	37.816	52.000	58,24%
União Européia	0	0	0	16.943	15.123	13.100	14,67%
México	956	2.136	3.502	4.230	3.614	3.550	3,98%
Japão	4.847	4.866	4.873	5.087	4.014	3.220	3,61%
Taiwan	2.119	2.506	2.387	2.351	2.148	2.400	2,69%
Consumo mundial – mil t							
País	1987/88	1992/93	1997/98	2002/03	2007/08	2010/11	Peso
Consumo mundial	101.018	115.894	145.058	191.095	230.557	252.931	100,00%
China	10.910	10.150	15.472	35.290	49.818	66.050	26,11%
Estados Unidos	34.544	38.319	47.666	47.524	51.627	48.175	19,05%
Argentina	5.750	9.018	13.560	24.813	36.161	39.927	15,79%
Brasil	14.308	16.977	21.692	29.649	35.077	39.300	15,54%
União Européia	0	0	0	18.111	16.113	13.900	5,50%

Fonte: elaborada a partir de Hiraçuri e Lazzaroto (2011).

Mas não somente o aumento populacional e o crescimento das cidades foram responsáveis pelo incremento de demanda do grão. Foi necessário (e ainda é), com análise Marx (2011a), produzir, além do objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso pelo consumo de tudo que é ligado a essa *commodity*. Desta maneira, vemos – por meio de diversos meios propagandísticos – a associação de determinados valores simbólicos (como os

de riqueza, de saúde³⁶, de “modernidade”) ao consumo deste produto ou de tudo o que está relacionado a ele, como a carne animal (alimentada com a ração cujo componente principal é o farelo de soja) ou os sanduíches de frango (alimentados com a mesma ração) Mcdonalds, de tal modo que, consoante Lefebvre (1991), o consumo passa a ser mais do símbolo que da própria necessidade que provém do “estômago” (MARX, 2008, p. 57). Desse forma, o agronegócio globalizado não busca somente a unificação dos lugares, mas igualmente, como afirma Castro (2005), a unidade dos sentidos.

No entanto, para se ter consumo, é indispensável que o objeto do consumo seja produzido, saltando aos olhos o incremento de 526% na produção da soja nas quatro últimas décadas no mundo, como observado por Hirakuri e Lazzarotto (2010). Isto se deveu a uma verdadeira revolução que se processou, a partir da década de 1960, na base técnica da produção agrícola, deixando de ser a incorporação de novas terras o fator exclusivo (e mais importante) da expansão da produção. Os interesses aumentados em produtividade e em redução de custos levaram ao desenvolvimento de pesquisas científicas específicas, acarretando, como afirma Elias (2005), num progresso, sem precedentes das forças produtivas no campo. O uso de insumos químicos, de agrotóxicos, de sementes transgênicas, de informações meteorológicas, das mais variadas máquinas agrícolas, dentre outros, propiciaram, enfim, uma maior proximidade entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, ampliando a reprodução do capital no campo.

Fatores que limitavam a maior extração de mais-valia nesse espaço foram, então, minimizados, reduzindo a subjugação do homem ao tempo da natureza. No mais, os avanços técnicos, responsáveis por aquilo que Harvey (2005) denominou de compressão espaço-tempo, possibilitaram maior fluidez e articulação aos territórios onde passam a atuar as redes do agronegócio. Estas, então, põem-se a englobar as várias etapas do processo produtivo, operando em mútua relação e em diferentes níveis de escala. Floresce, desse modo, na análise de Santos e Silveira (2010), uma agricultura com extraordinária capacidade produtiva, dependente do sistema financeiro e vinculada diretamente ao mercado global.

O território é então forjado para viabilizar a entrada desses novos conteúdos técnicos e organizacionais, preparando o campo para a competição. Expandem-se os sistemas de objetos correspondentes – estradas, portos, redes de comunicação, de eletricidade – que,

³⁶ “Se a maquinização, a quimização e o crédito são, nos dias de hoje, pilares da agricultura moderna, esta não se realiza sem um discurso científico que ajude a transformar os padrões de consumo. Informações e conselhos sobre saúde, medicina e alimentação tornam-se normas para novos consumos alimentares, que não raro ofuscam os interesses do chamado *agribusiness*.” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 130).

juntamente com o que fora herdado de períodos anteriores, são chamados a reproduzir tal lógica. Cresce, conseqüentemente, a importância dos fluxos (de pessoas, de dinheiro, de informação, de produtos) pela “necessidade de movimento” (SANTOS, 2002, p. 240) e de “encurtamento das distâncias” exigido pelo capital, ampliando-se os contextos.

O meio técnico-científico e informacional avançado para o campo criou a possibilidade da produção agrícola se conectar ao mercado globalizado. Segundo Harvey (2011), isto se deu pela necessidade do capital expandir-se geograficamente – a partir de sua crise estrutural iniciada na década de 1970 (crise de absorção do excedente de capital) – para a geração crescente de mais-valor, seja intensificando as trocas entre os territórios, seja o exportando para a produção em outros países. Daí a intensificação da inserção do Brasil ao mercado mundial por meio do agronegócio, que levaram às transformações tecnológicas da agricultura brasileira na corrente de suas crises de hegemonia, assumindo um (não tão) novo papel na nova divisão internacional do trabalho.

2.3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A EXPANSÃO DA SOJA NO PAÍS.

Esse “novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 118), propiciou, a partir da década de 1960, segundo Elias (2003), a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, cujos fundamentos reportam-se a uma série de fatores políticos e econômicos de décadas anteriores.

No pós-1930, com o início do processo de industrialização brasileira, a agricultura perdeu a importância econômica que possuía (sobretudo com o café), mas continuava a cumprir um importante papel. Ela garantia, pelo lado das exportações, uma balança comercial favorável para permitir a importação de meios de produção necessários ao desenvolvimento da indústria (pautada na substituição de importações) e, ao mesmo tempo, assegurava que os produtos agrícolas e os custos com matérias-primas não impusessem limites, via renda, a acumulação requerida pelo setor urbano-industrial. Ao contrário dos países centrais, o latifúndio não significou um entrave ao desenvolvimento da indústria urbana brasileira, em razão, primeiramente, de ele ter financiado aquela em sua assunção, e, em continuidade, porque a renda da terra não se constituía no principal fator de obtenção do lucro dos latifundiários, pois as relações atrasadas que mantinham no campo, pautadas na

superexploração do trabalho (incentivada pela inexistência de uma legislação trabalhista e previdenciária no campo), somadas à superabundância da terra agricultável não comprometiam, assim, a mais-valia a ser reintroduzida no processo de produção e os preços das mercadorias industriais.

Não existia, portanto, uma dualidade entre esses setores econômicos. O que havia era uma relação dialética entre um setor avançado, urbano-industrial, e um setor atrasado, provedor de insumos primários. Nesse sentido, a agricultura não significou, nesse momento, um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, pois, se por um lado, continuava beneficiando os capitalistas latifundiários, por outro, fornecia um permanente suprimento de alimentos e matérias-primas baratas, liberando mão-de-obra para a cidade e transferindo excedentes de capitais para a indústria urbana.

Esta continuidade do latifúndio no Brasil tem suas condicionantes políticas nas necessidades de regulação do Estado para a continuidade da reprodução do capital no país, que se via obrigado a manter a oligarquia latifundiária no bloco no poder, de modo subordinada, privilegiando, em maior grau, a burguesia urbano-industrial. Como afirma Gonçalves Neto (1997, p. 121):

(...) na luta intraclasses, é fundamental para a sobrevivência do sistema capitalista que os setores subordinados no nível da luta pela direção classista continuem existindo, com espaço de atuação assegurado. A fração (ou aliança de frações) vencedora açambarca o poder, centraliza as decisões, distribui os privilégios: mas não *todos* os privilégios, *todo* o poder nem *todas* as decisões. O Estado, como guardião da *totalidade* do sistema capitalista, não pode permitir que isso aconteça, sob pena de arriscar o futuro do próprio sistema.

Mantinha-a, assim, com determinados privilégios, inserindo-a, por sua importância econômica e influência política, nos projetos de desenvolvimento do país.

Na segunda metade dos anos de 1950, o modelo econômico de substituição de importações entrou em colapso. O impulso à industrialização, que vinha do exterior, havia se extinguido com o fim da Segunda Grande Guerra, tornando-se necessário um novo impulso para moldar um novo tipo de desenvolvimento. Esse não poderia vir de outra parte senão de dentro, do próprio Estado. Esse modelo de desenvolvimento econômico, articulado ao capital internacional, às multinacionais e à burguesia nacional, se fundamentava em diversos investimentos setoriais (em energia, transporte, indústria de base, educação) para o soerguimento econômico e a modernização do país. O latifúndio, dessa forma, teve seu lugar,

conservando-se a coexistência político-econômica específica garantidora da reprodução do modo de produção capitalista no país.

Contudo, segundo Gonçalves Neto (1997), esse modelo, colocado em prática pelo Plano de Metas (1956-1961), contemplou apenas marginalmente o setor agropecuário. Para Mantega e Moraes (1980), a crise de superprodução da década de 1960, que deixou manifesta as dificuldades da agricultura em suportar a demanda crescente de alimentos e matérias-primas em face do acelerado processo de urbanização e industrialização do país, influenciou os debates acerca da necessidade da modernização do campo brasileiro, aumentados com as pressões sociais por reforma agrária, vista, por alguns, como a solução para tal atraso.

Toda essa instabilidade econômica e política, segundo Gonçalves (2004), desaguou no Golpe de 1964, exigindo do Estado autoritário um projeto efetivo para proteger o latifúndio a fim de evitar a “revolução vermelha”. A “revolução verde” foi assim a solução: o problema do campo não seria mais a sua estrutura fundiária, mas o seu atraso tecnológico. As pressões pela reforma agrária foram, em parte, diminuídas, mas os problemas sociais foram aumentados, pois as condições necessárias à modernização do campo tiveram que perpassar as transformações nas relações de produção: para que esta funcione de modo especificamente capitalista, era preciso regulamentar o regime de salariado no campo e promover sua acumulação primitiva, por isso o estabelecimento do Estatuto da Terra em 1964 (para burocratizar seu acesso e desmobilizar os movimentos camponeses – estabelecendo a colonização e os assentamentos em áreas distantes das tensões sociais), e, um ano antes (ainda no Governo Goulart), o Estatuto do Trabalhador Rural (regulamentando as leis trabalhistas no campo). O capital industrial, agora, não mais se apoderava unicamente do excedente de trabalho gerado na agricultura por meio da circulação, mas no âmbito da produção propriamente dita, alterando sua base técnica, integrando-a a indústria urbana e ao capitalismo financeiro.

A política agrícola que se instituiu nesse período – o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – induziu efetivamente essas mudanças. Segundo Santos e Silveira (2010), um sistema de crédito subsidiado (o SNCR) foi estruturado para financiar a alteração da base técnica da agricultura³⁷, transferindo parte da mais-valia em poder do Estado

³⁷ De passagem, consoante Ramos (2010), vale ainda ressaltar as ações do Estado que se sucederam – a partir do Plano de Metas – de modo paralelo e complementar para a modernização da agricultura brasileira: 1959: instalação das primeiras fábricas de tratores; 1960-1970: aumento da malha rodoviária; 1962: criação do Departamento de Pesquisas e Experimentação Agropecuária (DPEA), substituído, em 1973, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); 1963: criação da Companhia Brasileira de Armazenagem (CIBRAZEM); 1965: promulgação da primeira lei de sementes do país (desenvolvimento de sementes

para esse setor, não mexendo, com isso, “no mecanismo dos preços” agrícolas (GONÇALVES NETO, 1997, p. 122). Nesse sentido, o setor urbano-industrial não viu comprometido seu lucro, muito pelo contrário: a agricultura agora se associava por mais uma via à indústria: no fornecimento de capital fixo para a modernização da agricultura – fazendo aumentar, assim, a troca entre os dois setores –, passando a responder de forma mais significativa às demandas econômicas do capitalismo brasileiro.

O privilégio da modernização se voltou às culturas de exportação, sobretudo a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que seguiu – como um conjunto de medidas de incentivos e subsídios à exportação – para contornar a crise de 1973. Era imperioso, assim, para o Estado, o investimento em setores econômicos de base, estimulando o aumento da produção e da produtividade da agricultura científica para que esta respondesse:

(...) às necessidades internas de abastecimento e de excedentes exportáveis, ou simplesmente de produtos exportáveis, (...) a partir da necessidade de equilíbrio da balança comercial. A este aliado deve-se acrescentar outro: a escalada dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional no período 1968-73 e que, apesar da queda dos anos 74-75, apresentava boas perspectivas de negócios para o restante da década. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 86).

Desse modo, elevou-se o padrão de modernização da agricultura brasileira, no compasso do crescimento do setor industrial não-agrícola e das exportações. Foi nesse momento que se conformaram os complexos agroindustriais (CAIs), estimulados pelas políticas creditícias e de incentivos fiscais estatais, encaixando-se aos padrões internacionais de produção para atender o mercado mundial. A agricultura, desta forma, deixa de ser um grande “setor” econômico ao integrar-se à indústria, aos serviços e aos novos padrões de consumo urbanos, o que implicará, de acordo com Cleps Jr. (2010), numa mudança nas análises das questões concernentes à agricultura, que passará a ter um caráter territorial (“intersetorial”).

Esse padrão agroindustrial, segundo Silva (1979), eleva-se ainda mais em finais da década de 1970 (evoluindo pela década de 1980), com a limitação das áreas para a expansão da atividade agrícola em virtude do “fechamento” da fronteira no Sul e Sudeste brasileiros. A única solução seria, então, intensificar a produção aplicando-se técnicas cada vez mais modernas. Nesse momento, portanto, esta agricultura científica concentrou-se nessas regiões, pois eram espaços que proporcionavam (por sua localização e natural fertilidade do

melhoradas); 1966: criação do Fundo de Estímulo Financeiro ao uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL); e 1970-1980: aumento dos programas nacionais de irrigação.

solo) maior renda diferencial ao negócio, criando uma profunda desigualdade técnica no território brasileiro.

Na década de 1980, por conta de uma forte crise fiscal atravessada pelo Estado brasileiro, a continuidade das políticas de subsídios creditícios para a agricultura sofreu forte abalo. Apesar disso, a agroindústria continuava a crescer, por força dos ganhos de produtividade resultantes do alto investimento em tecnologia da década anterior e, principalmente, como aponta Toledo (2005), em razão da consolidação de certas culturas agrícolas (como a da soja), que passaram a captar fontes exclusivas de financiamento, dando ensejo a um novo modelo de organização territorial da agricultura sob o comando das *tradings*.

O Estado, então, muda a sua atuação, passando a promover, para reduzir o déficit fiscal e a crise da dívida do período (necessitando, portanto, aumentar o superávit da balança comercial), um grande ajuste cambial no sentido de favorecer a exportação agrícola. Visava, assim, elevar a taxa de câmbio para forçar a desvalorização da moeda brasileira, fazendo dos produtos exportáveis mais competitivos no mercado internacional (malgrado o efeito colateral da explosão inflacionária). Concomitantemente, o Estado ofereceu, com o mesmo objetivo, subsídios fiscais aos importadores de insumos agrícolas e programou uma medida de preços mínimos, no sentido de manter rentável a produção em face da queda dos preços das *commodities* no mercado mundial.

Esses foram os presságios do segundo momento de profundas transformações na agricultura científica, ocorrido na década de 1990 com a abertura econômica do país, refletindo, até mesmo, de acordo com Arruda (2007), na mudança de denominação dos complexos agroindustriais para *agribusiness* (ou agronegócio), que passou a ser visto de uma forma aparentemente dissociada daquele. Neste período, o financiamento estatal dos complexos agroindustriais se tornou cada vez mais escasso, ao mesmo passo em que o capital financeiro internacional ganhou mais força – sob mediação das grandes corporações do agronegócio mundial – na compra, venda e financiamento da produção agrícola.

Mais uma vez, aqui, o Estado assumirá papéis importantes na condução das políticas para o setor. Deixando a dianteira do negócio (como principal financiador e fomentador da produção), passa então a se posicionar como um “simples” apoio para ajudar as corporações do agronegócio na viabilização da infra-estrutura (portos, estradas, hidrovias, etc.), no desenvolvimento de pesquisas, na concessão de terras e de novas linhas de crédito, ou mesmo, na renegociação e perdão de dívidas.

São destaques as renúncias fiscais do Estado neoliberal instrumentalizadas pela “Lei Kandir” (de 1996) e pela “MP do Bem” (transformada em lei em 2005), como medidas de incentivo à exportação. A primeira – que desonera o ICMS sobre produtos primários exportados – significou um forte estímulo à exportação de produtos *in natura*, como foi o caso da soja em grão, em detrimento de seus derivados – óleo e farelo – que passaram a ser produzidos, em sua maioria, nas plantas agroindustriais das companhias do agronegócio fora do país. Apesar de ter desagregado valor (reduzindo postos de trabalho e a arrecadação dos estados), isto tornou a soja brasileira altamente competitiva no mercado internacional, impulsionando a produção para novas áreas e, por outro lado, a concentração da riqueza. Para complementar, a segunda lei suspendeu a tributação federal de empresas que exportam no mínimo 80% de sua produção – beneficiando, obviamente, o agronegócio, dado a sua alta taxa de exportação.

Foi nesse momento, segundo Santos e Silveira (2010), que esse novo meio técnico começa a avançar de forma mais acelerada para os novos *fronts* do nordeste e, principalmente, do centro-oeste brasileiro. Outrora concentrado nos campos do sul e do sudeste do país, este meio estende-se agora sobre estes, denominados por Santos (*apud* ELIAS, 2006), “lugares de reserva”, que são incorporados com maior facilidade por oferecerem menos resistência ao novo. A rentabilidade da soja para a exportação, o financiamento facilitado pelo sistema “soja verde”, os avanços técnicos-científicos e informacionais e a logística necessária para a ativação dos fluxos, ensejaram e permitiram a territorialidade do agronegócio nesses espaços, redefinindo os fatores locacionais clássicos ligados à renda diferencial (presentes na região concentrada).

Isto possibilitou, então, de acordo com Elias e Pequeno (2007), a dispersão espacial da produção agrícola moderna, inserindo o território rural brasileiro aos circuitos espaciais produtivos do agronegócio mundial. Mas a territorialização desse capital agroindustrial tem se dado de forma seletiva no espaço agrário. Pois as redes agroindustriais abarcam apenas pontos ou manchas que são mais propícios para a reprodução de suas práticas, difundindo-se numa série de especializações produtivas que culminam, segundo Elias (2006), nos diferentes arranjos territoriais produtivos. Esta seletividade espacial é reafirmada, de acordo com Santos e Silveira (2010), com a desigual distribuição dos sistemas de engenharia e dos sistemas normativos no território, diferenciando os lugares em termos produtivos e competitivos.

Estes espaços de fronteira recém-incorporados pelo agronegócio fez explodir a produção da soja no Brasil, de tal forma que, hoje, o Centro-Oeste (destacadamente o estado

do Mato Grosso) se tornou a principal região produtora desse grão, superando a região Sul (ver tabela 4), com um peso de 45,1% do total do que é produzido no país.

Tabela 04 – Produção e produtividade da soja entre as regiões brasileiras.

REGIÃO	VARIÁVEL	1985/86	1990/91	2000/01	2008/09	2010/11	Peso
NORTE	Área (mil há)	0,4	6,3	91,7	497,6	639,5	2,6%
	Produção (mil t)	0,5	11,5	216,6	1.414,0	1.956,8	2,6%
	Produtividade (kg/há)	1.250,0	1.825,0	2.362,0	2.841,0	3.060,0	-
NORDESTE	Área (mil há)	117,7	282,6	962,6	1.608,0	1.945,7	8,0%
	Produção (mil t)	155,5	564,3	2.075,9	4.161,9	6.251,5	8,3%
	Produtividade (kg/há)	1.321,2	1.997,0	2.157,0	2.588,0	3.213,0	-
CENTRO-OESTE	Área (mil há)	2.813,3	2.946,2	5.759,5	9.900,1	10.817,5	44,8%
	Produção (mil t)	5.027,5	6.667,0	17.001,9	29.134,9	33.940,2	45,1%
	Produtividade (kg/há)	1.787,0	2.263,0	2.952,0	2.943,0	3.138,0	-
SUDESTE	Área (mil há)	906,0	972,0	1.172,0	1.460,4	1.636,9	6,8%
	Produção (mil t)	1.687,5	1.930,4	2.873,9	4.057,6	4.622,1	6,1%
	Produtividade (kg/há)	1.862,6	1.986,0	2.452,0	2.778,0	2.824,0	-
SUL	Área (mil há)	5.807,0	5.535,4	5.984,0	8.277,0	9.133,5	37,8%
	Produção (mil t)	6.336,5	6.221,3	16.263,5	18.397,1	28.534,6	37,9%
	Produtividade (kg/há)	1.091,2	1.124,0	2.718,0	2.223,0	3.124,0	-
Brasil	Área (mil há)	9.644,4	9.742,5	13.969,8	21.743,1	24.173,1	100%
	Produção (mil t)	13.207,5	15.394,5	38.431,8	57.165,5	75.305,2	100%
	Produtividade (kg/há)	1.369,4	1.580,0	2.751,0	2.629,0	3.115,0	-

Fonte: elaborada a partir de Hirakuri e Lazzarotto (2011).

Na safra 2010/11, de acordo com Hirakuri e Lazzarotto (2011), o complexo soja (grão, farelo e óleo) respondeu por 22,39% das exportações do agronegócio nacional e por 9,06% de tudo o que foi exportado pelo país, atingindo o posto de principal exportador mundial do grão e de segundo maior produtor do mundo. A China e a União Européia são os maiores compradores da soja brasileira, notadamente o primeiro país, comprador, segundo EMBRAPA (2007), de um terço da pauta exportadora nacional.

É nesse contexto que se tem aumentado a necessidade de intensificação das relações entre os territórios e a inserção da Amazônia (ver figura 04) como forma de diminuir os custos de transporte, considerado o principal gargalo do circuito espacial produtivo da soja

brasileira. A saída pelos grandes rios da região (em vez daquelas disponíveis no Centro-Sul), confere, por meio do transporte multimodal, a conectividade com a principal região produtoras de soja do país, proporcionado um barateamento no preço dos fretes. No mais, esta saída reduz a “perna marítima” em direção aos principais centros compradores, localizados na Europa e no extremo oriente.



Figura 04 – Fluxos de soja no Brasil.
Fonte: Elaborada a partir de Cargill (2010)

Por isso destaca-se a hidrovía do Madeira-Amazonas como um projeto infra-estrutural estratégico para os fins das companhias compradoras de soja do Centro-Oeste, em especial ao grupo Amaggi – parceiro do Estado na empreitada – e à Cargill. Para esta companhia, seu porto localizado na cidade de Santarém ainda lhe oferece outras vantagens

para aumentar o elo com o Mato-Grosso: a hidrovia Teles Pires-Tapajós, em vias de implementação, e a BR-163, rodovia que está sendo completamente pavimentada.

É essa configuração territorial privilegiada do município de Santarém que o fez ingressar no circuito espacial produtivo dessa grande corporação, pois, para essas empresas compradoras e financiadoras, é muito mais importante investir na logística de distribuição, no sentido de diminuir os custos, para, assim, auferir a maior parte da mais-valia produzida no campo no âmbito da circulação. Logo, o Planalto Santareno tornou-se – como um espaço propício para extração de maior renda da terra – um novo arranjo territorial produtivo do agronegócio globalizado da soja do país.

O evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno tornou esta região um novo recorte territorial da produção moderna, cada vez mais aberto às determinações do mercado globalizado e aos signos contemporâneos. Nela, principalmente a partir de 1997, como vimos, começam a ocorrer importantes investimentos públicos e privados, frente à possibilidade das empresas ligadas a esse circuito espacial produtivo auferir maiores lucros. Sucederam-se, assim, grandes transformações nas formas de uso e ocupação deste espaço, gestadas, principalmente, por este grande grupo pertencente a uma destacada rede agroindustrial: a Cargill. O Planalto Santareno, então, tornou-se, no dizer de Santos e Silveira (2010), “região do fazer” do agronegócio, cuja racionalidade impõe a subjugação de certa “solidariedade orgânica” construída quase espontaneamente e de modo heterogêneo no lugar, em nome de sua “solidariedade organizacional”, fundamentada, ao contrário, nas redes, no comando externo e no uso privatista do território.

O agronegócio, desse modo, criou “monofuncionalidades no uso da terra, dos transportes, dos portos” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 119), terminando por negar o uso social do território, inscrevendo-o em sua lógica privatista. Toda a infra-estrutura utilizada pelos circuitos espaciais de produção da soja, em boa parte financiada por dinheiro público (destacadamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES), acaba, como bem público, voltando-se para esse uso corporativo do território, restringindo-o “a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes” (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 131).

Este uso moderno do território agrícola fica cada vez mais exclusivo com o aumento do poder das *tradings* agrícolas. Como firmas financiadoras e compradoras da produção, elas imputam, destarte, seu padrão produtivo para a competição global, fazendo de poucos indivíduos os capacitados de suportar as demandas da agricultura cientificada exigente de outro processo de trabalho e de grandes somas de capital para seus acréscimos técnicos e

informativos. Investimento que é ainda maior na cultura da soja, pois esta requer um elevado grau tecnológico, com quase a totalidade do trabalho feito por máquinas (que são maiores, com maior capacidade de trabalho e, por isso, ainda mais dispendiosas que aquelas utilizadas em outras culturas como a do arroz ou do milho).

Evidencia-se, desta maneira, a geração de “novas desigualdades socioespaciais” (ELIAS; PEQUENO, 2007) nesta região, pois a territorialização desse capital agroindustrial operou-se de forma espacialmente seletiva e socialmente excludente, intensificando a concentração da terra e da riqueza e a fetichização social. Esse evento, assim, estimulou o aumento da favelização no campo e na cidade (CASTRO, 2008); a redução da diversidade e da autonomia da produção em nome da monocultura, provocando impactos à soberania alimentar; e, principalmente, distanciou – malgrado o encontro com aqueles que viviam no lugar – do homem a sua genericidade, fazendo do trabalho social, “apenas um meio da vida individual” (MARX, 2004b, p. 84).

Este (des)encontro, objeto de nosso próximo capítulo, foi facilitado por essa região ser um espaço de fronteira, oferecedor de significativas vantagens para a territorialização desse capital agroindustrial, como a grande disponibilidade de terra antropizada, propícia para minimizar os altos custos de abertura e preparo do solo para a mecanização requerida pela soja.

A maioria das terras ocupadas pela soja, segundo Benatti (2004), foram aquelas outrora transformadas pela ação dos madeireiros, dos pecuaristas e dos camponeses. Este seria, para a Prefeitura Municipal de Santarém, o melhor destino dessas terras “pouco rentáveis”, para, assim, fixar “o homem no campo” e gerar “emprego e renda para o município”³⁸ (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1997, p. 36).

Mas o que de fato ocorreu foi o seu inverso, como em toda ideologia. A busca dos sojicultores encontrou as terras camponesas vilipendiadas, precarizadas, das condições degradantes de trabalho, incitando alterações à reprodução desses territórios.

³⁸ “A necessidade que nossa região tem de encontrar novas alternativas para utilização mais rentável de suas terras, tanto de várzeas como de terra firme, fixando assim o homem no campo e gerando emprego e renda para o município.” (Prefeitura Municipal de Santarém, 1997, p. 36).

3 O (DES)ENCONTRO: A REPRODUÇÃO CAMPONESA DAS LOCALIDADES DE TRACUÁ E DE JENIPAPO.

Este capítulo analisa as implicações ao uso e à reprodução dos territórios camponeses de Tracuá e de Jenipapo decorrentes do seu encontro com o agronegócio da soja. O primeiro passo aqui é, portanto, examinar esse encontro e os processos resultantes.

De acordo com Silveira (1999), todo evento novo (ou um conjunto deles) cria uma situação geográfica nova. O evento do agronegócio no Planalto Santareno, constituído por um feixe de vetores exógenos, como vimos no segundo capítulo, produziu outra “coerência espacial” ao se somar ao “sistema de eventos” do lugar (SILVEIRA, 1999, p. 22). Nesse acontecer solidário de objetos e ações, afirmado por Santos (2008), os projetos realizados simultaneamente no lugar tendem a ser desiguais e, não raro, divergentes; nesse sentido, os conflitos e as contradições se instalam. Em nosso caso, estes são estabelecidos entre o novo e o velho, entre um projeto construído organicamente e de forma precária no lugar, pautado em relações não-capitalistas de produzir (o gênero de vida camponês), e um projeto onde o território é visto meramente como recurso, funcional às redes agroindustriais, numa relação tipicamente capitalista do período atual.

O Planalto Santareno acumula, assim, relações sociais não inteiramente contemporâneas. O entendimento desse encontro perpassa, portanto, o domínio da história, o “nexo horizontal” do espaço, pois toda situação geográfica é, ao mesmo tempo, um resultado e um processo:

Toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e do ponto de vista dinâmico, um processo. Numa situação em movimento, os atores não têm o mesmo ritmo, movem-se segundo ritmos diversos. Portanto, se tomarmos apenas um momento, perdemos a noção do todo em movimento. (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 95)

Neste sentido, somos conduzidos, como segundo passo, a compreender os momentos da construção da situação geográfica atual do Planalto Santareno, apreendendo “o seu movimento histórico” (SILVEIRA, 1999, p. 22). Ao longo do tempo, os eventos construíram sucessivas situações geográficas cujo encadeamento pode ser recortado em períodos, que deixaram suas marcas, complexificando, mais e mais, este espaço numa coexistência de múltiplas territorialidades e temporalidades. Nesta tarefa, a consideração do caráter “fronteiriço” do espaço amazônico é exigida, pois o constante encontro de

temporalidades históricas, das diversas frentes que se territorializaram (e desterritorializaram) na região, o delinea, segundo Martins (2009), como o “lugar da alteridade”. Lançaremos mão, então, das noções de frentes pioneiras e de frentes de expansão, que servirão ao entendimento das especificidades de como o território fora e é usado pelas diversas e sucessivas frentes. A temporalidade de cada frente indica um uso (e uma história onde o exógeno teve um papel decisor); isto é, uma forma de reprodução da vida social que nos permite examinar o desencontro (a possibilidade negada pela lógica do capital) que se dá hodiernamente no Planalto Santareno entre a frente do agronegócio globalizado e o campesinato.

3.1 O ENCONTRO.

Como vimos no segundo capítulo, há um pouco mais de uma década as terras usadas pela agropecuária no Planalto Santareno são cobiçadas pelos produtores de soja do Centro-Sul do país. Estas representavam uma economia significativa, sobretudo aos “pequenos produtores”, menos capitalizados, para o preparo do solo para a mecanização. Foi desse modo que estes produtores encontraram os camponeses da região, cujas condições de existência estavam extremamente fragilizadas, como vimos no primeiro capítulo. A partir desse momento, onde se abria a “juquirá” a facção e a machado e semeava-se e colhia-se com a mão, passou-se a ver máquinas que em poucas horas reduzia esse trabalho de semanas, substituindo as poucas tarefas de mandioca que evitava a fome de várias famílias por grandes plantações de soja para o enriquecimento de poucos.

Mais de 90% das terras ocupadas pela soja na região, segundo Coelho (2009), são em áreas antropizadas (ver mapas 03 e 04). Boa parte dessas terras era há décadas aproveitadas por camponeses, com baixo impacto (em termos de escala) sobre a floresta, pois raramente trabalham mais do que 1 hectare de terra a cada dois anos – terra esta que, após esse período, fica em repouso por mais dez anos para ser novamente utilizada (técnica do pousio).

Tanto a pecuária – que vinha passando por uma importante crise de aftosa – como a combalida agricultura camponesa da região não resistiram muito às ofertas das imobiliárias que intermediaram (de forma ilegal) a compra das terras do Planalto Santareno para os sojicultores do Centro-Sul do país. As dificuldades estruturais que já estimulavam os

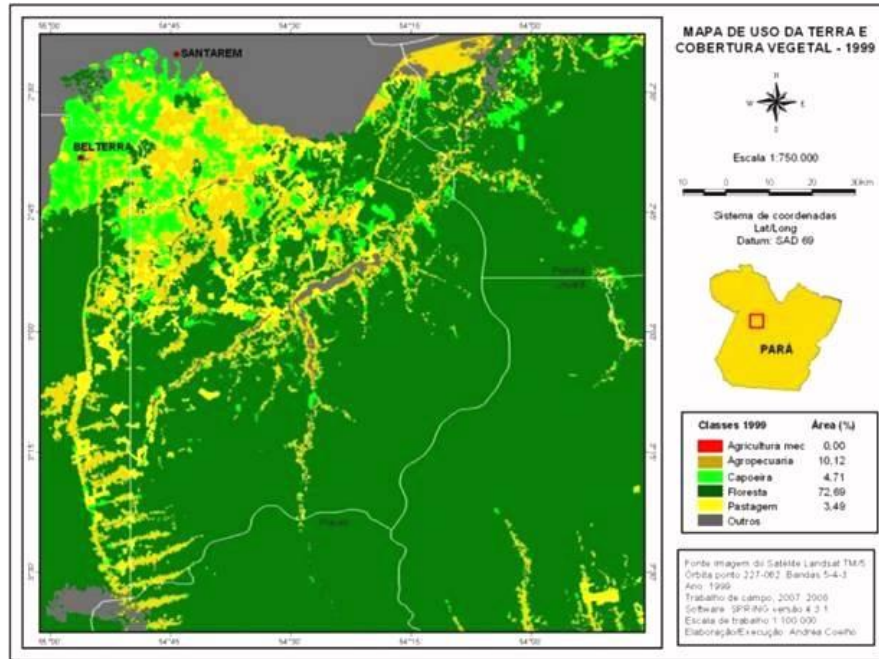
camponeses a abandonar seus lotes bem antes, em face do sacrifício para se obter água, das condições precárias das estradas e do transporte, da falta de escola, dentre outras, agora justificavam a sua venda para, assim, tentar buscar um lugar melhor para se reproduzirem.

Essas famílias camponesas do Planalto Santareno não saíram porque foram coagidas pelo poder dos papéis falsos, mas pela repressão de suas existências, acreditando que aquele dinheiro oferecido lhes proporcionasse menos privações em outro lugar. Aceitavam, então, no início, preços irrisórios por suas terras (um lote de 30 hectares – a média da região – era vendido, costumeiramente, a três mil reais), um dinheiro que, apesar de pouco, não tinham (e não têm) o costume de ver e que somente durante muitos anos de trabalho árduo poderiam conseguir. Logo, praticamente entregavam suas terras.

Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTRS), até 2003, mais de 500 famílias havia vendido suas terras na região. Com as notícias de que muitos agricultores haviam consumido o dinheiro da venda e estavam passando por situações de penúria, engrossando as filas do desemprego e do subemprego nas cidades de Santarém e Belterra, este sindicato, em conjunto com o de Belterra, lançou uma campanha para “conscientizar” os camponeses a não deixar suas terras, pois estas seriam “a fonte de sobrevivência da família³⁹”. A medida alcançou algum resultado, freando relativamente esse processo, mas não em razão de tê-los despertado a consciência do peso das benesses de suas terras, mas porque passaram a perceber que o preço que estavam aceitando não lhes forneceria sua subsistência nas cidades e que acabaria por forçar-lhes a obtê-la em áreas rurais mais distantes e ainda mais desassistidas pelo Estado.

Ao mesmo tempo, se aqueceu o mercado de terras no Planalto Santareno, especialmente após o estabelecimento do preço portuário da soja pela Cargill, fazendo aumentar a procura e o preço das propriedades rurais. Segundo Araújo *et al.* (2008), o preço do hectare de terra cultivável (antropizada) nas áreas melhor localizadas do Planalto Santareno (como em Mojuí dos Campos ou na vila do Tabocal), saltou dos cem reais (em média) para mais de mil reais; e do hectare mecanizável, de trezentos reais para até três mil reais. Isto gerou uma inevitável concentração fundiária na região, com grandes extensões de terra passando às mãos de poucos produtores, cujo percentual de desflorestamento (20%) agora é ocupado por centenas de hectares de arroz e de soja.

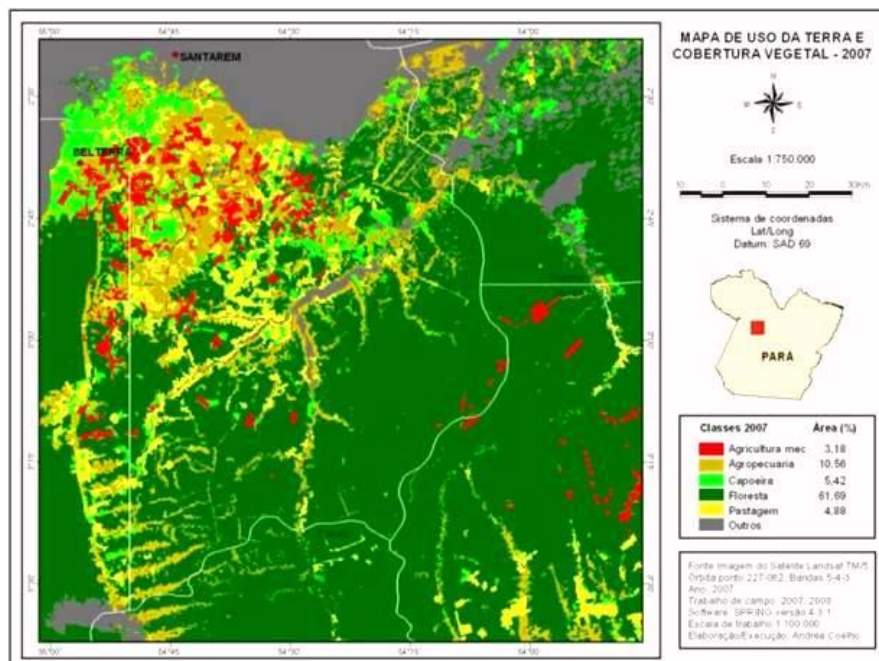
³⁹ O slogan completo da campanha era o seguinte: “Não abra mão de suas terras: a terra é a fonte de sobrevivência da família”.



Mapa 03 - Mapa temático de uso da terra e cobertura vegetal – 1999.

Fonte: Coelho (2009).

Nota: Na legenda, a área correspondente à capoeira era aquela utilizada pelo campesinato em sua forma de agricultura de “pousio”. As áreas que representam a agropecuária e a pastagem eram aquelas utilizadas pela agricultura e pela pecuária camponesas, quanto pela agricultura e pela pecuária empresariais.



Mapa 04 – Mapa temático de uso da terra e cobertura vegetal – 2007.

Fonte: Coelho (2009).

Nota: As manchas em vermelho eram as áreas ocupadas pela cultura da soja (ou pelas culturas de preparo do solo) em 2007 e que não existiam em 1999, como certifica a figura anterior.

Nesse processo, com a valorização das terras proporcionadoras de maior renda diferencial, dezenas de camponeses e pecuaristas capitalizados com o dinheiro da venda de suas propriedades passaram a procurar novas terras, mais distantes, em áreas não tão valorizadas (nos assentamentos Moju I e II, Corta-Corda e Ituqui e na gleba Pacoval), sendo acompanhados, inclusive, por outros sojicultores menos capacitados para adquirir tais terras, vindo a engendrar, segundo Araújo *et al.* (2008), diversos conflitos fundiários. Foram nessas novas áreas de expansão da pecuária, da agricultura camponesa e da sojicultura que ocorreram grilagens de terra, com episódios de violência e expulsão de famílias camponesas e ameaças a lideranças comunitárias (ver figura 05).



Figura 05 – Focos de tensão entre sojicultores e camponeses.

Fonte: CPT (*apud* EMBRAPA, 2007)

Nota: As estrelas representam conflitos fundiários. As setas indicam os movimentos migratórios rumo às novas áreas de expansão.

Nas localidades de Tracuí e de Jenipapo esses conflitos não existiram. As famílias que ali viviam, como aquelas outras que venderam suas terras no Planalto Santareno, reportado atrás, viram naquele pouco dinheiro oferecido uma saída para as condições precárias que se encontravam, sendo necessário, portanto, não mais que o dinheiro para lhes fazer deixar seus lotes.

Desde aquelas famílias mais novas a se estabelecer nessas localidades, provenientes do período áureo do garimpo no Tapajós (década de 1980) ou das políticas de integração nacional da década de 1970, que procuravam melhores condições econômicas, até as mais antigas, dos primeiros momentos de suas ocupações, abandonaram-lhes, colocando de lado qualquer sentimento de pertencimento que porventura pudessem ter. E tanto os jovens, no auge de suas forças laborais, quanto os idosos, cansados de anos de trabalho degradante, também partiram.

Eram aproximadamente 60 famílias que viviam na localidade de Jenipapo e 40 na localidade de Tracuí antes que o agronegócio da soja chegasse; hoje⁴⁰, somente duas permanecem em Tracuí, constituídas por um casal que não pode ter filhos e a outra por apenas um membro, que foi abandonado pela mulher e pelos filhos, e 10 em Jenipapo, destas, a maioria composta por idosos.

Tal qual aconteceu no restante da região, no primeiro momento de aquisição das terras, foram as empresas imobiliárias que agiram no sentido de intermediar a compra pelos produtores de soja do Centro-Sul. Foram três, considerados produtores pequenos, que compraram as terras dos camponeses em Jenipapo e apenas um, considerado grande, em Tracuí. Adquiriram essas terras há aproximadamente uma década e pagaram por elas preços ainda mais baixos que os praticados no restante da região: cento e vinte e cinco, setenta, quarenta, até trinta e cinco reais o hectare, segundo os relatos dos camponeses.

Após a atuação do Ministério Público Federal contra essas imobiliárias e o aumento do preço das propriedades na região, esse processo de compra passou a funcionar de forma mais lenta e direta entre sojicultor e camponês. Na maior parte dos casos, era este quem oferecia suas terras ao “gaúcho”, desesperadamente, aceitando qualquer preço por elas; em outros, tentavam negociar com mais calma um “preço mais justo”, mesmo sob pressão dos familiares para logo vender e deixar aquela situação, e foi assim que alguns ainda conseguiram pegar mil, mil e quinhentos e até dois mil reais por cada hectare vendido.

⁴⁰ Pelo menos até a nossa última visita a campo, em abril de 2012.

Após a compra das terras, os sojicultores necessitavam prepará-las para a mecanização. Os camponeses que permaneciam, assim, eram contratados por eles para arrancar manualmente as raízes das árvores que haviam sido derrubadas pelos tratores. Este foi o principal trabalho oferecido pelos sojicultores para os camponeses, haja vista que os que operavam suas máquinas foram trazidos de onde vieram. Somente os mais jovens conseguiram empregos que não fosse a “catação de raiz”, trabalhando em alguma fase da produção, como na secagem dos grãos.

Nesse meio tempo, quanto mais as famílias iam vendendo, tornando vazios a vizinhança e os espaços comunitários (as igrejinhas, as escolinhas, as sedes comunitárias), mais necessidade as outras sentiam de deixar as localidades para continuar congregando, levando seus filhos à escola ou mesmo fugir do isolamento. Muitas famílias, segundo os relatos, foram se estabelecer em localidades mais distantes, mas com maior proximidade da rodovia BR-163, continuando, assim, suas vidas no roçado; outras tantas abandonaram essa lida e migraram para as cidades de Santarém e Belterra, fixando residência, normalmente, em alguma ocupação recente para, assim, conseguir algum emprego (precário, em sua maioria), ou, no caso dos aposentados, facilitar seus acessos aos serviços de saúde; outras mais foram tentar a sorte em Manaus, Macapá, Boa Vista ou Porto Velho, em busca de melhores oportunidades; e muitas outras não conseguiram fazer muita coisa com o dinheiro recebido e procuraram outras terras para se apossar, em lugares, muitas das vezes, mais difíceis de viver que os que se encontravam.

Mas na localidade de Tracuí, cinco famílias decidiram vender parte de seus terrenos para o sojicultor e fixar residência às margens da rodovia BR-163 (no “Trevo” de Belterra), em um pequeno lote, permanecendo, assim, a produzir na localidade. Esta estratégia tem suas razões pela melhor acessibilidade que conseguem obter aos serviços urbanos, como água, energia elétrica, saúde, educação e transporte, por estarem à beira da rodovia e mais próximos da cidade de Belterra. Conservaram um pedaço do terreno em Tracuí como forma de ajudar a subsistência da família, cujos filhos foram os maiores incentivadores para que pai realizasse esse tipo de negócio, no sentido de facilitar seus acessos seus novos empregos, haja vista que não trabalham e não querem mais trabalhar com o roçado. Mas o dinheiro que conseguem como moto-taxistas, borracheiros, pedreiros, temporários, entre outros, nem sempre é suficiente e, quando não estão em suas ocupações principais, os homens ajudam o pai no roçado deixado na localidade para complementar o consumo.

As duas únicas famílias que residem definitivamente em Tracuí são descendentes de um camponês aposentado que vendeu parte de seu terreno ao sojicultor e resolveu se

mudar para a beira da BR-163 com sua mulher, também aposentada, por conta de suas idades avançadas. Este pai, então, deixou alguns hectares em Tracuí para quatro de seus filhos extraírem o sustento de suas famílias. Contudo, destes quatro, dois o seguiram e foram morar ao seu lado, com o propósito de facilitar a ida de seus netos à escola e aos novos empregos, e os outros dois são os chefes das famílias que ainda moram na localidade.

Estes camponeses (que já possuem mais de quarenta anos de idade e que nasceram e se criaram lá) afirmam que não acompanharam o pai porque não possuem filhos e também porque não podem vender a terra que estão, que é herança também dos outros irmãos, para poder se mudar e comprar outro lote.

Por motivos bem diferentes, na localidade de Jenipapo, foram sete as famílias que não quiseram vender a totalidade de suas propriedades aos sojicultores. Dentre estes motivos perpassa, sem dúvida, a idade de quem ficou: já avançada, decidiram permanecer em razão da segurança que o labor da terra lhes proporcionava para conseguirem se aposentar⁴¹, já que não tinham mais forças para buscar outra terra para trabalhar, cansados de se aventurarem pelos lugares atrás de melhores condições de existência. Jenipapo, assim, ainda poderia lhes oferecer algo melhor.

Dessas sete famílias, atualmente, apenas em uma que seu chefe ainda não conseguiu se aposentar. Nas outras seis sim, mas já nem podemos mais considerá-las enquanto tal, já que somente em duas delas convivem mais que uma pessoa: em uma, o pai e o filho, e em outra, a mãe e o filho; no restante, moram senhores solitários, cuja prole já se emancipou e não deseja retornar ao lugar e cujas companheiras ou já morreram ou os deixaram (ver fotografias 10 e 11).

Se hoje não vendem suas terras é porque não querem viver sozinhos na cidade ou se mudar para lugares mais distantes, longe dos familiares, haja vista que o preço dos terrenos mais próximos aumentou muito. Agora, melhor do que os outros, percebem que o dinheiro oferecido pelos sojicultores não lhes proporcionaria uma vida melhor do que a que possuem. Receberam, inclusive, notícias de vizinhos que venderam suas terras a esses preços (que, em

⁴¹ “A aposentadoria rural por idade, que é devida ao homem aos 60 anos e à mulher aos 55 anos, dá direito a um salário mínimo. Para receber o benefício é necessária a comprovação da atividade rural, mesmo que descontínua, dentro das condições previstas em lei. É o chamado período de carência, que até 2006 eram de 12 anos e seis meses. A partir de 2007, são de 13 anos de atividade rural. Nesse sentido, se não tiver documento basta apresentar um documento idôneo que se constitua indício razoável de prova material e a confirmação por testemunhas, também idôneas, (...) [para que] fique caracterizado que ele é um agricultor que vende o excedente da produção e trabalha sem a ajuda de empregado, contando somente com a ajuda da família, além de ter uma vida no campo. (...) [No caso do Planalto Santareno], o associado/candidato ao benefício deve pagar a mensalidade do sindicato regularmente, pois é quem viabiliza os procedimentos.” (CASTRO, 2008, p. 189-190).

seus imaginários, era um dinheiro suficiente para mudar de vida) e, hoje, estão em uma situação de penúria, como relatado por um desses camponeses:

Aqui no fundo, a uns quinhentos metros, tem um campo de soja. É vinte hectare. Aí o cara deu, parece, por quatro mil os vinte hectare. Ele achou que era muito dinheiro e se meteu pra Belterra. Não construiu nenhuma casa que prestasse, pior que quando ele morava aí. Lá que era vinte hectares deu só quatro mil, aqui que é só cinco os caras devem dar só uns mil. Não vendo não. (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo).



Fotografias 10 e 11 - Camponeses aposentados e solitários de Jenipapo. Fotos: do autor (setembro de 2011).

Estes aposentados também recusaram negociar suas terras pensando na segurança que elas poderiam oferecer aos seus filhos futuramente. Apesar da maioria deles, como já dissemos, não mais trabalham no roçado e nem possuem como “ideal de vida” a agricultura camponesa, esses velhos camponeses sabem, porque também tiveram trajetórias e anseios parecidos (aventuraram-se pelos garimpos, pelas cidades, nos grandes canteiros de obras, etc.), que a vida que encontrarão pela frente pode lhes deixar sem condições mínimas de sobrevivência, imergidos em empregos precários ou mesmo convivendo com a falta deles, podendo recorrer, no porvir, a este pedaço de terra que estão.

Para essas famílias, portanto, é essa aposentadoria rural que têm possibilitado sua reprodução no lugar atualmente. Como já não possuem forças nem saúde suficientes para trabalhar e não contam mais com a ajuda de seus filhos, o trabalho duro da produção da

farinha de mandioca, que necessita de muitos braços para a sua preparação (sobretudo na casa de farinha), foi abandonado. Alguns ainda cultivam mandioca, em pouca quantidade, e, mesmo assim, contam com o trabalho de outra pessoa, pagando-a com os seus benefícios. Ao final, em parceria com outras famílias da localidade, cedem-na para em troca receber um pouco da farinha produzida, sem o objetivo, contudo, de comercializá-la.

Como o dinheiro de suas aposentadorias não é suficiente para suprir suas necessidades (que ainda ajuda os seus filhos que estão fora), procuram complementá-lo com alguma atividade produtiva. Porém, em razão de suas idades, vêm-se obrigados a utilizar outras técnicas em que o esforço laboral seja menor, como a do cultivo do milho e da banana ou a coleta de frutas e produtos florestais, mesmo que o retorno financeiro não seja tão bom se comparado ao da farinha. Carregam esses produtos para a margem da rodovia, de onde, em barracas improvisadas, esperam os transeuntes ou mesmo algum atravessador para negociá-los, uma vez que não freqüentam mais as feiras das cidades.

Embora a aposentadoria não tenha lhes livrado de suas carências, tampouco conseguiriam sem ela. Esta se tornou a condição que lhes tem permitido não passar por muitas das dificuldades que antigamente enfrentavam. É esse benefício que tem impedido situações de escassez extrema, proporcionando-os acessos a determinados consumos que não podiam obter, como, por exemplo, um aparelho eletrônico, ou mesmo, alimentos mais variados para a sua provisão. Curiosamente, somente agora conseguiram auferir empréstimos e sem qualquer obstáculo (pois não se trata de crédito rural): os consignados das esfaimadas financeiras, que os camponeses os utilizam para comprar adubo, ração para as galinhas, defensivos, pagar uma diária, entre outros fins.

Em face de tamanha diferença que a aposentadoria têm lhes proporcionado – tanto para a satisfação de suas carências vitais quanto para a diminuição das fadigas do trabalho – que os relatos acerca de como conseguiram tal benefício ganham ares de verdadeiras epopéias. Com entusiasmo, um velho camponês, já com bem mais de 60 anos de idade, contou-nos que, certa vez (em 2008), foi tentar a “sorte” em Santarém para conseguir dar entrada em sua aposentadoria, pois, por diversas outras vezes, sempre retornou, porque normalmente faltava algum documento. Para sua surpresa (quase não acreditando na notícia), a assistente social lhe disse que, no mesmo dia, sairia aposentado. Como só havia levado dinheiro para a condução, já que não esperava esse momento, teve que passar o dia inteiro com fome, enfrentando diversas filas, mas, ao final, saiu recompensado: no outro mês havia duzentos e quarenta reais em sua conta, que ainda não era o valor integral (R\$ 415,00), mas ficou muito satisfeito, pois pensou:

Bom, mas aí já começou a melhorar, né? Porque eu nunca tinha visto duzentos e quarentas reais, assim, pegar só num monte... Para trabalhar... fazendo diária... e pegar esse dinheiro, demora muito... (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo).

Esse momento chegará àquela família cujo chefe ainda não conseguiu se aposentar em apenas um ano, se nada atrapalhar. Mas essa espera tem sido bem difícil. Proveniente do Maranhão, esse camponês veio tentar a sorte nos garimpos de ouro do rio Tapajós e, tendo fracassado, adquiriu, por meio de seu irmão que morava há mais tempo no lugar, 40 hectares de terra na localidade, trazendo, em seguida, toda a sua família. Sua mulher veio a falecer no início da década de 1990 e seus filhos, já criados, lançaram-se no mundo. No início deste século, casou-se novamente e teve mais duas filhas. Seus vários anos no roçado trouxeram sérios problemas à sua coluna, que por várias vezes o impediu de trabalhar ou mesmo de levar seus produtos à feira, forçando-o a doá-los aos vizinhos. Às vezes sua mulher, quando não está atarefada, o ajuda, o que lhe dá muito gosto: “ela é muito trabalhadora”⁴², diz. Por isto quase aceitou a oferta dos sojicultores por suas terras, mas, pensando na aposentadoria, não aceitou, e, necessitando ainda criar as suas filhas menores, continuou seu trabalho no lugar, mesmo contrariado. Conta que, quando se aposentar, se algum sojicultor novamente lhe procurar, venderá seu terreno e comprará uma casa em Belterra para facilitar a ida de suas filhas à escola, já que sente muitas dificuldades, com a idade que tem, em ter que deixá-las diariamente de bicicleta na beira da rodovia para assim acessarem a escola (sobretudo no período chuvoso).

Após a chegada dos sojicultores, três novas famílias camponesas vieram se estabelecer na localidade de Jenipapo para alcançar o mesmo objetivo que fez com que as outras continuassem lá: trabalhar em um pedaço de terra para conseguir a aposentaria e, assim, verem diminuídas suas privações. Conseguiram seus lotes por meia de herança (em dois casos) e (no outro caso) por meio de doação da igreja (evangélica) que, após fechar sua congregação por falta de membros, resolveu ceder parte de seu terreno a essa família. Estas passaram por diversas dificuldades na cidade e hoje conseguem obter o mínimo para sobreviver (o mínimo, como diria Marx (2004b), de uma sobrevivência animal). Uma delas, cujo chefe já trabalhou em diversos lugares e em diferentes atividades, sobretudo como caseiro, conta que hoje a vida é “até melhor”⁴³:

⁴² Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo.

⁴³ Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo.

Aqui... Quando eu tava na cidade, aqui é até melhor. Na cidade, é o seguinte: tudo é comprado. Lá tem que trabalhar para poder comprar. Aqui não, agente planta. Tem macaxeira, crio galinha; tem um roçadinho ali, produzo milho, bastante; tem um porquinho no chiqueiro que como em dezembro. Na cidade não tem isso.

Esta família, constituída pelo casal e por um filho de 16 anos de idade, além do pequeno roçado, aberto em seu terreno que mede menos de 01 hectare, também recorre, tanto o pai quanto a mãe, a serviços fora de sua unidade de produção, diárias que – somadas ao benefício proveniente do programa bolsa-escola⁴⁴ recebido pelo filho – continuarão realizando (em virtude da escassez de terra) para complementar o orçamento familiar até o momento em que conseguirem se aposentar⁴⁵.

Muitas mudanças ocorreram na reprodução do gênero de vida dos camponeses das localidades de Tracuí e de Jenipapo com a chegada dos sojicultores. A mais visível foi o esvaziamento sofrido por suas populações, que suscitou profundas transformações aos seus espaços comunitários e à exteriorização de suas vidas. Com poucas crianças, a escolinha deixou de funcionar, e com poucos jovens e adultos, o barracão comunitário, o campo de futebol e as igrejinhas foram abandonados, pois os que permanecem, em sua maioria idosos, não conseguem tocá-las adiante (ver fotografias 12, 13, 14 e 15).

Findou-se, então, o mutirão comunitário que zelava por esses espaços e, em desuso, tanto em Tracuí como em Jenipapo, passaram a ser cobiçados pelos sojicultores. Em Jenipapo, os camponeses não aceitaram que estes se apropriassem desses espaços e reclamam da pressão que exercem sobre eles. Em Tracuí, foi diferente. Em 2011, o sojicultor que comprou as terras da localidade, convocou uma reunião com os camponeses que ainda possuem propriedades no lugar para oferecer-lhes a seguinte proposta: incorporar o espaço comunitário à sua propriedade com o propósito de instalar um de seus funcionários e, em troca, construiria uma igreja nova na beira da rodovia e passaria a fazer a manutenção do poço artesiano, do motor à combustão com o gerador de energia e da bomba hidráulica, fornecendo-lhes a água que necessitassem. Aceitaram a oferta, principalmente em razão da água, pois, como afirma um dos residentes, ficaria muito complicado para ele e seu irmão mantê-la nesses moldes:

⁴⁴ Incorporado pelo bolsa-família.

⁴⁵ Contudo, compartilham a preocupação de outros camponeses que ainda não se aposentaram em conseguir pagar o valor cobrado atualmente pelo sindicato (dez reais e noventa centavos), reclamando que isto tem dificultado manter em dia o pagamento, o que poderá comprometer futuramente suas aposentadorias.

Agora a pouco, pra ele botar um morador aí ele fez uma reunião, né? Chamou uma parte do pessoal que morava aqui, e aí nós fomos pra uma reuniãozinha com ele ali... Isso há uns cinco meses atrás... Pra ele tomar de conta do poço aí, porque ele queria cercar a área... Aí só cercava se fosse conversando com o pessoal... Só teve uma pessoa contra, que não queria... Os outros todinhos concordaram porque se nós fosse tomar de conta de um poço desse daí, só eu e o meu irmão aqui, se desse um problema numa bomba, no motor... Aí eu digo: mas rapaz, é melhor entregar pra ele, dá a manutenção todinha, ele tem as condição, tem tudo! Aí ele disse que agente podia usar. (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Tracuá).

Como já não existiam crianças e adultos para freqüentar a igreja e a escola, sem qualquer objeção, aceitaram a totalidade da proposta e, hoje, este sojicultor transformou a escolinha na casa de seu funcionário e a igreja num armazém para estocar ferramentas (ver fotografias 16, 17, 18 e 19). Em outro momento, também tentou se apropriar do antigo ramal da localidade, mas, desta vez, os comunitários não aceitaram, pois ainda o utilizam, além de terem ficado preocupados com o cemitério da localidade, que fica às suas margens, pois poderia ser engolido pelas máquinas (rever fotografia 13):

É tudo arrudiado lá, o cemitério fica bem no meio. Ah, mas lá o cabra não acaba não. Não tá cheio de soja dentro porque cercaram. Porque esse ramal que era o cemitério ele não coisa porque é um ramal antigo, da comunidade, todo mundo precisa, ninguém aceitou... Não acaba não, não é assim do jeito que quer... todo mundo usa. Mas se deixar mesmo, mas rapaz, já tinha plantado soja por cima, acabava era com tudo, só que ele ia comprar briga ali... (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Tracuá).

Com a saída dos camponeses e o abandono e desaparecimento dos espaços comunitários das localidades, àqueles que permaneceram, sobrou o isolamento, que, inclusive, amedronta, principalmente as mulheres, que não se sentem tranqüilas em caminhar pelos ramais desertos. O que lhes resta como distração, em dias normais, é o trabalho, a televisão e o rádio, e nos finais de semana, a visita a algum parente ou amigo ou ir, vez em quando, à cidade para vender seus produtos e comprar o que necessitam.

Outras transformações surgidas com o agronegócio atingiram seus sistemas de produção, ocasionadas pelo desmatamento e, principalmente, pelo uso de agrotóxicos. A intensa utilização de defensivos para a dispersão das pragas das lavouras de soja (como a mosca branca⁴⁶) tem provocado a migração dessas para as plantações dos camponeses que ficam ao lado que, sem condições de combatê-las do mesmo modo, acabam perdendo parcialmente ou totalmente as suas produções. Atualmente plantar melancia, jerimum ou feijão ficou bastante difícil. Têm agora que comprá-los, ou mesmo, como aconteceu em 2011,

⁴⁶ Nome científico: *Bemisia argentifolii*.

no caso do feijão, de catá-lo do chão, das sobras da safrinha dos sojicultores que foram deixadas pelas suas máquinas que não conseguem colhê-lo integralmente (ver fotografia 20).

Foi assim que acabaram incorporando ao conjunto de suas técnicas o uso mais frequente dos agrotóxicos, seja por imperiosidade, para não ter que perder ou ver diminuído suas produções, mesmo sem condições financeiras para tal – o que reafirma a importância da mandioca, pois dispensa esses produtos –, seja voluntariamente, para poupar trabalho, como é o caso dos herbicidas, utilizados agora (não com a frequência que desejam) para fazer a manutenção do roçado (antes feita pela enxada) para que o mato não sugue os nutrientes de seus cultivos. Outra incorporação às suas técnicas foi o aluguel das máquinas dos sojicultores para limpar os terrenos e ará-los, o que significou a diminuição do tempo de trabalho e, conseqüentemente, o que é mais importante, o abrandamento da fadiga e da severidade de ter que passar horas sob o sol equatorial derrubando a capoeira e preparando o solo para o plantio com os instrumentos que detêm. Mas, mesmo assim, são técnicas usadas de forma bastante restrita, pois não podem correr o risco de comprometer o consumo em razão do trabalho, tomando o cuidado de manter essa relação sempre equilibrada.

Frente aos impactos dos agrotóxicos às suas lavouras, sobretudo a de feijão, chegaram a imputar que o mal que estava acometendo seus roçados de mandioca teria essa procedência. Contudo, este mal, que faz apodrecer a raiz da planta (a podridão radicular), não é provocado pela contaminação desses produtos químicos. Trata-se de uma doença – com maior incidência no período chuvoso e que certas variedades são mais suscetíveis – que é ocasionada por um fungo (conhecido como “cupim branco”) que se prolifera em solos cujos níveis de umidade estão muito elevados. Em consequência, às custas da deficitária assistência técnica da região, acabam perdendo tarefas inteiras de mandioca e comprometendo, desse modo, suas subsistências.

O uso intensivo de agrotóxicos pelos sojicultores também tem causado vários problemas à saúde dessas populações. Em todo o Planalto Santareno há relatos do vento que carrega as nuvens de veneno para dentro das casas e escolas ladeadas pelos campos de soja. Contam que as crianças são as que mais sofrem, chegando a casos em que tiveram que ser levadas ao posto de saúde por intoxicação. As criações de animais, como as galinhas, também têm sentido, pois vagueiam livremente pelos terreiros e acabam invadindo as plantações imunizadas pelo veneno. Há também relatos de contaminação de igarapés e a possibilidade de contaminação dos poços, que pode vir a prejudicar a água ingerida por esses camponeses. Alguns deles não têm dado tanta importância ao evento, pois acreditam que esses produtos só fazem mal às pragas, contudo, deve-se atentar para o fato que os efeitos maiores somente serão sentidos no futuro.



Fotografia 12 – Campo de futebol abandonado em Tracuí.
Foto: do autor (setembro de 2011).



Fotografia 13 – Cemitério de Tracuí rodeado pela soja.
Foto: CPT.



Fotografia 14 – Casa abandonada em Tracuí.
Foto: do autor (setembro de 2011)



Fotografia 15 – Escolinha de Jenipapo desativada.
Foto: do autor (abril de 2012)



Fotografia 16 – Igrejinha católica de Tracuí em 2010.
Foto: do autor (julho de 2010).



Fotografia 17 – Igrejinha católica de Tracuí em 2012.
Foto: do autor (abril de 2012).



Fotografia 18 – Escolinha de Tracuí em 2010.
Foto: do autor (julho de 2010).



Fotografia 19 – Escolinha de Tracuí em 2012.
Foto: do autor (abril de 2012).



Fotografia 20 – Feijão catado pelos camponeses.
Foto: do autor (setembro de 2011).

Quanto ao desmatamento, o principal impacto ao gênero de vida desses camponeses foi a diminuição da caça. Como o avanço dos campos de soja se deu principalmente sobre a capoeira que sobre as áreas de floresta, os animais que perambulam por esse tipo de vegetação, como tatus e pacas, tornaram-se raros. Agora, a caça somente é abundante nas áreas de reserva, que não podem acessá-las.

Outra mudança está relacionada ao extrativismo florestal. Como muitas famílias foram embora, certos produtos, que eram escassos no passado, pela pressão da quantidade de pessoas que lá moravam, agora tornaram-se abundantes. A castanha, por exemplo, que servia basicamente para o consumo, atualmente é comercializada, tornando-se um apoio à subsistência principalmente na época das chuvas, quando a produção da farinha é menor:

No tempo do inverno, às vezes que chega a safra da castanha, aí agente ajunta e dá um jeito, quando dá um solzinho, e vai botar lá fora. Aí vai passando. Algum serviço, alguma diariazinha é melhor... se não for, a castanha. Porque na época da castanha, da venda, a venda é meio fraca sabe? A compra deles lá... baixa o preço. É cinquenta centavos, é sessenta o quilo... (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Tracuá).

Assim como a castanha, a água tornou-se mais acessível com a saída dos comunitários. Na localidade de Jenipapo isto foi mais significativo, pois a água que era trazida pelos caminhões-pipa da prefeitura, e que tinha que ser bastante racionalizada, agora, apesar de ainda ser um problema, tornou-se menos precária. Ainda não existe qualquer sistema de distribuição da água, mas alguns moradores conseguiram, por meio de seus próprios recursos, comprar alguns metros de mangueira e fazer com que ela chegue a suas casas. Na localidade de Tracuá, esse problema já havia sido parcialmente solucionado pelos próprios comunitários antes mesmo da chegada do sojicultor, que, como relatamos noutro lugar, agora faz a manutenção da água e a distribui entre as famílias.

Uma das poucas coisas que veio melhorar a vida nessas localidades e que não precisou de nenhuma mudança traumática acompanhando-a, foi a chegada da energia elétrica. Mas esta surgiu somente em 2011 na localidade de Tracuá e em 2008 na localidade de Jenipapo, com o programa do governo federal “Luz para todos”, quando as localidades já estavam esvaziadas. Mesmo assim, isso significou, que não mais precisariam de baterias para ligar seus aparelhos elétricos e poderiam agora deixar de comprar gelo para conservar seus alimentos ou mesmo evitar sua salga. Talvez, como lamenta um camponês, se ela tivesse chegado antes, muitos não teriam saída dali. Porém, a energia que chegou só consegue suprir a demanda de equipamentos que exigem menos potência elétrica; para outros mais potentes, como uma bomba d’água, que poderia os ajudar a irrigar suas plantações, ou mesmo um motor para triturar a mandioca, ela não é suficiente.

Mas muitas outras coisas não mudaram com a chegada do agronegócio, como o trabalho com a mandioca por aquelas famílias cujos membros ainda possuem plenas forças laborais e que não possuem outra renda a não ser a proveniente da agricultura e dos trabalhos temporários, como a aposentadoria. Uma vez que o preço de outras mercadorias não compensa o trabalho realizado e, assim, não é capaz de satisfazer suas carências, e como as pragas de insetos têm lhes obrigado a utilizar os mesmos defensivos para que não percam suas produções, é a farinha – por não exigir tais produtos e possuir um melhor preço no mercado – que ainda lhes fornece os meios para sua reprodução física, a um nível de mera – mas fundamental – subsistência:

A coisa que rola mesmo é farinha, desde a época em que eu moro aqui, e nunca deixei de plantar. Outro tipo de coisa requer muito trabalho, agente precisa de muito adubo químico, maquinário... O cabra não tem condição, né? Aí, primeiro, tem que comprar o esterco, que tão vendendo a dois reais o saco, é caro... Aí quando o cabra planta, que dá, aí o cabra vende a um preço baixo, mas ainda dá... E quando não dá na plantação, os bichos come tudo? (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Tracuá).

As dificuldades com o transporte e com o estado das estradas também continuam. Em Tracuá, os irmãos que ainda moram no lugar conseguiram adquirir, em conjunto, uma motocicleta para carregar sua produção para a beira da rodovia e de lá pegar o transporte para a feira em Santarém. Contudo, na época das chuvas a lama que se forma impede-os de trafegar com esse tipo de veículo. Locomover-se, portanto, nesse período permanece bastante difícil, por isso todas as famílias que possuíam filhos em Tracuá venderam seus lotes e mudaram-se para um lugar de mais fácil acesso às escolas, com o sentido, sobretudo, de não perderem o benefício do bolsa-família. Em Jenipapo, essa continua sendo uma dificuldade a ser vencida pelas quatro famílias que possuem filhos em idade escolar, pois, com o esvaziamento da localidade, a escola primária foi fechada e o transporte que pegava os alunos de séries mais avançadas deixou de passar.

3.2 O DESENCONTRO.

Esse encontro do agronegócio com o campesinato das localidades de Tracuá e de Jenipapo revela o desencontro de temporalidades históricas, que nada mais é, fundamentalmente, que o encontro do desigual, engendrado por este metabolismo social onde impera a propriedade privada, suscitando toda uma série de estranhamentos. Estranhamento é entendido aqui, com base em Marx (2004b), como a desefetivação da genericidade humana, do transformar os meios de produção da vida social – que são socialmente e geracionalmente (re)produzidos – em meios da vida individual, pois apropriados/dominados de forma particular. Efetivamente, é a exploração do homem pelo outro homem, a subsunção formal ou real do trabalho ao capital, que o produz. Portanto, o estranhamento tem um caráter subjetivo cujo fundamento é a exploração, isto é, ele é a distorção das capacidades humano-genéricas gerada pela cisão da objetivação social do trabalho com sua apropriação social, separando, desse modo, a subjetividade do trabalho da sua objetividade. Assim, o homem, em razão da divisão social do trabalho (como sinônima de propriedade privada), estranha: a sua vida

genérica (a sua “eterna necessidade⁴⁷” de fazer “da natureza inteira o seu corpo inorgânico”), a si mesmo de sua “função ativa” (já não vê sua atividade como trabalho social) e, por fim, o próprio homem (MARX, 2004b, p. 84-86). É assim que esses camponeses olham o agronegócio: ao mesmo tempo deslumbrados, pela técnica avançada utilizada, e desfetivados, no abismo do tempo que os separa:

Eu acho a produção deles, assim... bonita, porque eles trabalham muito, né? Agente ficou aqui nesse meio... Mas, eles têm como trabalhar, né? Eles têm o maquinário deles, nós não têm; nós têm que trabalhar braçal, né? Eu acho bonito, assim... Mas não é cobiçando, tendo inveja do trabalho de ninguém não..... (Entrevista concedida em abril de 2012 na localidade de Jenipapo).

Hoje, o cabra não quer mais trabalhar naquele tempo daquela ideia primitiva... Eles se admiram muito desse plantio moderno. Mas aí, quem é que tem condições, que é pobre? Que é mais de duzentos reais uma hora de uma máquina? (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo).

Agente plantava arroz, mas agora chegou esse pessoal aí que desanimou até agente, pois agente passava o mês cortando arroz naquele cachinho, e o cabra agora mete uma máquina... (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo).

Você viu eles produzindo? Até arroz eu compro, porque... aqui agente produzia, mas não tem onde agente beneficiar. Nesse pilão velho o cabra mata é um de pilar. (Entrevista concedida em setembro de 2011 na localidade de Jenipapo).

Ora, esse desencontro marcou toda a história amazônica e, por consequência, do Planalto Santareno. Diversas frentes assentaram-se na região, sedimentando relações que passaram a coexistir contraditoriamente e conflituosamente com outras, deixando-a aberta sempre ao novo, fazendo-a, desse modo, um espaço de fronteira. Por isso sua virtualidade, exprimida por Becker (1982, 1990, 1997, 2004a), que é fruto das contingências dos vetores estabelecidos difusamente em seu tempo-espaço. Resgatando sua formação mais geral, num primeiro momento, são aqueles ligados à economia das “drogas do sertão”, do látex, da castanha; mais adiante, aqueles dos “Grandes Projetos”, do Programa de Integração Nacional, da mineração, do agronegócio. Nesse intermédio, engendraram conflitos específicos, pois se voltaram sobre os territórios ocupados por sociedades indígenas (originariamente) e sobre aqueles de populações territorializados diversamente nesse devir, mas incluído marginalmente nas formas de produção mais modernas, como os camponeses.

⁴⁷ “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (Marx, 1996, p. 172).

Essa heterogeneidade “fronteiriça” da Amazônia não se refere a modos de produção distintos. O que se tem são relações com datações diferentes, pertencentes, de acordo com Martins (1990), a um mesmo processo social, que fogem à análise daqueles que pensam o presente (o espaço) como o “inteiramente presente e aparentemente dado” – como nos fala Lefebvre (1981b) –, portanto, sem desenvolvimento e estéril. Entender a contemporaneidade amazônica numa perspectiva geográfica significa reconhecer que o passado persiste.

Evidencia-se, assim, seu movimento contraditório, onde, a um só tempo, novas e antigas relações são incorporadas e/ou redefinidas, destroçadas e/ou “desfiguradas” (RIBEIRO, 1970) numa velocidade intensa. Os pesquisadores atribuem noções explicativas particulares para entender essa questão, não raro fragmentando-a ao privilegiar seus campos disciplinares. Martins (2009) destaca dois olhares representativos. De um lado, o daqueles interessados pela urbanização do território, por sua modernização: a *frente pioneira* dos geógrafos. Do outro, o daqueles preocupados com os “avanços da civilização” sobre os territórios das populações indígenas e “tradicionais”: as *frentes de expansão* dos antropólogos. Lá e cá, expressam diferentes modos da expansão territorial da sociedade moderna, do processo do capital, tratando-se, portanto, não de uma dualidade, mas de uma unidade: a frente pioneira, marcada pela precedência do capital na produção, e a frente de expansão, sem essa primazia, embora mediada de alguma forma por ele.

Martins (2009), indo além, afirma que as frentes, “mais do que momentos e modalidades de ocupação do espaço, referem-se a modos de ser e de viver no espaço novo” (MARTINS, 2009, p. 135). Esta ideia aproxima-se do que propomos discutir aqui: as frentes como movimento, pautado em novas relações sociais que recaem dialeticamente sobre um determinado substrato espacial, inserindo novos usos aos territórios. Nesse sentido, objetivamos entender a fronteira amazônica a partir do entrecruzamento das frentes de expansão e das frentes pioneiras⁴⁸, em sua unidade-desunidade, no intuito de perceber a contradição que se circunscreve no desencontro de temporalidades e territorialidades ao longo do tempo.

Conta-nos Velho (1972) que, a partir da abertura da Transamazônica, surgia um novo camponês na região: classificar-se-ia nem como pioneiro, nem como não-pioneiro, e estaria distante dos limites da fronteira demográfica e da fronteira econômica; mas próximo à submarginalidade, como ele observara na região do Itacaiúnas/PA. O autor mostra as fases

⁴⁸ Perspectiva presente em Martins (2009) e retomada por Cruz (2006).

desse processo, que culminaria com a inserção capitalista e expansão das frentes camponesas (submarginalizadas) para adiante:

(...) a região do Itacaiúnas estaria sendo um laboratório onde se engendrariam as soluções capitalistas para a conquista por etapas da Amazônia: agricultura marginal de subsistência, estradas, pequena produção agrícola mercantil, pecuária intensiva e grande exploração mineral; quando possível partindo de uma produção extrativa tradicional ou nova que auxiliasse uma acumulação local. (VELHO, 1972, p. 168).

Este esquema é representativo de como se dão as transformações ocorrentes na Amazônia, especialmente a partir da década de 1970. Baliza as etapas de sua incorporação pelas diversas frentes, acenando para uma mais “avançada”: a frente pioneira. Mas esta é antecedida, em regra, por outra(s), não descartada(s), que daria(m) as condições necessárias à sua implantação⁴⁹: a(s) frente(s) de expansão.

Movimento de “expansão da civilização” (MARTINS, 2009) pautado numa “imperfeita” relação com o mercado, as frentes de expansão referem-se à ocupação do espaço dos que se encontram à margem. De camponeses⁵⁰, que embora o uso de seus territórios seja limitado tecnicamente, conseguiram se reproduzir se apropriando estrategicamente do espaço por meio de seus gêneros de vida.

Parcela da fronteira demográfica precariamente absorvida pela fronteira econômica, as frentes de expansão desenrolam-se em relações fundamentadas na economia de subsistência ou em trocas comerciais deficientes. As relações estabelecidas, desta forma, não se destinam à acumulação, a terra não possui valor de troca, não a constituindo num empreendimento econômico capitalista. Para Martins (1975), portanto:

O que caracteriza a frente de expansão é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. (MARTINS, 1975, p. 46).

As frentes pioneiras, por seu turno, representam o movimento da modernização, a urbanização técnica e “espiritual” do território. Para a Amazônia, aquilo que Becker (1990)

⁴⁹ Apesar do que poderia se entender, em nossa interpretação, não existe um “etapismo” (fechado e evolucionista) da fronteira, mas relações complementares contingenciais, como discutiremos adiante.

⁵⁰ Aqui, o plural não é à toa, pois toma conta de diversas subcategorias presentes na Amazônia (seringueiros, pescadores, quilombolas, coletores, entre outras), conforme proposto por Maués (1999).

chamava de expansão “num contexto urbano” (BECKER, 1990): a base logística, mas também ideológica, para a sua rápida ocupação pelas diversas frentes capitalistas. A Amazônia pós-1960 é arquetípica deste processo, onde a urbanização do comportamento, provido, em grande medida, com a instauração das redes de comunicação, precedeu a da paisagem, facilitando o fluxo requerido pelo mercado.

Todavia, o que substancialmente define a frente pioneira não são as novas relações de produção e de reprodução capitalistas, como o trabalho assalariado ou o modo de vida urbano. Mas a “instauração da propriedade privada da terra” (MARTINS, 1975, p. 49), a fundamentação da terra como valor de troca, condição essencial para o desenvolvimento da fronteira econômica.

Foi assim que se instalaram a maioria dos conflitos na região. Na luta pela reprodução das territorialidades ali alojadas, muitas foram desarticuladas pelo choque de diferentes direitos: o do uso e o da posse. Princípiamente, segundo Martins (2009), uma relação de alteridade, comandada, em regra, pelo detentor das estratégias coadunadas ao aparelho de Estado, propiciando acesso ao poder institucional, à produção de normas, à regulação que reduz as diferenças às repetições. Que é também um domínio: do vivido pelo concebido, do uso em face da troca, conforme Lefebvre (2000). Domínio das “significações imaginárias” (CASTORIADIS, 1982) da sociedade moderna (“superior”, do “progresso”, do “crescimento”) que está se instituindo. Impactos, deste modo, são conferidos, pois, neste devir, engendram-se processos redefinidores das condições políticas, culturais, técnicas e econômicas das classes e frações de classes.

Para Martins (2009, p. 134), “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece”. Na realidade, os conflitos são transportados para outra instância. A fronteira começa a se fechar quando o acesso à terra só é possível por meio da compra. A partir deste instante, os espaços que outrora eram adquiridos por “iniciativa individual” só podem ser acessados pela mercadoria-dinheiro. A questão se transfere, desse modo, para o plano jurídico. O aparelho estatal começa a atuar mediando os conflitos, ao mesmo passo em que estes são internalizados pela sociedade. Tomemos um exemplo. Hébette (2004), quando analisa a ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na Amazônia, mostra como esta instituição teve um papel fundamental para a vigência desse processo, ao difundir a ideologia capitalista da propriedade da terra (formalizando seu acesso para, ao fim, atender aos interesses da expansão capitalista na região).

A fronteira, desse modo, é um espaço de fenômenos sociais complexos, sendo insuficiente sua simples descrição. Descubrem-se relações que, se a intenção do pesquisador é

a profundidade da análise, é necessário buscar o domínio da história, pois, como afirma Lefebvre (1973, 1981b), coexistem relações que pertencem a períodos diferentes de seu desenvolvimento social, agindo sobre o atual. Esta tese, retomada por Martins (2009) para a discussão do conceito de fronteira, refere-se à noção de formação econômica e social, inicialmente presente em Marx (*apud* LEFEBVRE, 1969) e que Lefebvre (1969), ao examinar o pensamento de Lênin, mais particularmente o seu conceito de desenvolvimento desigual⁵¹ (posteriormente aprofundado e complementado por Trotsky (1950)), a eleva, como afirma Martins (1996), a um patamar cujas possibilidades não foram suficientemente exploradas pelo pensador alemão.

A noção de formação econômico-social, segundo este autor, compreende a de desenvolvimento desigual e a ultrapassa. Abrange, além da unidade da diferenciação produzida e reproduzida pelo capital, a ideia de que nem toda relação social possui a mesma data. E mais, que essas relações estão em coexistência no atual: “o diverso não é – ou não é necessariamente – contemporâneo” (MARTINS, 1996, p. 17). As contradições, portanto, não estão circunscritas, ao nosso ver, unicamente aos conflitos entre as classes sociais (embora, em última instância, seja), mas ao desencontro, unido pelo espaço, de diversas territorialidades resultantes de relações diferentemente datadas.

Para Lefebvre (1969), esta noção possuiria amplas implicações, não só de ordem teórica, mas também metodológica. Enquanto teoria, em seu núcleo, está a própria constituição do homem, que, ao agir sobre a natureza, transformando-a, muda a si próprio e sua relação com o meio. O homem, segundo Marx e Engels (2007), torna-se homem produzindo suas condições materiais de existência, objetivando sua “prévia-ideação” (LESSA E TONET, 2008). Porém, em outro momento, por conta da propriedade privada, sua própria criação, sua objetivação, volta-se contra ele, em “uma natureza que não se humaniza e nem liberta o homem de suas limitações e reduções” (MARTINS, 1996, p. 15), não obstante todo o desenvolvimento das forças produtivas.

Há, assim, um descompasso entre o econômico e o social, este estando aquém daquele. Este desencontro assinala a história do capitalismo, onde as possibilidades produzidas pelo homem são amputadas, abrindo-se um fosso entre ele e sua obra, “condição

⁵¹ Desenvolvimento desigual está ligado à idéia, segundo Martins (1993), de unidade dos opostos. A totalidade, que abrange todo o processo social (produção e circulação), está em constante conflito e paradoxo; no entanto, estes se retroalimentam. Nega-se a concepção do desenvolvimento do capitalismo como evolução, em etapas. O capital, em sua expansão, produz diferenciações, ao mesmo tempo em que iguala os níveis e condições de produção. A opulência vale-se da carência; os territórios se diferenciam para um objetivo em comum. Nesse sentido, “o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital” (SMITH, 1988, p. 16).

da demora entre a criação da possibilidade da sua humanização crescente e essa mesma humanização” (MARTINS, 1996, p. 19). Riqueza quanto possibilidade, mas pobreza pela possibilidade que é desviada, pois apropriada. As raízes estruturais da coexistência de tempos históricos estariam aí, no “atraso do real em relação ao possível, o social em relação ao econômico” (MARTINS, 1996, p. 20); inseridos aqui não somente o passado e o presente, mas o futuro, o possível, realizável ou não.

As possibilidades não concretizadas pelo homem (alienação/estranhamento) envolvem a noção de formação econômico-social, que traduz a “sedimentação dos momentos da história humana” (MARTINS, 1996, p. 15). Significa dizer que, na contemporaneidade, “coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro” (MARTINS, 1996, p. 15).

O atual, portanto, para Lefebvre (1981a), comporta uma dupla complexidade. A primeira é relativa à mesma época histórica, refletindo antagonismos sociais e políticos contemporâneos; a outra se refere à “coexistência de formações de épocas e datas diferentes” (LEFEBVRE, 1981a, p. 166), em uma “justaposição paradoxal”, onde é possível encontrar o “mais arcaico” lado a lado ao “ultra moderno” (LEFEBVRE, 1981a, p. 165). Essas duas complexidades (horizontal e vertical) “entrecruzam-se, recortam-se e agem uma sobre a outra” (LEFEBVRE, 1981a, p. 166). Nesse sentido, se faz necessária uma metodologia adequada para desemaranhar relações tão distintas e distantes.

É este o retorno, segundo Martins (1996), a Marx feito por Lefebvre⁵², ao que lhe é irredutível: o método dialético. Na concepção lefebvriana, para se dar conta dessa dupla complexidade, presente de forma mais clara no mundo rural, deve-se proceder três momentos à investigação. No primeiro, descritivo, recorre-se à simples observação, porém munida de uma teoria geral. “Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado” (MARTINS, 1996, p. 21). O segundo momento, analítico-regressivo, é o da análise, onde o pesquisador, segundo Lefebvre (1981a), procede a um esforço para datar com precisão cada relação social, perdida no tempo social. “O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica” (MARTINS, 1996, p. 21). E o terceiro momento, histórico-genético, é aquele em que o pesquisador retorna

⁵² “(...) a dificuldade consiste em que é preciso mostrar que os fragmentos não se isolam, mas convergem num projeto de transformação do mundo. Esse projeto se liga a um trabalho sobre o pensamento de Marx, trabalho que de um lado busca restituir esse pensamento à sua integralidade e que de outro lado busca prolongá-lo e desenvolvê-lo em função do que há de novo depois de um século no mundo moderno”. Carta de Henri Lefebvre a José de Souza Martins (MARTINS, 1996).

“ao atual anteriormente descrito para reencontrar o presente”, mas já “elucidado, compreendido: explicado” (LEFEBVRE, 1981a, p. 173).

Este segundo momento é a ponte necessária para a compreensão apropriada da realidade da fronteira, pois é aquele onde buscamos compreender o conteúdo e os efeitos de cada frente. O que existe na fronteira são conflitos de territorialidades desconstruídas no tempo da história. Nesse sentido, enquanto implicação metodológica, o conceito de formação econômico-social é um aporte à análise, na decomposição das temporalidades sedimentadas e reunidas nesse espaço pelas frentes, produzindo-se uma datação histórica da fronteira.

Martins (2009) nos traz esse recurso. A partir da diferenciação de fronteira demográfica e fronteira econômica (que não se coincidem, sendo a fronteira demográfica avançando, na maioria das vezes, antes da ocupação econômica) é possível propor:

(...) adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da econômica capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. (MARTINS, 2009, p. 138).

As frentes de expansão seguem a fronteira demográfica, significando, em um primeiro dado, os agentes da civilização. As frentes pioneiras, que necessitam da precedência das frentes de expansão, acompanham a fronteira econômica. Estes são os agentes da modernização. Neste sentido, a fronteira é o lugar do encontro de temporalidades e territorialidades diversas, em unidade contraditória, com seus próprios ritmos e formas de utilizar o tempo e o espaço, apresentando, assim, lógicas diferentes de uso do território (ver quadro 01).

No Planalto Santareno, as frentes de expansão camponesas que se assentaram desde o período colonial, conformando vários pontos de produção alimentícia para suprir a demanda santarena, acompanharam as diversas frentes pioneiras, seja como um suporte à produção destinada à exportação (por exemplo, nos períodos das “drogas do sertão e da borracha) ou à reprodução da força de trabalho da cidade, seja como um movimento “cooperador” nas profundas transformações do território: provendo, volta e meia, mão-de-obra barata para seus fins; facilitando o desbravamento das frentes madeireiras (que, como expusemos, sempre tiveram uma relação muito próxima com esse campesinato: extraíam a

madeira e, em troca, proporcionavam-lhe alguma renda e ainda a abertura dos ramais necessários ao escoamento de suas produções) ou mesmo, em nosso caso, fornecendo as condições necessários (terras antropizadas e baratas) para o avanço do agronegócio na região⁵³.

Frente Pioneira	Frente de Expansão
Pioneiro	“Vítimas”
Reprodução ampliada do capital	Expansão não capitalista do capital
Urbanização	Fronteira da civilização
Modernização	Tradicional-Arcaico
Valor de troca	Valor de uso
Territorialização funcional	Territorialização orgânica
Território como recurso	Território como abrigo

Quadro 01 – Comparação das especificidades das frentes pioneiras e das frentes de expansão.
Fonte: Elaboração do autor.

Em sua história econômica e social, o Planalto Santareno sempre presenciou esse encontro, onde o “arcaico” não desaparece com o “novo”, mas coexistem, onde o capital expande-se seja por meio de relações propriamente capitalistas de produção, seja subordinando práticas que não se reproduzem por meio da acumulação. O uso do território, portanto, sob o modo de produção capitalista, não se uniformiza, mesmo após o fechamento da fronteira, pois o capital possui limites para transformar todas as relações de trabalho, ficando sempre determinados produtos, principalmente aqueles não voltados à exportação, a serem produzidos por outros tipos de relações de produção, continuando, desse modo, a extrair o excedente de trabalho e reproduzir o conjunto do sistema social do capital.

Por isso, podemos afirmar que a tendência do campesinato do Planalto Santareno é continuar se reproduzindo, fornecendo seus produtos para a reprodução da força de trabalho

⁵³ Se o espaço banal impõe limites ao avanço dos vetores exógenos, é também admissível oferecer condições para que eles possam se reproduzir, pois as “rugosidades” (SANTOS, 2002) possuem esta dupla vocação: de constranger e de liberar. Uma velha rodovia, instituições e normas preexistentes, ou mesmo terras cultivadas (como as terras “amansadas” requeridas pelo agronegócio da soja), permitem, simultaneamente com os objetos e as ações novas, difundir, sem maiores obstáculos, tais vetores.

urbana, como a farinha de mandioca, frutas tropicais e produtos extrativistas, malgrado as formulações evolucionistas que vaticinam seu desaparecimento, negando a especificidade da formação econômica e social brasileira e, portanto, o caráter contraditório, “geograficamente desigual” (HARVEY, 2006), do desenvolvimento capitalista.

De fato, à primeira vista existiria um fluxo de descamponização da região, em razão das centenas de famílias que venderam suas terras, motivadas pela precariedade de suas existências, pela falta de terra para a reprodução das gerações futuras ou porque estas mesmas não têm pretensões de continuar a vida dos pais, buscando (com o próprio incentivo destes), escolarizarem-se para conseguirem outras profissões. Tal qual observou Monteiro (2008) nos espaços agrários incorporados pelo agronegócio no Centro-Sul, essa tendência aparente se ratifica na paisagem, cada vez mais homogeneizada e com poucos vestígios da vida camponesa:

[Um] aspecto interessante a ser observado nesses espaços *commoditizados* é que, junto com o esvaziamento populacional no campo, ocorre o esvaziamento das estruturas escolares, comunitárias, prevalecendo uma paisagem homogênea e solitária por longos quilômetros. Os pequenos aglomerados de agricultura divergente do padrão homogeneizador, tornam-se ilhas de exceção social e espacial, fadadas à contaminação por agroquímicos, à solidão, à dependência da infra-estrutura dos grandes plantios e, como fortemente observado nas pequenas cidades do Rio Grande do Sul, às muitas incidências de casos de depressão entre os jovens. (MONTEIRO, 2008, p. 262)

Atualmente, esse movimento migratório do campesinato do Planalto Santareno está bastante reduzido, pois o agronegócio da soja na região tem encontrado alguns obstáculos à sua expansão. Em primeiro lugar, deve-se considerar a conjuntura atual marcada pela crise econômica mundial, que tem impactado o mercado de *commodities*, reduzindo os financiamentos à produção. Neste aspecto, é toda a economia ligada à soja brasileira que está vulnerável no momento, sob o risco de se ver aumentados os efeitos da crise. Em seguida, temos os impedimentos ligados à situação fundiária regional para a contração de crédito pelos produtores, uma vez que 95% destes não possuem o título de suas terras, o que inviabiliza seus acessos ao crédito rural, pois os bancos pedem essa garantia para poderem emprestar (ao contrário da Cargill, que requer como garantia a produção). Desse modo, fica extremamente complicado para esses produtores conseguirem ampliar seus campos de soja sem o financiamento das culturas que servem para preparar o solo à mecanização, haja vista seu alto custo. Daí a importância das políticas de regularização fundiária que vêm sendo acenadas pelo governo federal, a exemplo da MP-458.

O obstáculo principal à expansão do agronegócio na região tem sido a não aprovação do EIA-RIMA do terminal fluvial de granéis sólidos da Cargill em Santarém. Este impasse jurídico tem embaraçado as atividades da empresa, pois pretende aumentar a capacidade de seu porto para a exportação dos grãos comprados no Mato Grosso e, por consequência, ampliar o financiamento da soja regional. Sua aprovação vem sendo ansiosamente aguardada pelos produtores do Planalto Santareno – e caso for negada, segundo informações do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), eles voltarão suas terras a outras especializações produtivas, como a da mandioca, prática que vem ocorrendo em diversas porções do Centro-Sul do país, de modo totalmente mecanizada, para a comercialização do amido, que é matéria-prima utilizada em diversas indústrias, como a alimentícia, a papelreira e a farmacêutica.

Se a conjuntura do mercado mundial for favorável e o EIA-RIMA da Cargill seja aprovado, o Planalto Santareno ainda oferece diversas vantagens à expansão da atividade, que em muitas outras regiões estão restritas ou ausentes, comprometendo sua competitividade, que são: custos com fretes diminuídos por conta de sua proximidade com o terminal de exportação da Cargill; o ainda baixo preço de suas terras se comparado com as do Centro-Sul (um hectare mecanizável vendido, por exemplo, no oeste do Paraná, é possível comprar cinco hectares mecanizáveis ou mesmo dez antropizados na região); além de ser um dos poucos espaços de reserva existentes no território nacional com condições de ser incorporado pela cultura da soja.

A conclusão do asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém também poderá se tornar um fator de motivação para que os produtores de soja do Centro-Sul expandam suas atividades na região. Como as outras porções do oeste paraense cortadas pela rodovia não oferecem condições para a mecanização, por estarem localizadas, segundo EMBRAPA (2007), em terrenos muito acidentados, a atratividade topográfica do Planalto Santareno (seus platôs) o torna o principal alvo desses produtores.

O Estado, antevendo os problemas que suscitarão o asfaltamento da BR-163 e a par das notícias dos conflitos fundiários e dos impactos à produção de alimentos voltados ao abastecimento local, em razão da expansão da sojicultura, programou determinadas medidas para ordenar o uso do território na região. Uma destas foi a criação, a partir de 2005, de alguns projetos de assentamento⁵⁴ (ver mapa 05), cuja justificativa era, segundo Coelho

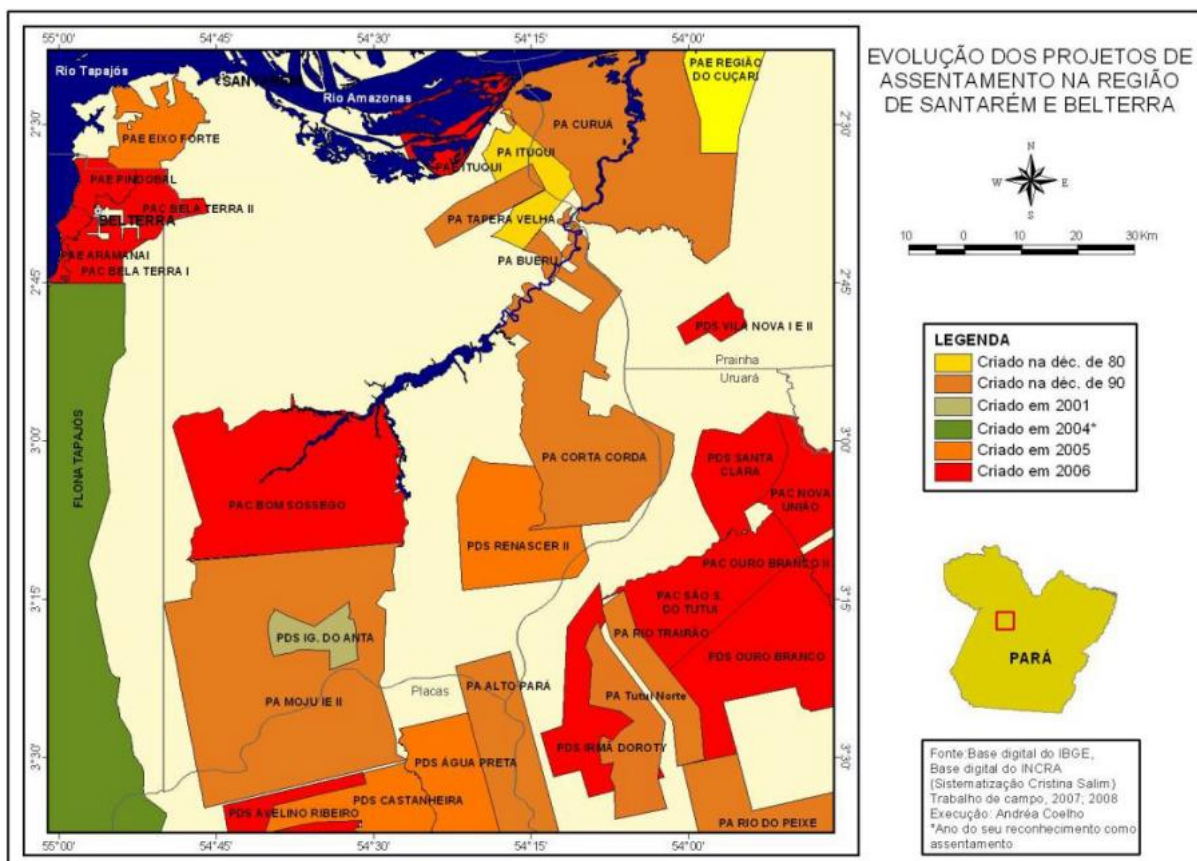
⁵⁴ Sob diversas modalidades de uso: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Coletivo (PAC) e Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE).

(2009), conter o avanço do desmatamento e a grilagem na região. Na localidade de Jenipapo foi criado o assentamento Bela Terra I, onde a posse da terra é concedida para uso individual, mas o título é coletivo, com a manifesta intenção de preservar o uso camponês na área. No entanto, como a medida foi tomada somente em 2006, momento em que a sojicultura já se apossara da maioria das propriedades da localidade (e de muitas outras da região), ela se tornou estéril, e mesmo se tivesse sido praticada antes, pouco influenciaria nos resultados, porque a formalidade jurídica não tem a capacidade de transformar as condições materiais de existência desses camponeses.

Outros programas objetivaram, de certo modo, transformar efetivamente essa realidade. É o caso do manejo florestal comunitário, que foi posto em prática, mas não como o planejado, pois os camponeses não possuem condições técnicas para realizá-lo (como maquinário e transporte), acabando por transferi-lo aos madeireiros – que embolsaram a maior parte dos benefícios – para em troca receberem alguma renda e a conservação dos ramais. Outro caso é o programa de estímulo à produção familiar, que, embora tenha sido destinada a verba correspondente (Plano Safra 2011-2012⁵⁵), encontra-se estacionado na região por conta de certos entraves. Vejamos. O meio para o agricultor obter esse crédito é apresentar algum projeto destinado à produção de alimentos ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para ser aprovado, este agricultor primeiro tem que estar na relação de beneficiários como clientes da reforma agrária (o que já exclui boa parte dos posseiros da região). Com isso, poderá requerer os primeiros créditos do projeto: o de apoio inicial (que corresponde, atualmente, a dois mil e quatrocentos reais por unidade familiar), o crédito habitação e, em seguida, o crédito fomento. Para enfim acessar o crédito do PRONAF, que vai até o valor de vinte e dois mil reais (R\$ 22.000,00) por unidade familiar, esse agricultor tem que ter em mãos o documento denominado “Declaração de Aptidão ao PRONAF”, que é emitido pelo INCRA através de uma empresa credenciada por ele. No caso do Planalto Santareno, este é o grande problema. Pois tem que ser uma empresa de assistência técnica (no caso, “assistência técnica social e ambiental”) e somente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER/PA) – que não possui condições de atender o Estado, muito menos a demanda do INCRA – atua na região. Milhares de reais tiveram, assim, que ser devolvidos⁵⁶.

⁵⁵ Somente para o estado do Pará, nesse período, foram reservados quinhentos milhões de reais para investimento nesse tipo de produção.

⁵⁶ Este problema estrutural também foi o principal motivo do fracasso, entre os camponeses, do FNO na região, que, sem qualquer preparação técnica, acabaram se envolvendo em dívidas que, até hoje, a maioria não pagou.



Mapa 05 – Evolução dos projetos de assentamento na região de Santarém e Belterra.
Fonte: Coelho (2009).

Mesmo que consigam ser implementados, esses projetos geridos pelo PRONAF, como verificado em diversas partes do Brasil, a exemplo de Balsas no Maranhão – analisado por Ferreira (2008) – acabam por fragilizar-se em razão das barreiras estruturais à universalização desse tipo de “agricultura familiar moderna”, dada as exigências técnicas requeridas, lógica que poucos conseguem reproduzir e que o estado estruturalmente não aprovisiona no que “deveria ser”, acabando por incentivar a:

(...) evasão e/ou desistência dos agricultores com relação aos créditos, dada a dificuldade, de parcela significativa destes de gerir os recursos disponibilizados pelos programas, acarretando também situações de inadimplência junto àqueles. (FERREIRA, 2008, p. 221).

Por outro lado, devemos observar a ação contraditória do Estado que, ao mesmo tempo em que busca ordenar o território para preservar o seu “uso plural”, em última análise, acaba por favorecer as territorialidades hegemônicas, demonstrando todo seu caráter classista.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Oeste do Pará (Lei Estadual 7.243/2009), cujo objetivo é “orientar a ocupação dos espaços produtivos do entorno da rodovia [BR-163] e promover o uso racional dos recursos naturais”⁵⁷, ratificou o “uso racional” do capital no Planalto Santareno como zona de expansão do agronegócio, reservando algumas pequenas manchas para a agropecuária familiar nos novos assentamentos e naquelas consideradas social e ambientalmente sensíveis (principalmente as várzeas, que não são propícias para a mecanização).

Continua, desse modo, o projeto de aprofundamento da região ao circuito espacial produtivo da soja, com a iminente conclusão do asfaltamento da BR-163, com os projetos de ampliação do Porto da Cargill e de construção de outro pelo Grupo Maggi, a implementação da hidrovía Teles Pires-Tapajós, além dos planos de se construir uma ferrovia que liga Cuiabá a Santarém para o escoamento da soja do Mato Grosso. Enquanto o grande capital se apodera de forma acelerada na região, contando com todas as forças do Estado, este age de forma muito discreta, quase nula em termos de investimentos para melhorar as condições de produção da agricultura camponesa da região, que continuará, caso o agronegócio da soja tome um novo impulso, vendendo suas terras.

Mesmo assim, sua reprodução ainda é assegurada para todo o Planalto Santareno, pois o agronegócio da soja, como vimos, é extremamente seletivo em sua territorialização, deixando lacunas à inserção camponesa. Esta fronteira, portanto, não se fechou. Ao mesmo tempo, como não existe concorrência mercantil entre os seus principais produtos, este campesinato continuará encontrando brechas econômicas para se inserir na economia local, produzindo mercadorias em que o capital se vê limitado em extrair sobretrabalho sob relações de produção tipicamente capitalistas. Além do mais, pelo caráter contraditório do capitalismo, especialmente o brasileiro, que lança pessoas a situações sociais de extrema carência, o acesso a um pedaço de terra que lhes permita sua reprodução, torna a questão camponesa ainda candente em nossa formação econômica e social. Historicamente, esse campesinato tem se recriado na região, resistindo aos anos por se configurar num gênero de vida pelo qual centenas de famílias conseguiam reproduzir suas existências com certa autonomia, integração ao mercado e estabilidade no decurso dos diversos períodos de sua formação, valendo-se de um conjunto de técnicas que lhes propiciassem a sobrevivência elementar em um meio esquecido e precário.

⁵⁷ Ver em: <http://zeebr163.cpatu.EMBRAPA.br/index.php>.

Se existe a possibilidade real de reprodução desse campesinato santareno, o mesmo não podemos afirmar em relação ao das localidades de Tracuá e de Jenipapo. Dificilmente continuarão se reproduzindo no lugar quando essa geração que resiste se for. A insuficiência de terra, o vazio comunitário e os anseios por outras vidas (suscitados pela criação de novas necessidades), desencorajam os mais jovens. Os que permanecem aguardam um dia se aposentarem para, quem sabe, buscar outro lugar ou esperar seu tempo passar ali mesmo, com e como os outros solitários aposentados que logo partirão, desejosos que um dia seus filhos não carreguem seus destinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do agronegócio da soja no Planalto Santareno foi alvo de diversas opiniões e estudos acerca de suas implicações. Sobretudo questões ambientais e conflitos fundiários foram levantados. Os impactos à reprodução do campesinato da região foram pouco salientados, e quando foram, os juízos tiveram colorações românticas, prendendo-se a idéia de uma “resistência identitária” camponesa frente ao movimento expropriador do agronegócio. Como vimos, tais conflitos somente existiram nas áreas mais longínquas da região. Quando buscamos apreender ontologicamente esse processo, isto é, analisar como estes atores usavam o território – fugindo, assim, de apriorismos teóricos, políticos e ideológicos – é que pudemos entender que as “formas de ser” (MARX, 2011a, p. 59) do uso do território por esse campesinato (territorialização precária e marginal, relação trabalho-consumo, subsunção formal ao capital) implicavam em determinadas situações que o levava, nesse encontro, a abandonar suas terras.

Transferimos, portanto, parte do nosso “olhar” para o outro lado, o das frentes de expansão, e, assim, atentamos que esses camponeses do Planalto Santareno viveram durante toda a sua história social em condições de existência extremamente precárias. Era por força de suas carências vitais – que em nenhum momento podiam deixar de satisfazê-las – que permaneciam no lugar, desenvolvendo um gênero de vida particular, mas sempre com esperanças de uma vida melhor, que nunca veio. O encontro do campesinato com o agronegócio no Planalto Santareno, portanto, não significou tão somente o embate entre diferentes concepções de mundo e de uso da terra, mas, isto sim, a explicitação dos extremos sociais, que, em última instância, nada mais é que o desencontro entre o social e o econômico: a incapacidade do modo de produção capitalista, gerador de constante riqueza, de realizá-la socialmente, em face do caráter restritivo e do amesquinamento da propriedade privada.

Foi esgueirando-nos desses apriorismos que conduzimos este trabalho e chegamos, agora, ao ponto de discorrer seus resultados.

Tratamos, de um modo geral, das implicações ao uso do território do campesinato de Tracuí e de Jenipapo geradas a partir do evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno. Partimos de como estes camponeses se reproduziam na região; em seguida, analisamos este evento para, ao fim, apreender seus efeitos a tais territorialidades.

O primeiro capítulo analisou a situação geográfica das localidades de Tracuí e de Jenipapo anterior ao evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno. Vimos que,

durante toda a sua história, seus camponeses tiveram que lidar com muitos estorvos relativos ao abandono do lugar, que, com o passar dos anos – com a chegada de mais e mais camponeses – só faziam piorar. A água era a principal dificuldade. No início da formação dessas localidades, ela não se constituía num problema grave, pois a própria fundação destas teve como aspecto precursor a descoberta de fontes naturais de água, que incentivou a ocupação do lugar. Contudo, com o passar dos anos e com o aumento populacional, a água potável tornou-se bastante escassa, especialmente no período da estiagem, quando os poços naturais não suportavam a demanda e secavam, fazendo-os buscá-la a quilômetros de distância.

Com o período das chuvas, outro grande problema surgia: as estradas e ramais, normalmente esquecidos pelo governo, tornavam-se praticamente intransitáveis, dificultando a locomoção dos camponeses e, principalmente, o escoamento de suas produções. Se para a agricultura científica grandiosos sistemas de engenharia foram erguidos, para estes camponeses, levar duas ou três sacas de farinha para a cidade significava verdadeiro tormento. Como raramente existia algum transporte que adentrava os ramais das localidades, mesmo na estiagem, esses camponeses forçosamente tinham que improvisar outros meios para acessar as feiras locais e, assim, conseguir suprir as necessidades que não eram satisfeitas em suas unidades de produção.

Comercializavam principalmente a farinha de mandioca, pois a técnica de produção exige pouco capital e o preço ainda chega a compensar o esforço laboral. Essas localidades desde o princípio de suas constituições mantinham relações com o mercado, possibilitando aos camponeses sua reprodução no lugar. Este elo íntimo com as cidades permitia-os – mesmo que em condições degradantes de trabalho – satisfazer minimamente suas carências e, por consequência (em razão dessa proeminência e dos limites à auto-exploração do trabalho), acabavam cedendo a maior parte do valor de suas mercadorias à sociedade. Esta subsunção formal do trabalho camponês ao capital, na realidade, foi o que possibilitou, em última instância, a reprodução do campesinato nacional, malgrado os conflitos em que sempre estiveram expostos em face das contradições da nossa formação econômica e social, expulsando-os cada vez mais ao “centro”, onde as terras não eram mercadoria.

Os camponeses das localidades de Tracuí e de Jenipapo encontraram-se frente ao agronegócio sob condições de existência material bastante difícil, cujo orçamento auferido (em um limite extremo de esforço laboral) a muito custo dava para a reprodução de suas forças de trabalho, reduzindo-os a um nível de vida miserável. A situação geográfica desses

territórios camponeses (assim como os de toda a região do Planalto Santareno), portanto, era marcada por essa precariedade.

No segundo capítulo tratamos do evento do agronegócio da soja no Planalto Santareno. Objetivamos entender o território usado pelos sojicultores para, por fim, determinar suas demandas por terras e seu encontro com o campesinato local. Nossa discussão iniciou analisando os fatores que possibilitaram a inserção dessa região ao circuito espacial produtivo da soja brasileira. Atentamos, então, que o Estado atuou ativamente (sobretudo nas esferas municipal e estadual de governo) para que o Planalto Santareno fosse viabilizado para o agronegócio da soja, uma vez que sua configuração territorial oferecia diversas vantagens para esse fim, como a grande disponibilidade de terras planas, baratas e antropizadas e sua proximidade com o porto agroexportador de Itacoatiara/AM. Foi assim que os primeiros sojicultores iniciaram suas atividades na região, principiando o assédio às terras das localidades camponesas do Planalto Santareno.

Em razão da localização privilegiada da região frente aos mercados internacionais e sua articulação à hidrovia do Madeira-Amazonas, a multinacional Cargill resolveu estabelecer-se ali, inaugurando um porto graneleiro (em 2003) na frente da cidade de Santarém para, assim, exportar a soja comprada no Mato Grosso. Este evento deu um grande impulso à produção local, uma vez que esta companhia não somente embarcava a soja mato-grossense, mas também passou a financiar e a comprar a soja regional. O mercado de terras aqueceu-se e, como a viabilidade econômica do empreendimento depende da aquisição de terras antropizadas – já que é extremamente dispendioso preparar o solo para a mecanização – , ocorreu uma intensa procura pelas terras utilizadas pela pecuária e pela agricultura, pois estas já haviam sido, em boa medida, desflorestadas e, de certo modo, também aplainadas por esses usos. Restava apenas aos sojicultores contratar os camponeses para “catar” as raízes e cultivar determinados grãos (principalmente o arroz) que possuíssem uma colheita mais alta que a soja, para não haver prejuízos quanto à danificação de equipamentos. Foi assim que se intensificou o assédio às terras camponesas da região.

O terceiro capítulo tratou desse encontro. Verificamos que em todo o Planalto Santareno, por conta das dificuldades que passavam as famílias camponesas, seus membros pouco resistiram ao dinheiro oferecido pelos agenciadores locais por seus lotes, aceitando preços muito inferiores aos praticados no Centro-Sul do país. Por isso, não existiram conflitos manifestos por terra na região. Estes somente ocorreram em um segundo momento, em áreas distantes do Planalto Santareno, quando os preços das terras começaram a aumentar, incidindo em casos de grilagem e expulsão de famílias camponesas assentadas pelo INCRA.

Foi por conta dessas dificuldades (que vão para além da precariedade infra-estrutural das localidades, como discutimos no primeiro capítulo) que esses camponeses decidiram deixar suas terras ao vendê-las aos sojicultores. Em um primeiro momento, nas localidades de Tracuí e de Jenipapo, essa migração foi em massa. Venderam suas terras a preços irrisórios e partiram almejando melhores condições de vida, rumo às cidades, em busca de outros trabalhos, ou em direção a outras localidades ou ocupações em que, continuando o trabalho na agricultura, pudessem ter melhores acessos aos serviços urbanos e às feiras das cidades de Santarém e de Belterra. Como vimos em Tracuí, esta última estratégia teve uma especificidade: venderam apenas parte de seus lotes aos sojicultores e, com esse dinheiro, adquiriram um terreno à beira da BR-163 para fixar sua residência (com o propósito, inclusive, de facilitar a ida de seus filhos aos empregos fora da unidade de produção familiar) e retornar ao pedaço que restou na localidade para continuar retirando e complementando seus sustentos.

Muitas famílias que venderam seus lotes nesse primeiro momento, contudo, não conseguiram o que almejavam. Propalou-se as situações aviltantes que estavam submetidas nas cidades que, em muitos casos, já sem dinheiro e sem trabalho (ou com trabalhos que mal lhes proporcionavam a subsistência), forçaram-nas buscar outras terras, piores localizadas e ainda menos assistidas pelo Estado que aquelas que deixaram.

Com o advento destas notícias e o aumento dos preços das terras, houve um relativo freio na venda dos lotes pelas famílias. Mesmo assim, hoje, somente duas continuam suas vidas e trabalhos na localidade de Tracuí e outras dez em Jenipapo. Esse maior número de famílias remanescentes na localidade de Jenipapo é explicado pelo perfil da maioria de seus moradores: constituído por idosos, que já se aposentaram ou que estão prestes a se aposentar. Suas idades avançadas, sem forças para procurar outros destinos e sem poderem mais contar com a ajuda do trabalho dos filhos, fazia-os continuar no lugar; e aqueles que ainda não se aposentaram, o trabalho na terra era a garantia para em breve verem aliviadas suas penúrias com o recebimento de tal benefício.

A chegada do agronegócio a estas localidades alterou alguns aspectos do gênero de vida destes camponeses. O uso dos defensivos pelos sojicultores começou a comprometer certos cultivos, pois as pragas espantadas dos campos de soja passaram a atacar os roçados das famílias, que estão adjacentes. Outras importantes mudanças foram: o aluguel do maquinário dos sojicultores para poupar seus trabalhos; o uso mais regular dos agrotóxicos, seja de modo compulsório ou espontâneo; a diminuição da caça em razão da devastação da capoeira; e o aumento, por conta do esvaziamento populacional das localidades, da

comercialização dos produtos coletados da floresta. Isso acabou reafirmando a importância da mandioca em seus gêneros de vida, sobretudo àqueles que não estão aposentados, em razão do pouco capital disponível para investir na produção.

A continuidade desse trabalho rude com a mandioca está inclinada a findar quando se aposentarem. As suas debilidades físicas, reforçadas pelos anos de trabalho duro, os fazem recorrer nesse momento a serviços “mais leves”, como o do milho e o da banana, que são menos exigentes de esforço laboral se comparado ao da produção da farinha de mandioca. Mesmo assim, acabam contratando alguém para lhes ajudar, pois seus filhos, em sua maioria, já não estão mais presentes, pois não possuem para si (o que não descarta que objetivamente necessitem futuramente retornar a essa condição) o interesse em continuar a vida dos pais, indo atrás de outros meios para reproduzir suas existências. Provavelmente somente esta geração continuará lavrando as terras nessas localidades.

Tracuá e Jenipapo, assim, caminham, tendencialmente, para a extinção. Apesar de algumas dificuldades infra-estruturais terem desaparecido ou diminuído (como a água e a energia elétrica), a continuidade de certos problemas, inclusive de cunho estrutural – como o baixo preço de seus produtos no mercado, as dificuldades com o escoamento da produção, o estado precário das estradas, e outros –, somados às transformações ocorridas em seus espaços comunitários (fechamento das escolas, das igrejas e o abandono dos espaços de lazer) e à diminuição do tamanho de seus terrenos (sobretudo no caso da localidade de Tracuá, em que aqueles que permanecem produzindo no lugar já venderam pelo menos a metade dos seus lotes), impõem sérios obstáculos para que as futuras gerações – que, inclusive, não anseiam a vida camponesa – continuem se reproduzindo no lugar. Ao mesmo tempo, as transformações ocorridas em suas técnicas instrumentais também podem contribuir para essa situação, em razão dos limites encontrados pelos camponeses para continuar produzindo determinadas culturas no mesmo nível de antigamente, quando suas plantações não eram impactadas pelos agrotóxicos dos sojicultores.

Por outro lado, não podemos afirmar que o Planalto Santareno é um espaço em transição à total incorporação ao agronegócio. Mesmo que na conjuntura regional exista um processo de migração “espontânea” dos camponeses que venderam suas terras para outras atividades, permanece, frente às contingências sociais (e da vida individual), a “camponização” como medida de reinserção social, se as condições de existência que encontrem não mais lhes permitam a reprodução mínima de suas forças de trabalho. O Planalto Santareno continuará, assim, sendo palco da busca e da disputa por terras para a reprodução camponesa. Ao mesmo tempo (e principalmente), como havíamos discutido no

primeiro e segundo capítulos, pela especificidade do modo de produção capitalista brasileiro, existe a possibilidade estrutural da reprodução camponesa no país, uma vez que não é possível para o capital capturar de modo direto o sobretrabalho na produção de determinadas mercadorias agrícolas, sobrando sempre outras – onde a renda fundiária é menor – em que o campesinato pode atuar e, assim, ceder parte de seu trabalho à sociedade. Esta seletividade mercantil do capitalismo agrário somada à seletividade espacial do agronegócio (exigente de determinadas condições técnicas e geográficas para se reproduzir) reservam sempre espaços para a inserção do camponês para cumprir a sua função social. Além disso, é conveniente, para os próprios sojicultores, sua permanência, para servir como mão de obra barata em trabalhos temporários, sobretudo na catação de raízes. O Planalto Santareno, assim, ainda oferece margem para a sua reprodução.

Este estudo, longe de tentar esgotar as questões aqui levantadas, buscou contribuir para o recrudescimento do debate acerca da reprodução camponesa – onde se encontra subjacente a contradição que impossibilita estruturalmente a efetivação das necessidades humanas, que é entendida aqui como pressuposto das tensões, conflitos, riscos, sofrimentos e estranhamentos de toda formação social onde domina o capital.

REFERÊNCIAS

- AGRÁRIA ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A. **Soja em Santarém - um início que entusiasma**. Santarém, 1997.
- ALMEIDA, Ruth Helena Cristo. **Zona de conflitos: o agronegócio da soja e a formação da esfera pública em Corta-Corda, Santarém, Pará**. Belém, 2005. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará.
- AMIM, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). *In: _____*; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrário e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 9-40.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARAÚJO, Roberto *et al.* Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processo de ordenamento territorial. *In: CASTRO, Edna. (Org.). Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008.
- ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro deste negócio?: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. Campinas, 2007. 253 p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.
- BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB, 1990.
- _____. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a.
- _____. Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. *In: A GEOPOLÍTICA da Soja na Amazônia*. Belém: MPEG, 2004b.
- BENATTI, José Helder. A Soja na Amazônia e o Ordenamento Territorial. *In: A GEOPOLÍTICA da Soja na Amazônia*. Belém: MPEG, 2004.
- BICKEL, Ulrike. **Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar**. Bonn (Alemanha), 2004. 169 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical). Faculdade de Agronomia, Universidade de Bonn.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CARGILL. **Avaliação do cultivo da soja em escala comercial seguido de safrinha**. Santarém, 2001.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. Santarém, 2010.

CASTILLO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. **Investigaciones Geográficas**, México, n. 55, p. 79-96, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.

CASTRO, Maria da Conceição Araújo. **Mobilização do trabalho na Amazônia: o oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões**. São Paulo, 2008. 221 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CASTRO, Willians Martins. **Análise espacial das mudanças na cobertura e uso da terra em Santarém e Belterra, Pará, Brasil**. Belém, 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEPS JR., João. Questão agrária, estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roselí Alves dos. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35-54.

COELHO, Andrea dos Santos. **Modelagem de dinâmica do uso da terra na região de Santarém**. Belém, 2009. 128 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará.

CRUZ, Valter. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. Rio de Janeiro, 2006, 198 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo**. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2005. p. 4475-4487.

_____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. 10, n. 218, ago. 2006.

_____. Difusão do agronegócio e das desigualdades socioespaciais. *In*: _____; PEQUENO, Renato (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006a, p. 29-85.

_____. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. *In*: _____; SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira: problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Anna Blume, 2006b, p. 221-238.

_____. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**. Presidente Prudente, v. 1, n. 8, p. 29-51, 2006c.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12, 2007, Belém.

EMBRAPA Amazônia Oriental. Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). 2007. Disponível em: <<http://zeebr163.cpatu.EMBRAPA.br/index.php>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

FAURE, Claude. **Agricultura y capitalismo**. México: Terra Nova, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná – Paraguai**. Dourados, 2009. 213 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

FERREIRA, Maria da Glória Rocha. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas – MA**. Rio de Janeiro, 2008. 274 p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

_____. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *In*: OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GREENPEACE. Avaliação do estudo de impacto ambiental do terminal graneleiro da Cargill em Santarém. 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/100321632/Analise-EIA-RIMA-Cargill-24-Julho-2010>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). *In*: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. vol. 1. São Paulo: UNESP, 2009, p. 45-56.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa Acevedo. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. *In*: _____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York: Verso, 2006.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi; LAZZAROTTO, Joelsio José. **Evolução e Perspectiva de Desempenho Econômico Associados com a Produção de Soja nos Contextos Mundial e Brasileiro**. 3. ed. Londrina: EMBRAPA Soja, 2011.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. São Paulo, 2007. 314 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenine**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1969.

_____. **De lo rural a lo urbano**. 2. ed. Barcelona: Edicions 62, 1973.

_____. Perspectivas da Sociologia Rural. *In*: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981a.

_____. Problemas de Sociologia Rural. *In*: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981b.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANTEGA, Guido; MORAES, Maria. **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. *In*: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A sociabilidade do homem simples**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, Volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

_____. **Capítulo VI inédito de o capital**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004b.

_____. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, volumes 1 e 2. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUÉS, Raymundo. **Uma outra “invenção” da Amazônia**: religiões histórias, identidades. Belém: CEJUP, 1999.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. *In*: GODOI, Emilia Petrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Volume II. São Paulo: UNESP, 2009, p. 269-288.

MONTEIRO, Raimunda. Associativismo e fronteira: a Amazônia como espaço de reprodução social da agricultura do Sul. *In*: CASTRO, Edna (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008.

NEPSTAD, Daniel; STICKLER, Claudia; ALMEIDA, Oriana. A globalização das indústrias de soja e de gado na Amazônia: oportunidades para conservação. *In*: RIVERO, Sergio; JAYME JR., Frederico (Org.). **As amazônias do século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 41-66.

OBERG, Kalervo. O campônio marginal no Brasil rural (1957). *In*: WELCH, Clifford Andrew. *et al.* (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Volume 1. São Paulo: UNESP, 2009, p. 181-192.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. *In*: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPQ, 2005.

OSEKI, Jorge Hagime. O único e o homogêneo na produção do espaço. *In*: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Alberto Carlos Lourenço. Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80. *In*: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém: MPEG, 1992.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Plano municipal de agropecuária: período – 1997/2000**. Santarém, 1997.

RAMOS, Soraia. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 375-387.

RECLUS, Elisée. **El hombre y la tierra**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1986.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCOTT, Russel Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativo” e o “meio do mundo”. In: GODOI, Emilia Petrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Volume II. São Paulo: UNESP, 2009, p. 245-268.

SILVA, José Francisco Graziano da. Para onde vai a agricultura? **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 58-70, 1979.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

SUSSUARANA, Felisberto Jaguar. **Santarém antes da sua fundação**. Santarém: PFNSC, 1991.

TOLEDO, Marcio Roberto. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil**: uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. Campinas, 2005. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

TROTSKY, León. **Histoire de la révolution russe**. Paris: Éditions du Seuil, 1950. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/index.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIM, Samir; _____. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 43-161.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Rio de Janeiro, 1979.